



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Desenvolvimento Local e o Buen Vivir como alternativas para
um “outro” desenvolvimento

Andreia Filipa da Silva Marcelino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2016

Agradecimentos

Aos meus pais,

pela coragem e incentivo transmitido em toda a minha vida...

Com o vosso exemplo consigo defender aquilo em que acredito...

Agradeço, especialmente, **à minha mãe** por todo o apoio e carinho para enfrentar as adversidades que me deparei durante esta caminhada...

À minha irmã,

pelo apoio moral para lutar pelo meu sonho e

pela paciência e compreensão nas boas e más alturas...

Obrigado por tudo o que têm feito por mim, obrigado por tornarem a minha vida mais completa e me ajudarem a ser quem sou.

Aos professores do Mestrado,

pelo conhecimento transmitido e pelos laços que se criaram.

Ao meu orientador, Professor Doutor Rogério Roque Amaro,

Pela sua amizade, compreensão, disponibilidade,

e por tudo o que me ensinou...

Aos bibliotecários do ISCTE,

pelo sentido de humor e ajuda...

Aos meus amigos,

Por compreenderem a minha ausência e pelos risos e abraços à distância,

sem os quais teria sido um percurso solitário...

E a todos que, de alguma forma permitiram que concluísse este objetivo,

especialmente à Paula e Pedro Mendonça, à Liliana e Ricardo Rocha,

por me abrirem a porta de suas casas e pela amizade genuína...

à Cátia Domingos pela entrega, amizade e

pela sua leitura e opinião sobre esta dissertação.

Estamos juntos!!

Resumo

Esta dissertação prende-se com uma discussão do conceito de Desenvolvimento à luz dos discursos desenvolvimentistas e pós-desenvolvimentistas e reflete sobre o surgimento de dois novos conceitos, que nos dias de hoje se relacionam independentemente das suas convicções - o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir.

Nos últimos 40 anos, estes conceitos de desenvolvimento ganharam relevância, face aos atuais problemas mundiais, pelo facto de criarem alternativas adaptadas ao contexto que são invocados como resposta aos efeitos nefastos ocorridos nas sociedades em geral. Estes conceitos manifestam a emergência de novas perspetivas e abordagens do desenvolvimento.

Porém, o conceito de Desenvolvimento Local surge como reformulação do pensamento desenvolvimentista, sendo portanto um “*desenvolvimento alternativo*” e o Buen Vivir aparece como proposta “*alternativa ao desenvolvimento*” do pensamento pós-desenvolvimentista. Contudo, apesar de serem apresentados como conceitos opostos, revelam proximidades nos discursos e abordagens que propõem e a primeira é serem alternativas para um “outro” desenvolvimento distinto do desenvolvimento económico.

Neste sentido, esta investigação pretende aprofundar estes novos discursos e conceitos de desenvolvimento e saber quais são os seus contributos para as novas abordagens do desenvolvimento, assim como saber quais são as semelhanças e diferenças entre os dois.

Desta forma, o estudo centra-se numa análise teórica comparativa do Desenvolvimento Local e Buen Vivir, assente em pesquisas bibliográficas e documentais, de modo a conhecer as implicações epistémicas, teóricas e metodológicas que decorrem dos conceitos e refletir sobre as suas relações.

Palavras-chave:

Epistemologia; Desenvolvimento; Desenvolvimento Local; Pós-Desenvolvimento; Buen Vivir

Classificação JEL:

B5- Abordagens heterodoxas atuais; B59- Outra

O1- Desenvolvimento económico; O10- Geral

Abstract

This dissertation holds with a discussion of the concept of Development in light of the developmentist and post-developmentist discourses and reflects on the emergence of two new concepts that today relate themselves independently of their convictions - the Local Development and the Buen vivir.

Over the last 40 years, these development concepts have won relevance face the actual global problems, because create alternatives adapted to the context that are invoked as a response to the harmful effects occurred in societies in general. These concepts express the emergence of new perspectives and approaches of development.

Nevertheless, the concept of Local Development emerges as a reformulation of developmentist thought, being therefore an “alternative development” and the Buen Vivir appears as a proposal of "alternative to development" of the post-developmentist thought. However, despite these concepts are being presented as opposites, they reveal close proximity in discourses and approaches that proposes and the first is that they are alternatives to an "other" development distinct of economic development.

In this sense, this investigation aims to deepening these new discourses and concepts of development and know what are their contributes to the new development approaches, as well as to know what are the similarities and differences between the two.

This way, the study focuses on a comparative theoretical analysis of Local Development and Buen Vivir, based on bibliographic and documental researches, in order to know the epistemic, theoretical and methodological implications that arise from the concepts and reflect on their relations.

Key-words:

Epistemology; Development; Local Development; Post-Development; Buen Vivir

JEL Classification:

B5- Actual Heterodox Approaches: B59- Other

O1- Economic Development: O10- General

Índice

Glossário de Siglas.....	VIII
Introdução.....	1
Capítulo I - Pré-enquadramento sobre a Epistemologia do Desenvolvimento.....	7
1.1- Papel e Função da Epistemologia	7
1.2- Raiz histórica do Desenvolvimento e as suas condicionantes culturais e epistemológicas	12
Capítulo II - Linhas de evolução do conceito de Desenvolvimento e suas reformulações	17
2.1- Reformulação do conceito de Desenvolvimento nos últimos 40 anos	17
2.2- Surgimento do conceito de Desenvolvimento Local	25
2.3- Discussão conceptual e teórica do Desenvolvimento Local	28
2.4- Fundamentos epistemológicos do Desenvolvimento Local.....	34
2.5- Implicações metodológicas do Desenvolvimento Local.....	37
Capítulo III - O Pós-Desenvolvimento e propostas de conceitos alternativos	43
3.1- Principais críticas pós-desenvolvimentistas e propostas de conceitos alternativos	43
3.2- Surgimento do conceito de Buen Vivir.....	53
3.3- Discussão conceptual e teórica do Buen Vivir	56
3.4- Fundamentos epistemológicos do Buen Vivir	62
3.5- Implicações metodológicas do Buen Vivir	67
Capítulo IV - Análise comparativa entre os conceitos Desenvolvimento Local e Buen Vivir	73
4.1- Fundamentos epistemológicos do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir	73
4.2- Base teórica do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir	76
4.3- Implicações metodológicas do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir	79
Conclusão	83
Referências Bibliográficas	91

Glossário de Siglas

BV - Buen Vivir

CCE - Comissão das Comunidades Europeias

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAIE - Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador

DC - Desenvolvimento Comunitário

DH - Desenvolvimento Humano

DI - Desenvolvimento Integrado

DL - Desenvolvimento Local

DP - Desenvolvimento Participativo

DS - Desenvolvimento Sustentável

Grupo de Pesquisa de WeD – Grupo de pesquisa de Bem-Estar nos países em Desenvolvimento

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PADHI - Avaliação Psicossocial de Desenvolvimento e Intervenções Humanitárias

PD - Pós-Desenvolvimento

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

O tema proposto resulta de questionamentos e inquietações de pensamento que cresceram durante a formação acadêmica no Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, ligados aos novos discursos críticos sobre o desenvolvimento e naturalmente aos novos conceitos que surgiram a partir destes. O próprio conceito de Desenvolvimento ao longo de várias décadas tem sido fortemente debatido e questionado pelas comunidades científicas e inclusive pelas sociedades. Hoje, continua a gerar inúmeras controvérsias e esta investigação é mais um pequeno contributo para esse amplo debate que pretende uma reflexão mais profunda sobre os novos discursos e conceitos de desenvolvimento, nomeadamente o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir.

O conceito de Desenvolvimento afirmou-se como proposta científica e política após a II Guerra mundial que, fundamentado pelo paradigma da modernidade, era visto como um processo de crescimento económico e de modernização das sociedades. Um modelo, segundo o qual, todas as sociedades deviam seguir de forma a obterem bem-estar e progresso económico. Durante as três primeiras décadas o Desenvolvimento teve uma enorme prosperidade e dominou o pensamento científico e político tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos e as sociedades organizaram-se para alcançar o desenvolvimento.

Apesar dos seus “anos dourados”, no final da década 70, num contexto de múltiplas crises económicas, sociais, políticas e ambientais em todo o mundo, o conceito de Desenvolvimento deixou de ter capacidade de resposta para os novos desafios, entrando em crise e surgiram, tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos, novos pensamentos críticos que questionaram a sua visão e pretensão economicista e universalista e apresentaram alternativas para “outras” formas de desenvolvimento.

No entanto, estas correntes de pensamento têm posições distintas relativamente ao seu discurso sobre o conceito de Desenvolvimento, isto é, enquanto umas mantiveram a crença no conceito, como as críticas que surgiram no Norte dentro do pensamento desenvolvimentista, que tentaram renovar o conceito para superar as suas falhas e anomalias, outras, exigiram o seu abandono, como as críticas que surgiram no Sul dentro do pensamento pós-desenvolvimentista, que tentaram ir além do conceito, de forma a superá-lo.

Neste sentido, nos últimos 40 anos emergiram novos conceitos de desenvolvimento que romperam com as estruturas de pensamento dominante através de novas propostas e conteúdos:

- O *pensamento desenvolvimentista* encontrou um “*desenvolvimento alternativo*” através dos conceitos Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, entre outros.

- O *pensamento pós-desenvolvimentista* procurou “*alternativas ao desenvolvimento*”, como porta de saída a este, nos conceitos Felicidade Interna Bruta, Bem-Estar, Florescimento Humano, Buen Vivir, Decrescimento, Ubuntu, entre outros.

Na realidade, independentemente da posição de cada corrente de pensamento, novas alternativas para alcançar o desenvolvimento estão a ser postas em prática em diversos lugares no mundo, que desafiam as abordagens e a visão economicista do desenvolvimento tradicional e trazem novos conteúdos e práticas comprometidas com os múltiplos desafios das sociedades e conceitos como o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir passaram a ser aplicados para manifestar a emergência de um “outro” desenvolvimento.

Apesar da diversidade de propostas que surgiram, esta investigação prende-se apenas na análise teórica do conceito de Desenvolvimento Local e do Buen Vivir, já que foram estes dois conceitos que me suscitaram inquietações, uma vez que as informações que foram sendo recolhidas sobre eles me soavam muito familiares e partiam e partilhavam perspetivas epistémicas, teóricas e metodológicas semelhantes, apesar de dentro das suas respetivas correntes de pensamento serem vistos como conceitos opostos. Assim, surgiu a necessidade de refletir sobre as possíveis ligações entre o Desenvolvimento Local como “*desenvolvimento alternativo*” e o conceito do Buen Vivir como “*alternativa ao desenvolvimento*”.

Desta forma, com esta investigação pretende-se aprofundar e compreender os novos discursos e conceitos à volta do desenvolvimento, particularmente o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir, e saber quais as suas pertinências nas novas abordagens do desenvolvimento e quais são as relações entre eles. Neste sentido, a investigação procura respostas à seguinte **pergunta de partida:**

De que forma os conceitos de Desenvolvimento Local e do Buen Vivir contribuem para as novas abordagens do desenvolvimento e quais as semelhanças e diferenças entre os dois conceitos?

Vivemos um período de mudanças paradigmáticas e este tema poderá ter interesse e utilidade na atualidade para conhecer propostas que vão de encontro aos novos desafios das sociedades, tal como poderá ter pertinência ao nível científico, político, social, como para o crescimento pessoal e profissional.

Assim sendo, a sua **pertinência científica** prende-se com os novos discursos e conceitos de desenvolvimento e pretende, sobretudo, aprofundar o interesse e conhecimento científico sobre os conceitos de Desenvolvimento Local e do Buen Vivir, de forma a enriquecer os seus discursos e abordagens e contribuir para a sua construção e consolidação científica, com o objetivo de reforçar o seu alcance teórico e prático na superação dos atuais desafios. Nesta perspetiva, o trabalho poderá valorizar o suporte bibliográfico científico atual e poderá servir para futuras pesquisas a estudantes, investigadores e aos que tenham interesse no tema. Tal como poderá ser ponto de partida ou de chegada para novos questionamentos e reformulações teóricas, com o intuito de continuar a colaborar para a evolução da ciência e do conhecimento.

Este tema poderá ter ainda **pertinência política e social**, uma vez que os novos conceitos são, em si mesmos, processos sociopolíticos de mudança que pretendem responder aos atuais desafios políticos e sociais das sociedades. Em **termos políticos**, poderá ser um chamamento ou um lembrete ao Estado de que existem hoje outras propostas políticas centradas em outros valores e estratégias, como as do Buen Vivir que já deram os primeiros passos neste domínio, e que poderiam ser incluídas no discurso e na ação política enquanto alternativas ao desenvolvimento económico, tal como também poderiam contribuir na construção de outros modelos de governação e de gestão de territórios e ainda na construção de políticas públicas direcionadas aos interesses e iniciativas da realidade local e articuladas com medidas políticas de escala mais ampla. Em consequência, ao **nível social**, este tema relembra a necessidade de um sistema democrático próximo das pessoas e que considere a sua opinião e relembra a importância da participação das sociedades na construção de políticas e no processo de mudança, para que se tornem cidadãos ativos sobre decisões que têm influência no seu bem-estar. Espera-se assim uma consciência das sociedades, de forma a que estas se mobilizem e criem mudanças sociopolíticas que melhorem a sua vida e que tragam um desenvolvimento genuíno à sua imagem e desafios.

O tema revela também motivações de ordem **pessoal e profissional**. Ao **nível pessoal**, estes conceitos têm-me suscitado bastante interesse, principalmente pela forma como envolvem

as comunidades na sua emancipação e como reforçam e valorizam a sua cultura e práticas na construção dos processos de mudança. Acredito que num contexto de múltiplas crises, respostas centradas nas comunidades e em pequena escala são ricas e satisfazem as necessidades reais e são a força motriz para alcançar mudanças a vários níveis (económico, social, político) e a escalas mais amplas (regional, nacional e global). Estes conceitos resgatam a entidade das sociedades e focam-se em soluções comunitárias para o bem-comum e fascina-me a forma como estas se mobilizam para encontrarem respostas aos seus problemas e como utilizam os seus recursos e capacidades para um desenvolvimento só seu.

Consequentemente, a **nível profissional**, o prazer de trabalhar com comunidades e na esperança de voltar a ter essa oportunidade, pretendo aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento de sociedades e aplicá-lo em intervenções futuras, de forma a contribuir positivamente para o seu complexo processo de mudança. Principalmente, quando o último trabalho que desenvolvi no sector da responsabilidade social de uma empresa, em que o seu principal objetivo é o lucro e a competitividade, me chamou a atenção para a necessidade de cruzar a realidade económica com a realidade social, tanto para promover respostas ajustadas ao contexto das comunidades locais, como para difundir a necessidade de inserção da empresa na realidade social em que atua. Portanto, foi a necessidade de adquirir mais conhecimento que me fez inscrever neste mestrado e que influenciou de alguma forma a escolha deste tema.

Assim sendo, como **objetivo geral**, esta investigação pretende fazer uma análise comparativa dos conceitos de Desenvolvimento Local e do Buen Vivir, assim como saber os seus fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos e refletir sobre as relações entre os dois conceitos. Portanto, com vista ao cumprimento deste objetivo remeto os seguintes **objetivos específicos**:

- 1- Clarificar o conceito de epistemologia;
- 2- Analisar o conceito de Desenvolvimento em geral;
- 3- Analisar em profundidade os conceitos de Desenvolvimento Local e do Buen Vivir e as suas implicações epistemológicas, teóricas e metodológicas;
- 4- Fazer uma comparação sistemática entre estes dois conceitos.

Para efeitos de análise dos objetivos específicos, a pergunta de partida inicial pode ser decomposta em três perguntas mais precisas. Assim, o objetivo específico nº3 parte das seguintes perguntas:

1- De que forma o conceito de Desenvolvimento Local contribui para as novas abordagens do Desenvolvimento?

2- De que forma o conceito de Buen Vivir contribui para as novas abordagens do Desenvolvimento?

O objetivo específico nº 4, parte da seguinte pergunta:

3- Quais as semelhanças e diferenças entre o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir?

Sendo o **objeto** de investigação uma comparação teórica, ela mesma parte de uma **metodologia** qualitativa baseada, essencialmente, na pesquisa bibliográfica e documental. A **pesquisa bibliográfica** baseou-se em leituras chave para a compreensão e conhecimento dos diferentes conceitos e fenómenos em estudo, pois é “(...) absurdo e presunçoso acreditarmos que podemos pura e simplesmente passar sem esses contributos, como se estivéssemos em condições de reinventar tudo por nós próprios”. (Quivy e Campenhoudt, 2005:51) Este método permitiu obter informação fundamental para o suporte teórico desta investigação, que em complemento com a **pesquisa documental** que se baseou numa leitura de documentos, foi possível desmontar mensagens e identificar informações consideradas relevantes, no que toca à problemática de investigação e que ajudaram a cumprir os objetivos definidos. Como fonte de dados utilizou-se, sobretudo, revistas e artigos científicos, jornais locais, vídeos de conferências e plataformas online sobre os temas, tendo-se atenção à sua fidelidade, representatividade e sentido. A vantagem destes métodos prende-se com o facto de serem produções pré-existentes à investigação e não têm o seu propósito, o que permitiu a ausência de efeitos reativos, logo, são métodos não interferentes que enriquecem a análise aqui apresentada.

De modo a delimitar e analisar os discursos e conceitos de desenvolvimento, que surgiram nos últimos 70 anos, a investigação encontra-se dividida em quatro capítulos.

No **primeiro capítulo**, procura-se apresentar um pré-enquadramento teórico sobre a epistemologia do Desenvolvimento, de forma a situar e clarificar o leitor sobre o sentido geral do conceito de epistemologia e sobre as condicionantes culturais e epistemológicas que levaram à afirmação do conceito de Desenvolvimento no pós-guerra.

O **segundo capítulo** visa apresentar a evolução do conceito de Desenvolvimento, bem como as suas reformulações dentro do discurso desenvolvimentista, nos últimos 40 anos que deram origem a novos conceitos, entre os quais o Desenvolvimento Local, que será aqui

analisado de forma mais minuciosa o contexto da sua emergência e os fundamentos epistemológicos, teóricos e metodológicos que o constituem.

No **terceiro capítulo**, pretende-se analisar o discurso pós-desenvolvimentista, que apresenta uma crítica radical ao conceito de Desenvolvimento e propõe conceitos alternativos a ele, entre os quais o conceito de Buen Vivir, que será aqui aprofundado de modo a analisar o contexto do seu surgimento e as suas bases epistemológicas, teóricas e metodológicas.

No **quarto capítulo**, será feita uma análise comparativa entre o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir, para conhecer quais as semelhanças e diferenças entre as perspetivas epistémicas, teóricas e metodológicas dos dois conceitos.

No final, faz-se uma **reflexão** crítica que pretende responder à pergunta de partida e objetivos de investigação e sublinha-se ainda a importância do quadro teórico nesta investigação, tal como serão apresentadas algumas sugestões políticas e alguns temas para novas investigações.

Cabe ainda referir que, na produção de conhecimento, foram encontradas, inicialmente, algumas **limitações** interdependentes que poderão ter influenciado, de certa forma, esta investigação. A primeira, deparou-se com a inexistência de estudos que relacionassem os dois conceitos, assim esta investigação é o primeiro contributo nesse sentido e o conhecimento produzido, apesar de embrionário, permite conhecer algumas relações entre os conceitos e dá os primeiros passos para incitar novas investigações. A segunda limitação, prende-se com o facto dos novos conceitos estarem em processo de construção e consolidação científica, o que faz com que não haja uma conceção uníssona, podendo levar a diferentes perspetivas sobre a sua análise, que dependerão do ponto de partida e de chegada de quem a compõe. Consequentemente, a outra limitação incidiu no facto destes conceitos surgirem em contextos e culturas distintas, o que indica que diferentes idiomas podem significar coisas distintas em diferentes lugares. No entanto, estas limitações foram superadas através de uma leitura e análise integrada e respeitosa do quadro teórico dos dois conceitos, que permitiu determinar de forma mais clara as suas relações.

Capítulo I - Pré-enquadramento sobre a Epistemologia do Desenvolvimento

O conceito de Desenvolvimento, após a II Guerra Mundial, tornou-se num slogan científico, político e económico, que influenciou e dominou o pensamento moderno durante várias décadas, tal como suscitou vários debates em seu torno. Este conceito, sustentado epistemologicamente pelo paradigma da modernidade, esteve associado ao progresso e crescimento económico e seduziu todas as sociedades do mundo a se mobilizarem para o alcançar. No entanto, ao longo tempo, tanto o conceito de desenvolvimento como o paradigma que o fundamentava mostraram os limites do modelo do pensamento científico moderno, que levou à sua crise e, por sua vez, à sua rutura.

Neste sentido, este primeiro capítulo, apresenta um pré-enquadramento teórico sobre a epistemologia do Desenvolvimento, de modo a clarificar, de forma geral, o conceito de epistemologia e analisar as condicionantes que conduziram à afirmação do conceito de Desenvolvimento. Assim, o capítulo está dividido em duas secções: a primeira secção, explora o papel e a função da epistemologia; a segunda secção, apresenta um breve resgate histórico do conceito de Desenvolvimento e das suas condicionantes culturais e epistemológicas.

1.1- Papel e Função da Epistemologia

Tal como, o conceito de Desenvolvimento, o conceito de epistemologia tem sido ao longo do tempo debatido e questionado, devido ao fato de suscitar diversas perspetivas consoante a área científica que é invocada. No entanto, não se pretende aqui analisar as várias perspetivas da epistemologia, nem a sua evolução histórica, mas delimitar alguns aspetos subjacentes ao seu papel e função, de forma a poder enquadrar e contextualizar o tema de análise proposto nesta investigação.

No entanto, para entender o conceito de epistemologia é necessário voltarmos à sua noção clássica. Tem origem na palavra grega “episteme”, que significa “conhecimento” e surgiu do pensamento filosófico de Platão e Aristóteles, que tiveram a necessidade de justificar o

conhecimento científico. E foi precisamente com Platão que o conhecimento científico foi visto, pela primeira vez, como crença verdadeira e justificada (Soares, 2004:26-27). Isto significa que outros conhecimentos que não fossem verdadeiros e justificados seriam rejeitados por não cumprirem estes critérios.

Desta forma, sendo a epistemologia um ramo da filosofia, trata dos problemas filosóficos do conhecimento e tem como objetivo justificar o conhecimento e perceber os fundamentos que o consolidam para demonstrar a sua validade ao mundo. Assim, a reflexão epistemológica que queira clarificar os problemas das ciências, como o seu estatuto, metodologias, objetividade, universalidade e validade, tem de primeiramente fazer uma análise sobre o próprio conhecimento, “(...) um conhecimento do conhecimento e uma defesa do próprio estatuto e da sua fiabilidade” (Soares, 2004:7). Portanto, a epistemologia ou filosofia do conhecimento, tem como função estudar o conhecimento desde a sua natureza, fontes, fundamentos e validade e destaca o papel elementar da justificação do conhecimento. Logo, consiste numa busca contínua do conhecimento e da sua compreensão, que se baseia na busca da verdade e da sua justificação.

Importa referir que a preocupação do pensamento clássico de fundamentar o conhecimento esteve presente no pensamento moderno e continua a estar presente nos atuais discursos epistemológicos, independentemente das suas perspetivas.

João Ferreira de Almeida (2007), refere que a epistemologia ao longo do tempo não teve um caminho único e uniforme. No entanto, ao mesmo tempo que o pensamento epistemológico foi evoluindo a ciência também, já que são os questionamentos sobre o objeto científico que alimentam o processo de produção de conhecimento e a acumulação desse processo promove novos saberes, metodologias e reformula teorias e explicações de um paradigma. Este processo é denotado por Thomas Kuhn como “ciência normal”, que se refere às mudanças que ocorrem dentro de um paradigma¹. Por outro lado, quando o conhecimento é contestado e ultrapassado por novas teorias e referências explicativas dá-se uma “ruptura de paradigma”, uma “revolução científica” (Almeida, 2007:13), que segundo Karl Popper (1972) e Kuhn (1975), é um processo evolutivo e revolucionário do conhecimento científico, em que a teoria anterior é superada ou

¹Thomas Kuhn (1975), define paradigma as “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 1975:13).

substituída por uma teoria nova que soluciona os problemas ou enigmas que a anterior epistemologia já não conseguia responder. Contudo, estes autores divergem sobre as formas de atingir esse processo: enquanto Popper refere que esta revolução ocorre através de uma crítica que procura submeter as teorias dominantes a testes e falseá-las, Kuhn indica que o processo de revolução científica² dá-se quando um paradigma dominante entra em crise e é substituído por um novo paradigma, que tenta encontrar respostas às suas anomalias.

De qualquer modo, sendo o conhecimento aproximado é passível de constantes correções, progressões e ruturas, o que possibilita a historicidade da ciência e a sua evolução mesmo com as suas descontinuidades e, segundo Almeida (2007), o pensamento epistemológico deve seguir estas mudanças e mergulhar nos seus conteúdos e processos científicos, caso contrário cai na normatividade, e para isso, a epistemologia deve analisar a sua dimensão interna e externa: a *dimensão interna* da epistemologia debruça-se sobre as condições teóricas e metodológicas da produção científica, em que questiona e estuda a problemática do campo científico; a *dimensão externa*, analisa a interação entre os processos científicos e os processos contextuais, isto é, analisa os fatores do contexto social passíveis de interferir na produção científica, pois a ciência pode sofrer influências de âmbito político, económico, social, religioso ou mesmo do senso comum, o que não quer dizer que fiquem presas a estas, já que a própria ciência deve ser objeto de reflexão epistemológica. Para combater estas influências o autor remete que a epistemologia deve seguir o modelo de percurso científico de Gaston Bachelard, assente na trilogia: rutura, construção, constatação. Onde, a rutura epistemológica é a primeira etapa para obter distância em relação às influências, sejam estas oriundas do senso comum ou de teorias que já não possuem capacidade explicativa, sendo também considerada a condição essencial para a construção de novos conceitos, novos questionamentos, tal como à sua constatação através da validação de resultados. (Almeida, 2007:13-16) Este processo de produção de conhecimento de Bachelard representa o modelo de pensamento da ciência moderna que dominou a reflexão epistemológica durante as últimas décadas.

No entanto, Boaventura Sousa Santos (1989), critica a construção epistemológica de Bachelard, que propõe a rutura do conhecimento científico com o senso comum, visto que o

² Segundo Kuhn (1975), a revolução científica são “[...] episódios de desenvolvimento não-cumulativo nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (Kuhn, 1975:125).

senso comum é tido como um conhecimento subjetivo e falso e a ciência como única forma de conhecimento objetivo e válido. Santos considera esta ruptura a *primeira ruptura epistemológica*. Contudo, a epistemologia bachelardiana é um paradigma da ciência moderna e apresenta sinais da sua crise, uma vez que é uma epistemologia de limites que gere e resolve crises dentro do paradigma sem o próprio entrar em crise, o que causou a crise do paradigma dominante. No entanto, não deve ser rejeitada, pois sem a epistemologia de Bachelard não podemos passar para a revolução científica seguinte. (Santos, 1989:31-36)

Assim, perante a crise do paradigma da ciência moderna, a sua universalidade e validade epistemológica é questionada e revista, o que leva à emergência de novos paradigmas, que transitam para uma ciência pós-moderna. Desta forma, Santos (1988) propõe um “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 1988:60), que se estrutura num paradigma científico com um “conhecimento prudente” e num paradigma social “para uma vida decente”. Neste paradigma, o autor refere que o conhecimento científico se apresenta numa nova configuração, onde o conhecimento científico-natural é científico-social, é total e local e é autoconhecimento, assim como o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum (Santos, 1988:60-71).

Contudo, para que o conhecimento científico se constitua num “conhecimento prudente para uma vida decente”, Santos (1989) defende a necessidade de uma “dupla ruptura epistemológica” que proporcione o seu reencontro com o senso comum. Assim sendo, “uma vez feita a ruptura epistemológica o acto epistemológico mais importante é a ruptura com a ruptura epistemológica” (Santos, 1989:41), ou seja, enquanto que, a *primeira ruptura* apresenta-se como resistência ao senso comum, a *segunda ruptura* apresenta-se em oposição à própria ruptura epistemológica, o que significa que a ruptura com a ruptura epistemológica não anula a primeira ruptura mas transforma tanto a ciência como o senso comum ao pretender um “senso comum esclarecido e uma ciência prudente” (Santos, 1989:41), isto é, concebe uma nova “configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída” (Santos, 1989:42), de modo a que se torne num conhecimento prático, emancipatório e útil para a vida das pessoas comuns.

Como menciona o autor, “caminhamos para uma nova relação entre a ciência e o senso comum, uma relação em que qualquer um deles é feito do outro e ambos fazem algo de novo” (Santos, 1989:40). Isto é, uma relação que permite que os dois, em conjunto, produzam um “outro” conhecimento.

Portanto, presenciamos um processo de rutura paradigmática ou de “revolução científica”, de onde surgem novos paradigmas que rompem com o modelo epistemológico do pensamento moderno, de forma a responder às crises e anomalias do paradigma dominante. O que não significa a sua total rejeição - “uma nova teoria não precisa entrar necessariamente em conflito com qualquer de suas predecessoras. Pode tratar exclusivamente de fenómenos antes desconhecidos (...)” (Kuhn, 1975:129) -, pois não podemos ignorar o valor da historicidade do conhecimento científico que permitiu a sua evolução. Kuhn observa que com a mudança de paradigma muda também a visão sobre o mundo, “(...) onde objetos familiares são vistos sob uma luz diferente” (Kuhn, 1975:145-146), sob uma nova conceção da realidade e do mundo incompatível com a anterior. No entanto, quando o paradigma anterior é corrompido não significa que não teve relevância, pelo contrário, impulsionou para outros níveis e formas de conhecimento. Parece assim notório, que esta mudança paradigmática oferece novos olhares epistémicos que se adaptam à mudança de percepção que vem crescendo no domínio científico.

O mesmo processo aconteceu com o conceito de Desenvolvimento, como se irá verificar nos próximos capítulos, que durante algum tempo o seu paradigma encontrou respostas e soluções dentro do seu campo científico, mas com os desafios da realidade atual, o seu paradigma perdeu capacidade explicativa e entrou em crise, sofrendo uma rutura paradigmática, de onde emergiram novos paradigmas com novas perspetivas e referências epistemológicas. Esta nova visão epistémica contribuiu para a complexidade, multidisciplinaridade e diversidade de abordagens do desenvolvimento e permitiu um novo conhecimento sobre o desenvolvimento, tal como uma abertura a novas teorias e metodologias que orientam os atuais discursos e abordagens de desenvolvimento para novos e diferentes caminhos, isto é, para um “outro” desenvolvimento. Portanto, esta mudança paradigmática representou um impulso para os novos conceitos como o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir.

1.2- Raiz histórica do Desenvolvimento e as suas condicionantes culturais e epistemológicas

Há mais de 70 anos que o conceito de Desenvolvimento tem sido objeto de estudo de vários autores e tem despertado um amplo debate à sua volta e o seu suporte teórico e epistemológico inicial foi sofrendo profundas alterações, fruto das diversas mudanças que ocorreram nas sociedades em geral. No entanto, não significa que o conceito de Desenvolvimento se tornou vazio de significado, valor e historicidade, simplesmente, foi evoluindo e, por vezes, corrompido de forma a acompanhar e adaptar-se aos desafios da realidade e processos de mudança das sociedades, como veremos ao longo do estudo.

Apesar do conceito de Desenvolvimento ter as suas raízes no pensamento clássico da ciência económica no século XVIII, de onde surgiram as primeiras alusões às questões sobre o progresso, acumulação de riqueza e bem-estar das sociedades, associadas à Revolução Industrial e à Revolução Francesa, que inclusive foram tidas como referência histórica e cultural do conceito, delimitando-lhe o conteúdo e abordagens, só a partir da II Guerra Mundial é que o conceito de Desenvolvimento se consolidou cientificamente e ganhou reconhecimento político e social.

Recordemos que nesta altura se vivia uma guerra ideológica -a guerra-fria- entre os Estados Unidos e a União Soviética que bipolarizou o mundo e o conceito de Desenvolvimento serviu como “arma” de influência política, através da ajuda ao desenvolvimento. A ênfase dada ao conceito durante o pós-guerra pode ser explicada por vários fatores:

1- Com os novos ideais democráticos e interesses geoestratégicos e ideológicos destas duas superpotências mundiais, houve a necessidade de ajudar os “novos países” que surgiram da independência das antigas colónias a resolverem os seus problemas de subdesenvolvimento, de modo a que as suas sociedades caminhassem para o progresso, bem-estar e desenvolvimento;

2- Houve também a necessidade de ajudar a reconstruir os países europeus devastados pela guerra, através do Plano Marshall, para que estes retomassem o seu progresso económico e desenvolvimento;

3- Dissimulado por detrás da guerra-fria, houve uma grande necessidade destas duas superpotências em acumular riqueza;

4- A influência das lógicas intervencionistas keynesianas, que permitiu que o Estado assumisse um papel central na regulação do desenvolvimento, através da sua intervenção na economia e na sociedade, de modo a assegurar o seu progresso e bem-estar;

5- O surgimento de novas ideologias em benefício do progresso e da paz entre as nações, um dos quais, o conhecido “Ponto Quatro” do discurso presidencial de Truman nos Estados Unidos. (Amaro, 2003:40-41)

De acordo com vários autores, como Heinz Arndt (1987), Gilbert Rist (2008), Wolfgang Sachs e Gustavo Esteva (2010), foi justamente com o discurso do presidente Truman que o Desenvolvimento ganhou relevância política a 20 de janeiro de 1949, marcando o início da “Era do Desenvolvimento” através da afirmação da necessidade:

(...) de embarcar num programa novo e ousado para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para a modernização e crescimento das áreas subdesenvolvidas. (...) Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. (...) O que prevemos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma negociação justa e democrática (Truman *apud* Rist, 2008:71, tradução da autora).

Este foi o primeiro programa (político) de ajuda ao desenvolvimento dos Estados Unidos aos países economicamente atrasados. Como indica Rist (2008), este era um programa de boas práticas que tinha como objetivo aumentar a atividade industrial e os padrões de vida dos países subdesenvolvidos, num processo de imitação da experiência dos países desenvolvidos (Rist, 2008:72), que serviram de modelo ao resto mundo.

No entanto, também foi a partir deste discurso que o mundo foi dividido entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. O facto de Truman mencionar pela primeira vez o termo “subdesenvolvimento” que, segundo Esteva (2010), modificou o sentido do conceito de desenvolvimento e permitiu afirmar a hegemonia dos Estados Unidos, decretou universalmente dois bilhões de pessoas como subdesenvolvidas (Esteva, 2010:2), que “teriam que seguir o caminho da ocidentalização e rejeitar os próprios valores” (Rist, 2008:79, tradução da autora) para atingirem o desenvolvimento.

Todavia, este novo termo, “subdesenvolvimento”, que significava o atraso das economias, refletia a possibilidade de uma mudança em direção a uma condição final, o

desenvolvimento, logo, os países subdesenvolvidos, através do crescimento económico, poderiam transitar para o desenvolvimento. Deste modo, toda a humanidade envolveu-se no paradigma do Desenvolvimento e esta proposta tornou-se hegemónica porque parecia na altura ser a melhor e a única possível. Assim, os “novos países” aceitaram a sua condição de subdesenvolvidos e percorreram o caminho do desenvolvimento definido pelos países desenvolvidos para ganharem a sua identidade nacional e autonomia económica (Rist, 2008:72-79).

Assim sendo, o Desenvolvimento influenciou e dominou o pensamento político, social e científico durante várias décadas e esteve ligado a programas de ajuda ao desenvolvimento para os “novos países”. Como refere Rist (2008), o Desenvolvimento expressou uma realidade apreendida e trouxe a “episteme” de uma época, onde a percepção do mundo foi inscrita numa problemática diferente e este paradigma trouxe a promessa de solucionar os dilemas do subdesenvolvimento e tornou-se numa crença partilhada por todos, que teve sua legitimidade reforçada pelo pensamento ocidental, que indicou o desenvolvimento como a única solução para os problemas da humanidade. Os países subdesenvolvidos podiam decidir a forma como atingir o desenvolvimento, mas o seu carácter transitivo não podia ser contestado (Rist, 2008:77-79), como veremos de seguida.

Cientificamente, o conceito de Desenvolvimento como sinónimo de crescimento económico provém de autores como Arthur Lewis (1955), com a teoria da modernização, Walt Rostow (1960), com a teoria das etapas do crescimento económico, entre outros³, que marcaram inicialmente o conceito com uma visão puramente economicista. Lewis e Rostow, consideravam o crescimento económico como a condição essencial para se atingir o desenvolvimento económico e sugeriram que o processo de desenvolvimento deveria ter como modelo a experiência histórica dos países desenvolvidos, marcados pela industrialização, que foi o principal fator para o seu desenvolvimento. Ambos os autores apresentaram e partilhavam uma lógica evolutiva do conceito, universalmente válida e necessária, em que o processo de industrialização levaria ao crescimento económico e este, por sua vez, ao desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento económico indicou um processo pelo qual todas as sociedades teriam que seguir, já que este tinha sido experienciado pelos países desenvolvidos. Desta forma,

³ Para mais informação sobre a ligação do conceito de desenvolvimento com o crescimento económico ver também os autores Ragnar Nurkse, Paul Rosenstein-Rodan, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal.

a ajuda ao desenvolvimento envolveu a adoção pelos países subdesenvolvidos de um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização e no crescimento económico.

Durante esta época, o pensamento científico sobre o desenvolvimento económico encontrava-se fundamentado epistemologicamente pelo paradigma da modernização. Este paradigma afirmou-se na oposição entre sociedades tradicionais e sociedades modernas ou, como Samuel Huntington (1971:287) referiu, na oposição entre o homem tradicional e o homem moderno, e envolvia um processo que previa uma evolução natural das sociedades tradicionais em direção aos padrões de vida das sociedades desenvolvidas. Numa base comum, entre os teóricos da modernização⁴, o subdesenvolvimento de uma sociedade era justificado pelas suas características e estruturas sociais, económicas e políticas tradicionais, que eram um obstáculo à modernização. E o progresso económico, assente na industrialização e crescimento económico, era a condição essencial para as sociedades pré-industriais alcançarem a modernização e bem-estar.

Assim, a ênfase da teoria da modernização para a solução dos problemas do subdesenvolvimento centrou-se na crença de um caminho linear da modernização refletido à imagem dos países desenvolvidos e consistiu na substituição das estruturas tradicionais do subdesenvolvimento pelas estruturas modernas do desenvolvimento, que pode ser explicado pela perspectiva de Rostow sobre a sequência de etapas de crescimento económico, que indicavam a transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, através de cinco etapas de passagem obrigatória:

Sociedade tradicional → Pré-condições para a descolagem (take-off) → Descolagem (take-off) para o crescimento autossustentado → Caminho para a maturidade → Consumo em massa. Estas etapas de crescimento representavam as características uniformes da modernização das sociedades e apontavam uma lógica interna e de continuidade, onde o progresso económico levaria as sociedades à modernidade. Portanto, as primeiras três etapas constituíam a transição entre a tradição e a modernidade, ou seja, a primeira e a segunda etapa eram tidas como fases inferiores de desenvolvimento e a terceira etapa, “take-off”, era determinante para o progresso das sociedades, no sentido em que promovia o caminho para as duas etapas progressistas seguintes do desenvolvimento, caracterizadas pela completa

⁴ Entre os autores já referidos, Arthur Lewis e Walt Rostow, pode-se ainda destacar Neil Smelser, James Coleman e David McClelland e Talcott Parsons.

modernização das sociedades e economias (Rostow *apud* Rist, 2010:94-98). Portanto, a teoria de Rostow traduz um modelo de sociedade e o caminho que era necessário percorrer para atingir a modernização e o desenvolvimento e o modelo do desenvolvimento económico estava ao dispor para dar esse salto.

Desta forma, a partir da década 50 e nas duas décadas seguintes, o desenvolvimento económico assente no paradigma da modernidade, estava focado no crescimento económico e dominou o pensamento científico e político, tanto dos países desenvolvidos como dos países subdesenvolvidos. No entanto, enquanto o impulso de desenvolvimento nos países desenvolvidos tinha sido resultado de processos endógenos, nos países subdesenvolvidos a mudança deu-se a partir de incentivos exógenos. Neste período, encontramos três tendências que marcaram as ações empreendidas internacionalmente para a ajuda ao desenvolvimento:

1- Nos anos 50, a ênfase foi dada à *formação de capital* como fator principal para o desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos. Deste modo, as principais medidas políticas basearam-se na necessidade de acumulação de capital destes países, através da injeção de capital externo por parte dos países desenvolvidos, que incidiu em ajuda, empréstimos e investimento privado.

2- Nos anos 60, devido ao reduzido crescimento económico nestes países, que se diferenciava do crescimento nos países desenvolvidos, o foco mudou para *capital humano*, de forma a colmatar essas diferenças, que eram explicadas pelo baixo nível de progresso técnico e de competências educacionais nos países pobres. Assim, o capital humano passou a ser o fator essencial do crescimento económico e do desenvolvimento, que se refletiu em investimentos na educação e recursos humanos e em transferência de tecnologia e assistência técnica para estes países.

3- Em finais dos anos 60, os resultados da industrialização foram decepcionantes e surgiu uma nova e súbita ênfase no *mercado internacional* que conduziu a uma estratégia de industrialização voltada para o exterior, na esperança que o mercado fosse o motor de crescimento económico dos países subdesenvolvidos. (Arndt, 1987:55-87)

Estas foram as tendências do pensamento dominante sobre desenvolvimento económico durante as três primeiras décadas da sua existência, influenciando a forma como se concebia o objetivo do Desenvolvimento de e para os países subdesenvolvidos.

Capítulo II - Linhas de evolução do conceito de Desenvolvimento e suas reformulações

O conceito de Desenvolvimento, ao longo do tempo, mostrou-se incapaz de resolver os múltiplos problemas e desafios da humanidade, de modo que surgiram novos discursos críticos dentro do pensamento desenvolvimentista, que reclamaram a necessidade de um “outro” desenvolvimento. Neste contexto de crise e na busca de um “Desenvolvimento alternativo”, o conceito sofreu profundas reformulações de onde emergiram novos conceitos de desenvolvimento, que romperam com as estruturas do pensamento dominante, através de novas abordagens com uma enorme riqueza teórica, epistemológica e metodológica que, no seu conjunto, permitem, atualmente, uma leitura mais ampla e multidimensional do conceito de Desenvolvimento.

Assim sendo, este capítulo explora a evolução do conceito de Desenvolvimento e as suas reformulações ao longo destas últimas décadas, dando, sobretudo, destaque ao Desenvolvimento Local, que é um conceito-chave que demarca esta investigação. Para tal, o capítulo foi dividido em cinco secções: a primeira, inquirir as reformulações do conceito nos últimos 40 anos; a segunda, remete para uma análise sobre o surgimento do conceito de Desenvolvimento Local; a terceira secção, apresenta a discussão conceptual e teórica deste novo conceito; na quarta secção, faz-se uma análise sobre os seus fundamentos epistemológicos; e a última secção, explora as implicações metodológicas do Desenvolvimento Local.

2.1- Reformulação do conceito de Desenvolvimento nos últimos 40 anos

Apesar do Desenvolvimento económico, nas três primeiras décadas, ter permitido uma época de prosperidade sem precedentes com um notável crescimento económico, bem-estar e progresso tecnológico e científico, não foi suficiente para diminuir a pobreza e os diversos problemas nas sociedades em geral e nem para reduzir a distância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, de modo que “os “trinta gloriosos” (...) criaram novos “mal-estares” e impasses (...) também provocaram muitas “dores” em todos os países” (Amaro, 2003:50-51),

entre os quais, pode-se destacar que: os *países subdesenvolvidos* mostravam-se desiludidos face às expectativas criadas pelo Desenvolvimento, que não resolveu os seus problemas; nos *países desenvolvidos capitalistas* aumentaram os problemas sociais que se traduziram em novas formas de pobreza e de exclusão social; assim como, os problemas ambientais provocados pela visão economicista do conceito, que fizeram emergir uma nova consciência ambientalista; e, ainda surgiram, múltiplas crises económicas durante estas décadas, que colocaram em causa a crença no desenvolvimento como crescimento económico; e, ainda, nos *países desenvolvidos socialistas* se assistiu a diversas crises económicas, políticas, sociais e ambientais (Amaro, 2003:52-55).

Portanto, o Desenvolvimento económico falhou e não conseguiu promover o desenvolvimento das sociedades e, num contexto de múltiplas crises, a sua visão economicista e universalista foi questionada e criticada, o que levou à necessidade de procurar outras abordagens e práticas de desenvolvimento. O que fez com que nos últimos 40 anos, surgissem novos discursos críticos com novas perspetivas sobre o desenvolvimento, que se aliaram ao pensamento desenvolvimentista, de forma a superar a sua crise e renovar o conceito, resultando na emergência de novos conceitos de desenvolvimento.

Cabe ainda referir que foi durante as décadas 50 e 60, mesmo que de forma embrionária, que apareceram as primeiras críticas ao conceito por autores como Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, François Perroux, entre outros, e por alguns técnicos da ONU e de ONG's, que se mostraram preocupados com as questões sociais, assistindo-se aos primeiros esforços para encontrar novas abordagens e práticas de desenvolvimento.

No entanto, foi, sobretudo, a partir da década de 70, que se deu uma relevante mudança no pensamento desenvolvimentista e um dos pontos de partida foi a *Declaração de Cocoyoc* da ONU, em 1974, que salientou que o objetivo do Desenvolvimento era para desenvolver o homem (e não coisas) e satisfazer as suas necessidades, remetendo para a necessidade de novas abordagens que valorizassem para além da dimensão económica, a dimensão social, política e ambiental, tal como destacou a diversidade de caminhos para alcançar o desenvolvimento (Esteve, 2010:14). Esta declaração premeditou o pensamento e o sentido para um “outro” desenvolvimento e animou o discurso sobre o desenvolvimento.

De qualquer modo, algumas propostas de reformulação foram aparecendo como um novo alento, no final dos anos 70 e início dos 80, que na busca de um “Desenvolvimento alternativo”,

foram atribuídos novos adjetivos ao conceito, que permitiram renovar-lhe o conteúdo e abordagens e que, segundo Roque Amaro (2003), levaram ao surgimento de seis novos conceitos com validação científica e reconhecimento político-institucional internacional: o Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo e o Desenvolvimento Integrado.

Para melhor compreensão da linha de evolução destes conceitos, Amaro, apresenta-os em “fileiras”, ou seja, agrupa as novas reformulações pelo tipo de conteúdo, abordagens e práticas, assim como pela sua familiaridade conceptual, sistematizando, portanto, três fileiras: a **“fileira” ambiental**; a **“fileira” dos Direitos Humanos e da dignidade humana** e a **“fileira” das pessoas e das comunidades**, a seguir descritas e utilizando o mesmo processo de análise do autor. Apenas, o Desenvolvimento Integrado não é incluído em “fileira” porque não tem o mesmo reconhecimento científico e institucional que os restantes conceitos, mas mostra um carácter transversal com todos os conceitos (Amaro, 2003:55).

A **fileira ambiental**, como o nome indica, inclui os conceitos que consideram a dimensão ambiental do desenvolvimento e que reclamam uma nova consciência e sensibilidade para com a Natureza e os seus limites.

Assim sendo, em 1972, na sequência da Conferência de Estocolmo e o estudo *“The Limits to Growth”* do Clube de Roma sobre a incompatibilidade dos recursos naturais com o modelo economicista, surge o conceito **Ecodesenvolvimento** (Meadows, 1972), de forma a incluir no desenvolvimento respostas aos problemas ambientais.

Posteriormente, até à década 80, surgiu o conceito **Desenvolvimento alternativo** ligado ao movimento ecologista alemão dos “Verdes”, o **Desenvolvimento responsável**, entre outros conceitos, que contribuíram para o surgimento do **Desenvolvimento Sustentável** (DS), em 1987, apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU através do Relatório de Brundtland, intitulado de “Nosso Futuro Comum”.

Este relatório, devido à continua deterioração ambiental, aludiu à incompatibilidade do Desenvolvimento Sustentável com o rápido crescimento económico e propôs uma nova relação entre o homem e o ambiente e uma nova abordagem que articulava a dimensão económica com a dimensão ambiental e social, acreditando que para um “futuro mais próspero, mais justo e mais seguro” era necessário um crescimento económico equilibrado que preservasse o ambiente e que, por sua vez, amenizasse a pobreza e garantisse a sobrevivência da humanidade e dos

recursos naturais no futuro (CMMAD,1991:1-4). De modo que, o DS foi denotado como um processo que “atende as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (CMMAD,1991:46), prevendo uma responsabilização intergeracional das sociedades para agirem de forma consciente hoje e no futuro.

Em 1992, o conceito foi reforçado pela Conferência Rio-92, que teve o objetivo de criar uma parceria entre vários Estados membros para garantir um futuro sustentável para o mundo e adotaram um programa de ação global, a Agenda 21, que refletia um compromisso político de cooperação, em que cada um assumiu responsabilidades para alcançar o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 1997). Entretanto, surgiram outros encontros, em 2002, a Conferência de Joanesburgo e, em 2012, a Cimeira Rio de Janeiro, que reforçaram o compromisso e a coordenação entres os Estados membros e renovaram e aprimoraram o conceito numa visão tridimensional da sustentabilidade, baseada na eficiência e sustentabilidade económica, na proteção e conservação ambiental e na coesão e justiça social, tornando o seu campo de ação mais abrangente a outras áreas, tais como: segurança alimentar; gestão de recursos hídricos; cidades e agricultura sustentáveis; saúde pública, economia sustentada e inclusiva; igualdade entre géneros; entre outras (ONU, 2012:12-18). A complexidade do DS mostra a sua multidimensionalidade e a importância da conservação do ambiente.

A fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana integra as abordagens e os conceitos que se referem aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e que estabeleceram medidas políticas para garantir o bem-estar social.

As primeiras referências, neste sentido, surgiram na década 60 com François Perroux ao propor uma **Economia do Homem** em oposição à Economia do dinheiro e com a Comissão de Planeamento da Índia, ao sugerir o primeiro programa de desenvolvimento que garantia um **rendimento mínimo** para os pobres, de modo a diminuir a pobreza. Porém, esta estratégia, foi substituída em 1975 com a Conferência Mundial do Emprego, organizada pela OIT, onde Louis Emmerij e Mahbub ul Haq, propuseram uma nova abordagem que priorizava a satisfação das “**necessidades básicas**”, de modo a garantir um padrão mínimo de vida aos mais pobres, como: o acesso à alimentação, água potável, saneamento, saúde e educação e a um emprego e salário

digno e previa a participação das pessoas nas decisões que afetavam a sua vida e liberdades individuais. (Arndt, 1987:100-102)

Foram, portanto, estas as abordagens que estiveram na base da formulação e afirmação dos conceitos de Desenvolvimento Humano e de Desenvolvimento Social, na década 90.

O **Desenvolvimento Humano** (DH), proposto pelo Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, tinha o objetivo de aumentar as oportunidades das pessoas para uma vida digna, de acordo com os seus direitos humanos e liberdades fundamentais. De modo que o conceito acabou por ser definido como

(...) um processo através do qual as oportunidades dos indivíduos são ampliadas, as mais importantes das quais são uma vida longa e saudável, acesso à educação e o desfrute de um nível de vida digno. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo (PNUD, 1990:33).

A sua grande novidade foi ter oferecido o *Indicador de Desenvolvimento Humano*, que avaliava as três dimensões fundamentais da vida humana: “a longevidade, conhecimento e um nível de vida digna” (PNUD, 1990:36). O DH ganhou um grande reconhecimento institucional e ao longo do tempo tornou-se mais complexo e abrangente e integra, atualmente, outras dimensões como a sustentabilidade intergeracional, a segurança e a igualdade de oportunidades entre géneros (PNUD, 2003). Pode-se dizer que, na sua sequência, surgiu, em 2000, a Declaração do Milénio com um programa global para o desenvolvimento humano traduzido em oito⁵ **Objetivos de Desenvolvimento do Milénio** para reduzir a pobreza da humanidade.

Este conceito foi reforçado pelo **Desenvolvimento Social**, que emergiu da Conferência de Copenhaga, em 1995, solicitada pela ONU para conhecer os problemas que afetavam o bem-estar social e visava um compromisso político entre os estados membros para um desenvolvimento centrado no homem, tendo por base a dignidade humana, o respeito pelos direitos humanos, a paz e democracia, assim como a promoção e garantia do bem-estar social assente numa participação conjunta (ONU, 1995:4-5). Assim sendo, foram adotadas políticas sociais ao nível nacional para se garantir, por exemplo, um sistema de segurança social com um nível mínimo de solidariedade diante das situações de infortúnio e de proteção das necessidades

⁵ Para mais informações ver o “Relatório de Desenvolvimento Humano 2003” do PNUD

básicas; um sistema nacional de saúde e de educação; acesso ao mercado de trabalho e a inclusão e participação social (CCE, 1994:2-4).

Desta forma, o Desenvolvimento Social é um “processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais” (Amaro, 2003:59).

A **fileira das pessoas e das comunidades** inclui as abordagens e conceitos que dão o protagonismo às comunidades locais e às pessoas no processo de desenvolvimento, bem como estimulam a sua participação e cidadania. O tema proposto circunscreve-se nesta fileira.

A sua origem leva-nos à década 50 e 60, quando foi proposto pelos técnicos da ONU o conceito de **Desenvolvimento Comunitário**, como método alternativo de desenvolvimento, que resultou das suas práticas no terreno nos países subdesenvolvidos, foi também indicado por alguns autores como Manuela Silva, entre outros. Este conceito será analisado na secção seguinte.

Posteriormente, na década 70, surgiram diversos conceitos, entre os quais: o “**village concept**” proposto pela Organização Mundial de Saúde; o **desenvolvimento alternativo** impulsionado por grupos comunitários da Bélgica; a Dag Hammarskjöld Foundation (1975:28) propôs um “**outro desenvolvimento**”, que estivesse centrado nas pessoas e nas suas necessidades, que fosse endógeno e autónomo e estivesse em harmonia com o ambiente.

Ao avançarmos para a década 80, a UNESCO promoveu o **desenvolvimento endógeno**, que se focou nas particularidades de cada sociedade, Walter Stöhr e David Taylor propuseram um **desenvolvimento “a partir de baixo”**, isto é, protagonizado pelas comunidades locais. Na mesma linha, surgiu o **desenvolvimento territorial** da corrente territorialista, entre outros.

Esta ênfase em abordagens de base local, territorialistas e participativas, resultaram no surgimento do Desenvolvimento Local e do Desenvolvimento Participativo, que se afirmam cientificamente na década 80, e têm reconhecimento político-institucional na década 90.

O **Desenvolvimento Local** (DL) recebeu fundamentação do paradigma territorialista e foi reconhecido institucionalmente através do programa da OCDE, “Iniciativas Locais de Emprego”, que teve influência na criação de políticas e programas na Europa, tal como foi adotado pelo PNUD e OIT (Amaro, 2009:108). Este conceito, sendo um conceito-chave da análise proposta, será explorado mais à frente neste capítulo.

O **Desenvolvimento Participativo** (DP) encontra-se fundamentado pela Ciência Política com a autora Sherry Arnstein, pela educação popular com, por exemplo, Paulo Freire, pelas teorias do desenvolvimento alternativo (ligadas ao “empowerment”) através de John Friedmann, António Fragoso, entre outros.

O seu reconhecimento político-institucional surge inicialmente com ONGs, mas posteriormente é reconhecido pelo Banco Mundial e pela ONU (Amaro, 2003:57-58). Este conceito torna-se elementar para o envolvimento das pessoas no processo de desenvolvimento e torna-se um bom aliado do DL complementando o seu processo.

O DP, segundo António Fragoso (2005a), implica a participação e o envolvimento das coletividades no desenvolvimento das suas localidades e deverão ter controlo e poder decisório sobre todas as fases do desenvolvimento. Este processo participativo tem um valor educacional ao conscientizar e capacitar as pessoas para a transformação da sua realidade e será uma mais valia na articulação com outros atores sociais e processos (Fragoso, 2005a:46). Assim, requer-se a participação da sociedade no processo de mudança, tendo como consequência a capacitação e a autonomia das mesmas. E, estando o DP ligado ao conceito de **empowerment**, visa uma cedência de poder às pessoas e coletividades, para que se tornem cidadãos ativos. Assim, estes dois conceitos relacionam-se através de um processo que capacita e dá poder às pessoas (empowerment), para decidirem (participação) qual o caminho para o seu desenvolvimento.

Todavia, esta “fileira” foi a menos valorizada relativamente às duas anteriores. Contudo, em 2008, face à crise económica mundial, as abordagens de desenvolvimento voltadas para as pessoas e comunidades, ganharam um novo ânimo, devido à sua capacidade de encontrar respostas concretas e adaptadas.

Por fim, à parte destas fileiras, Amaro (2003) faz referência ao **Desenvolvimento Integrado** (DI) como um conceito integrador dos cinco novos conceitos referidos atrás, com uma perspetiva transversal pelos mesmos.

O DI foi proposto, em 1979, pela UNESCO que remeteu que este deveria ser “um processo total, multirelacional que inclui todos os aspetos da vida de uma coletividade, de suas relações com o mundo exterior e da sua própria consciência” (Esteva, 2010:11, tradução da autora). Alguns autores tiveram interesse nele como François Perroux e Augusto de Franco, entre outros.

Portanto, o Desenvolvimento Integrado prevê uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia copulativa do “E” (Amaro, 2003:59), que pressupõe uma leitura integrada e articulada da realidade e que envolve todas as dimensões da sociedade, como um todo, para que se dê o reencontro do desenvolvimento com a vida.

Neste sentido, têm surgido conjugações de conceitos que mostram o seu carácter integrador, por exemplo, uma variante é o **Desenvolvimento Local Integrado Sustentável** de Augusto de Franco (2000), que segundo o autor, “é uma metodologia, *latu sensu*, que visa promover o desenvolvimento de unidades sócio-territoriais delimitadas por meio de um conjunto de práticas” (Franco, 2000:37), que envolvem a articulação de diversas abordagens. A complexidade dos problemas e desafios atuais exigem respostas e ações multidimensionais e integradas, ou seja, um desenvolvimento do “E”, o que leva à emergência de outras abordagens “copulativas” para construir pontes entre o desenvolvimento e as diversas dimensões da realidade.

Em suma, esta diversidade de abordagens reflete a multidisciplinaridade que o conceito de Desenvolvimento ganhou com as novas reformulações nos últimos 40 anos. Na realidade, os novos conceitos remetem para um “outro desenvolvimento” distinto do conceito do pós-guerra e apontam à diversidade de formas e caminhos para o desenvolvimento. Apesar destes conceitos estarem em processo de construção e consolidação científica, trouxeram novas perspectivas e conteúdos que enriqueceram as abordagens do desenvolvimento e abandonam a sua matriz economicista, estando mais centradas nas pessoas, no seu bem-estar e nas suas capacidades, tal como estão direcionadas para processos endógenos e participativos e apresentam uma nova consciência ambiental. Uma característica transversal nestes conceitos é a sua multidimensionalidade, ainda que com ênfases diferenciadas.

Logo, o caminho percorrido pelo Desenvolvimento mostra que se tornou num conceito dinâmico e com uma abertura para novas leituras e interpretações, o que poderá levar ao surgimento de novas adjetivações. Tal não significa que se decretou o seu “fim”, apenas foi evoluindo para se adaptar aos novos desafios da humanidade.

2.2- Surgimento do conceito de Desenvolvimento Local

Falar sobre o surgimento do Desenvolvimento Local (DL) implica voltarmos à primeira década da “Era do Desenvolvimento”, quando apareceram as primeiras críticas ao modelo economicista e preocupações com a dimensão social do desenvolvimento. Apesar deste conceito, como referido atrás, se ter afirmado na década 80, tem as suas raízes no Desenvolvimento Comunitário (DC), que surgiu na década 50, como método alternativo do desenvolvimento económico.

No entanto, cabe referir que as origens das práticas do DC são ainda mais remotas e levam-nos ao período colonial, quando se aplicaram estratégias de colonização mais “amigáveis” para uma aproximação às comunidades, entre as quais, a **formação de líderes comunitários** praticado pelo sistema colonial britânico e a **organização comunitária** aplicada pelo sistema americano como resposta aos problemas de desordem social, que se sentia nessa época (Carmo, 1999:78). Portanto, estas práticas indicavam, por um lado, um processo de integração social que promovia a participação das comunidades nas decisões que lhes competia e, por outro, apontavam um processo conservador de controlo social que mantinha as mesmas conjunturas de poder locais (Fragoso, 2005a:24).

Porém, foi a partir da II Guerra Mundial que o DC se constituiu como metodologia de intervenção social, para colmatar os problemas sociais vivenciados nesta época e para uma ação articulada entre o Estado e as comunidades locais. A primeira alusão ao conceito surgiu em 1948 numa Conferência Internacional em Cambridge, quando se discutia a gestão de África em processo de descolonização, no qual se considerou o DC uma técnica eficaz para o desenvolvimento das ex-colónias. Todavia, o conceito só ganhou reconhecimento internacional em 1950 com a ONU, através do relatório “O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário (Carmo, 1999:79), que o definiu como

(...) uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas colectividades, de associarem essas colectividades à vida da nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do País (Silva, 1964:498).

Assim sendo, o DC promovia o progresso social através do envolvimento e participação das comunidades no processo de desenvolvimento.

Este método alternativo de desenvolvimento emergiu como resposta à constatação da incompatibilidade do modelo desenvolvimentista nos países subdesenvolvidos, que tinham dificuldades em acompanhar e adaptar-se ao processo. De modo que, contrariamente à visão economicista do desenvolvimento, as práticas do DC: incluíram a dimensão social nas suas abordagens e se centravam nas necessidades das comunidades; requeriam a participação da comunidade no processo de desenvolvimento; mobilizavam as suas capacidades e recursos endógenos; promoviam a cooperação entre a comunidade e os serviços locais para uma ação integrada; estimulavam um espírito organizativo de entreajuda e solidariedade entre os membros; e por fim, consideravam, nas suas ações e respostas, o contexto global. (Silva, 1964:498-500)

Ao longo do tempo, o DC traduziu-se numa heterogeneidade de abordagens de intervenção comunitária. Entre várias, destaco o surgimento nos anos 60, na América Latina, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB).

As CEB nasceram, do apelo do Concílio Vaticano II, para uma nova posição da Igreja perante os problemas das sociedades e para o seu envolvimento na criação de práticas orientadas para a emancipação destas. Esta nova experiência da Igreja tinha o objetivo de vivenciar a fé cristã e melhorar as condições de vida das comunidades, através de uma ação coletiva com base na solidariedade (Filho, 2012:5-9) e obtiveram fundamentação através da Teologia da Libertação, que tem como autores principais Leonardo Boff e Paulo Freire.

Leonardo Boff (1996) referiu-se à Teologia da Libertação como um “casamento da Igreja com os pobres” que procura a sua libertação (Boff, 1996:10). Já Paulo Freire reflete esta nova teologia na sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1994), que remete para a necessidade de uma pedagogia educativa e emancipadora das comunidades oprimidas, para que estas passassem a serem sujeitos conscientes e autores da sua libertação. Para tal, enquanto metodologia, propunha um diálogo conscientizador que estimulasse a reflexão crítica dos oprimidos, para que se libertassem da sua condição.

Neste sentido, como pedagogia, as CEB inspiraram-se nas práticas de educação popular de Freire e criaram condições para que os pobres se tornassem sujeitos conscientes e ativos na sua libertação. De modo que assumiram, em simultâneo, um papel religioso e político, que além da prática da fé, a comunidade também se organizava para discutir os seus problemas e soluções em conjunto, o que lhes permitiu construir um pensamento crítico e o exercício da democracia (Boff, 1994:29-30). Portanto, as CEB representam um processo de libertação e

emancipação das sociedades, através da conscientização social e política e construam uma democracia a partir das bases ao transformarem cristãos em cidadãos ativos, que, a partir da fé, se envolviam coletivamente na construção do seu processo de mudança.

Gradualmente, como vimos na secção anterior, no final da década 70, surgiram novos conceitos que também valorizavam o protagonismo das comunidades locais e as iniciativas de base local, em resposta aos múltiplos problemas causados pelo paradigma do Desenvolvimento Regional que se sentiram mais a nível local e, por consequência, às lacunas do mercado, que se tornou cada vez mais liberalizado e globalizado e à crise e falta de respostas por parte do Estado-Providência (Amaro, 2009:110).

O Desenvolvimento Regional, assente no paradigma “top-down”, previa que o processo de desenvolvimento aconteceria naturalmente do centro para a periferia, ou seja, de “cima para baixo”, o que não aconteceu, pois o desenvolvimento não alcançou as áreas periféricas. Neste contexto, o paradigma foi questionado e reformulado por autores como John Friedmann e Clyde Weaver, Walter Stöhr e David Taylor, Bernard Pecqueur, entre outros, que defendiam que o desenvolvimento deveria “partir de baixo”, dos territórios, concedendo às comunidades locais a possibilidade de serem os atores principais dos seus processos de desenvolvimento, a partir das suas iniciativas e capacidades. O paradigma territorialista propunha assim que, contrariamente ao paradigma dominante, a base e o protagonismo partissem do território e da comunidade local e apresentava um carácter mais endógeno do que exógeno (Amaro, 2009:110-111).

Assim sendo, o Desenvolvimento Local resulta do encontro de alguns acontecimentos e propostas de desenvolvimento, que foram aparecendo ao longo do tempo, e foi neste sentido entrelaçado que o conceito foi evoluindo e se conceptualizou pouco a pouco. Primeiro, com o alento indutivo resultante das práticas no terreno do DC, que lhe serviram de inspiração para as suas abordagens e, posteriormente, através do paradigma territorialista (via dedutiva) que permitiu a afirmação científica do conceito de Desenvolvimento Local na década 80.

Portanto, foi todo este contexto que propiciou o surgimento do DL e o enriquecimento do seu quadro teórico foi-se fazendo gradualmente, num diálogo entre a prática e a teoria, de modo que, com esta herança processual e conceptual, o DL adotou um processo de desenvolvimento centrado no protagonismo da comunidade local e do território.

2.3- Discussão conceptual e teórica do Desenvolvimento Local

O Desenvolvimento Local, como vimos anteriormente, emergiu como modelo alternativo do desenvolvimento para encontrar soluções ao nível local, às múltiplas crises e problemas que as sociedades em geral enfrentavam. Ao longo do tempo, este conceito foi ganhando um vasto campo conceptual e teórico⁶, de significados e sentidos, que derivaram de uma multiplicidade de iniciativas de base local como resposta aos desafios das comunidades locais.

Das várias definições existentes, enuncia-se apenas algumas, o que não significa que as restantes não tenham valor, apenas devido à sua diversidade se torna inexequível encontrar uma conceptualização uníssona do termo, já que, como referido, o seu campo teórico foi fundamentado no paradigma territorialista e nas múltiplas práticas no terreno.

Em termos **conceptuais** o Desenvolvimento Local pode ser definido, segundo Amaro (2009), como um

processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas (Amaro, 2009:108).

Portanto, é um processo de mudança de uma comunidade que eleva as condições de vida da mesma, através da mobilização de capacidades e recursos endógenos e da sua participação no processo para encontrar soluções integradas aos seus problemas.

Numa perspetiva semelhante Sérgio Buarque (1999), refere que o DL é um

processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo económico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases económicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local,

⁶ Para afirmação conceptual e teórica, além dos autores já referidos atrás, contribuíram ainda António Vasquez-Barquero, Paul Houée, José Arocena, Sérgio Buarque, Roque Amaro, José Manuel Henriques, Mário Rui Silva, entre outros.

aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo que assegura a conservação dos recursos naturais (Buarque, 1999:9).

Buarque acresce ao processo de mudança a capacidade de organização social e económica de uma comunidade local, prevendo uma sustentabilidade do processo, através do aumento das capacidades sociais e económicas e da preservação ambiental.

Bernard Vachon e Francine Coallier (1993), denotam o DL como

(...) uma estratégia que visa, por meio de mecanismos de parceria: 1º para criar um ambiente favorável às iniciativas locais para aumentar a capacidade das comunidades em dificuldades; 2º para se adaptarem às novas regras do crescimento macroeconómico; e 3º para encontrar outras formas de desenvolvimento que, por meios de organização e produções exclusivas irão integrar preocupações de ordem social, cultural e ambiental por entre as considerações puramente económicas (Vachon e Coallier 1993:104, tradução da autora).

Logo, remete para um processo, em que através de uma lógica de parceria permitisse elevar as potencialidades das comunidades locais, de forma a que conseguissem responder às exigências globais e para uma abordagem integrada em que incluía, para além da dimensão económica, as dimensões social, cultural e ambiental.

Para Arizaldo Carvajal Buarbano (2011), o Desenvolvimento Local é um

processo de desenvolvimento integral, que conjuga a dimensão territorial, as identidades ou dimensão cultural, a dimensão política e a dimensão económica. É um compromisso à democratização das localidades, ao desenvolvimento sustentável e equitativo repensando as potencialidades do território e da sociedade local” (Buarbano, 2011:90, tradução da autora).

Portanto, também este autor refere um processo integrado das diversas dimensões da realidade local, que procura um desenvolvimento sustentável, justo e democrático, a partir das bases e das capacidades locais.

O DL pode denotar coisas distintas para pessoas diferentes em diversos lugares, pois os fins a que se propõe são de ampla extensão e não tem uma receita a seguir. Como refere Buarbano (2011), o DL é “um discurso em construção; uma proposta de desenvolvimento que requer ser construída-reconstruída em seus discursos e em suas práticas” (Buarbano, 2011:91, tradução da autora). Por este facto é que o seu processo incita uma lógica de flexibilidade, “à

medida” de cada local, o que explica a existência de diferentes abordagens quantas a diversidade de lugares e caminhos. Cada território tem características próprias e por isso caminha num desenvolvimento só seu, com as suas particularidades, o que justifica não haver uma conceptualização uníssona do DL, pois pressupõe uma adaptação ao contexto em que está inserido, o que reflete uma abertura para incluir no seu processo as múltiplas dimensões da realidade local.

De forma a entender o Desenvolvimento Local através das várias contribuições, Amaro (2009) considera que existem dez características básicas do conceito que orientam as suas abordagens: 1) é um *processo de mudança* que melhora as condições de vida 2) de uma *comunidade local de pequena dimensão* com uma identidade comum, capaz de mobilizar ações coletivas e autónomas 3) de forma a *satisfazer as suas necessidades* 4) a partir *das capacidades endógenas*, 5) o que envolve *uma dinâmica participativa e de empowerment* da comunidade, 6) com o apoio de *recursos exógenos para desenvolver os endógenos*, 7) assumindo uma abordagem *integrada* na solução dos problemas 8) e envolvendo os vários atores locais *numa lógica de parceira*, 9) com objetivo de *abranger toda a comunidade* 10) e conforme a *diversidade* de caminhos, ritmos e resultados (Amaro, 2009:111).

Fragoso (2005b) acrescenta outras características que importa saber, tal como a produção de conhecimento no DL parte dos *conhecimentos locais* e são conjugados com os *conhecimentos científicos*, para que se produza um conhecimento adaptado aos problemas e para construir processos contextualizados (Fragoso, 2005b:67-68). Assim como os processos de DL devem ser inscritos entre a *tradição* e a *modernização*, de forma a construir pontes que permitam encontrar respostas inovadoras a partir das referências culturais das pessoas (Fragoso, 2005b:70). Portanto, estas hibridizações entre o conhecimento local e científico e entre a tradição e o moderno, além de enriquecer o processo de DL, permite que as suas práticas sejam adaptadas às vivências e à realidade local e que criem pontes culturais que levem a um desenvolvimento e uma modernização própria.

Consensualmente, o DL é um processo de mudança estabelecido de “baixo para cima”, isto é, que parte do território e da comunidade local. Tem uma componente endógena não só quanto ao papel das comunidades mas também em relação às potencialidades locais, que se baseiam essencialmente na mobilização das suas iniciativas, dinâmicas e recursos. Neste sentido, o DL prevê a participação e cooperação entre os atores sociais de determinado

território, para que em conjunto criem um processo de desenvolvimento integrado, com uma visão sistêmica dos problemas e das respostas. Tal como propõe uma diversidade de estratégias que enriquecem as práticas de um dado território e apresenta um carácter multidimensional e flexível, que permite que as comunidades locais caminhem para um desenvolvimento próprio e adaptado à suas necessidades e realidade local.

O Desenvolvimento Local aponta para uma nova forma de olhar e atuar desde o *território* e com ele o *Local* ganhou um novo significado nas abordagens de desenvolvimento, principalmente num contexto de globalização e de crise do Estado-providência que conduziu à adoção de estratégias e respostas de âmbito local. Sendo o território o local de existência social, onde a sociedade se relaciona e desenvolve as suas atividades socioeconómicas e partilha uma história e identidade coletiva, torna esse local numa catapulta para o desenvolvimento.

Como José Arocena (2002) indica, para sucesso dos processos de DL é primordial uma forte componente *identitária*, que potencialize as iniciativas locais, refletida na sua história e no seu território (Arocena, 2002:28). Contudo, apesar desta dinâmica endógena, o autor alude que o processo de DL só pode ser analisado em relação à sociedade global em que está inserido, para que não se caia no localismo (Arocena, 2002:22). É essencial analisar o local e o global como parte da mesma realidade social, de forma a conhecer as suas influências nos processos locais, tal como se deve considerar, numa perspetiva integrada, as mudanças que ocorrem no global e no local (Fragoso, 2005b:77-78), já que o local é um espaço aberto e intermediário entre relações internas e externas.

Portanto, o DL “*está inserido e interage numa realidade mais complexa e ampla*” (Buarque, 1999:9) e, segundo Amaro (2009), pode ser visto como uma resistência das economias e das comunidades locais às consequências da globalização, como também uma resposta aos problemas locais, quando o Estado-Providência já não consegue responder. Pode-se dizer que, o DL tem sido um “escape” aos problemas que a globalização trouxe e não tende a desaparecer com esta, pelo contrário, complementa-a e propõe uma globalização que parta do local num processo “paradoxal de “glocalização”” (Amaro, 2009:112), acreditando que o global é construído a partir de iniciativas locais. No mesmo sentido, Buarque (1999:11) refere que a “globalização e desenvolvimento local são dois polos de um mesmo processo complexo e contraditório”, dado que, em paralelo ao processo de globalização, ao nível local, apareceram iniciativas locais e autónomas que resultaram da valorização do local e da sua articulação e interação com o global, isto é, com outros territórios, sendo desta forma que o local se globaliza.

Assim sendo, o DL resulta da capacidade dos atores locais se organizarem e mobilizarem as potencialidades locais, de modo a se inserirem num contexto global (Buarque, 1999:11-15). E, como prática inovadora, como indicam Vachon e Coallier (1993), o DL centra-se num desenvolvimento global (Vachon e Coallier, 1993:91), que adota estratégias de âmbito local para fazerem frente à conjuntura global e para uma integração económica e social no global de acordo com o contexto local.

Deste modo, os processos de DL devem ter em conta esta relação local-global, dado que são interdependentes e sofrem interferências um do outro e, por isso, muitos autores utilizam o termo “glocal”, a junção dos dois termos para se referir a um modelo de ação que sugere um “atuar localmente” e um “pensar globalmente”, refletido no pensamento ecologistas dos anos 70, onde a ação local não deixa de ter uma visão global.

Neste contexto, o Desenvolvimento Local através das suas dinâmicas territorialistas e sociais, relaciona-se com a *economia solidária*, que assume um significado renovado, face à conjuntura de recessão económica e social que afeta as comunidades locais. Segundo Rui Namorado (2009), o Desenvolvimento Local imbuído pela economia solidária permite um processo de requalificação dos territórios e de renovação social, devido ao seu enraizamento nas pessoas e no local, tal como alia a si a conjugação do global e o local (Namorado, 2009:73).

De acordo com Amaro (2005), a economia solidária é uma atividade económica que integra várias atividades produtivas, gera emprego e rendimento e satisfaz as necessidades locais; promove a igualdade de oportunidades e coesão social; respeita e valoriza a cultura local e o ambiente; tem por base uma gestão eficiente dos recursos, assim como impulsiona o DL (Amaro, 2005:5). Esta economia baseia-se nas relações sociais e não na acumulação de lucro, o que remete para relações de solidariedade e de ajuda mútua entre os membros da comunidade, criando um vínculo social de reciprocidade (Laville e Gaiger, 2009:162). De facto, as estruturas da economia solidária são bastante flexíveis, diversificadas e próximas das pessoas para impulsionar uma cooperação social baseada na solidariedade e reciprocidade, assim como esta economia reconhece outras formas de economia, que partem de pequenas iniciativas locais em oposição à economia de mercado. A sua componente territorial faz dela um dos parceiros mais plausíveis do DL, já que se liga à comunidade, capta as potencialidades endógenas e tem uma capacidade organizativa, que permite uma inclusão social e económica e que ainda responde aos desafios locais.

Importa ainda salientar que o DL procura incluir princípios de sustentabilidade para afirmar a continuidade dos seus processos de desenvolvimento. Segundo Buarque (1999), um processo DL *sustentável*, ao mesmo tempo que promove a melhoria das condições de vida, prevê um crescimento económico eficiente e articulado com a preservação ambiental (Buarque, 1999:32). Neste sentido, o processo de desenvolvimento é reorientado para uma nova relação entre o social, o económico e o ambiental, para que haja uma sustentabilidade no tempo, no espaço e nas ações.

Perante a falta de resposta por parte do Estado aos problemas locais, o DL sugere uma *descentralização do poder* que aproxime as comunidades às instâncias de poder locais, de forma a conceder “capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais” (Buarque, 1999:16). Para tal, o DL cria condições para que as sociedades se organizem e mobilizem de forma autónoma (Buarque, 1999:16) e para que estas se aproximem das estruturas de poder local, através da sua participação ativa nos processos de decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito, o que por sua vez reforça as estruturas de poder local e estimula uma consciência política, criando assim, as circunstâncias necessárias para uma democracia participativa (Buarque, 1999:26). Portanto, o DL representa também um processo político a partir das bases, ao construir com as sociedades uma consciência a este nível, que é reforçada pela cedência de poder, com fórmulas mais participativas e democráticas, que permitem uma cidadania ativa e uma autonomia no seu processo de desenvolvimento.

Em certa medida, o Desenvolvimento Local é uma outra forma de desenvolvimento distinta do desenvolvimento economicista. Primeiramente, porque é uma proposta que estimula uma diversidade de caminhos e segundo porque deixa de ter a diretriz economicista como orientadora das suas abordagens, sendo um processo mais sociopolítico. Este novo conceito trouxe para as abordagens do desenvolvimento um enraizamento territorial que é assumido e praticado pela comunidade local, o que leva a que o processo de desenvolvimento seja uma construção concreta e muito própria de cada lugar e cada sociedade.

Em suma, o DL surgiu como um caminho de renovação do conceito de desenvolvimento, de resgate do local e de recuperação das práticas comunitárias para responder aos desafios locais.

2.4- Fundamentos epistemológicos do Desenvolvimento Local

A transição paradigmática incitada pela crise do paradigma da ciência moderna trouxe uma postura crítica relativamente ao seu processo de produção de conhecimento, representada pela rutura epistemológica de Bachelard, que distancia o conhecimento científico do senso comum e que rejeitou uma pluralidade de formas de conhecimento que não se encaixavam nos seus princípios epistemológicos. No entanto, a complexidade da realidade na atualidade requer novos olhares epistémicos, mais flexíveis e alargados, que sejam capazes de compreendê-la e que estejam comprometidos com esta, o que evidencia a utilidade de outras formas de conhecimento para enfrentar os problemas e desafios da Humanidade.

Neste sentido, como vimos atrás (secção 1.1), e sobretudo a partir de reflexões expostas por Boaventura Santos, através da *dupla rutura epistemológica*, denota-se, que o senso comum ganha um novo lugar e importância em vários discursos. Na mesma linha, a pedagogia do oprimido de Paulo Freire (1994), referida anteriormente, reflete esta relação entre o conhecimento científico e o senso comum, onde o conhecimento da realidade parte do ponto de vista da experiência e dos conhecimentos dos excluídos, reconhecendo neles uma superioridade epistemológica e científica, portanto esta visão já anunciava uma mudança paradigmática. Esta pedagogia pretende transformar a realidade opressora através do diálogo entre o opressor e o oprimido, mesmo que partam de conhecimentos diferentes, de modo a emancipar e capacitar os envolvidos, tornando-os sujeitos conscientes e autores da sua libertação. Segundo Santos (2002), “o senso comum emancipatório é (...) construído para ser apropriado privilegiadamente pelos grupos sociais oprimidos, marginalizados ou excluídos, e, de facto, alimentado pela prática emancipatória destes” (Santos, 2002:109).

Tanto Freire como Santos recuperam a relação entre os dois conhecimentos e reconhecem a sua proximidade e complementaridade, caso contrário, o conhecimento científico afasta-se dos sentidos e torna-se estranho e inútil à humanidade, dado que a nossa existência se sustenta no conhecimento do senso comum. Enquanto a ciência procura uma lógica científica, racional, o senso comum aprofunda-se nos sentidos e às crenças e fornece generalizações imediatas e essenciais para as pessoas e para as suas práticas sociais. Assim, esta aproximação traz o diálogo entre eles e torna a ciência num conhecimento acessível e próximo das pessoas comuns.

Além do mais, o senso comum permite que a ciência evolua e esta existe para explicar e solucionar problemas, que emergem na sociedade. Assim, torna-se elementar que as novas abordagens de desenvolvimento recuperem o valor do senso comum no processo de produção de conhecimento e incluam os saberes populares, de forma a reconhecer nas pessoas comuns a capacidade de captar a realidade de diferentes maneiras e serem vistas também como autoras de conhecimento e da realidade. Pois, a articulação entre os dois conhecimentos possibilita uma melhor compreensão do mundo e da nossa ação nele e a partir dele, sem a sobreposição de um conhecimento ao outro, e permite reconhecer que ambos apresentam os seus limites e forças na explicação da realidade e juntos vão além do que fariam em separado.

Sendo o Desenvolvimento Local um paradigma que se inscreve na pós-modernidade, reflete-se nos princípios epistemológicos de um “conhecimento prudente para uma vida decente”, incitados pela dupla ruptura epistemológica, logo, resgata o conhecimento comum dos atores locais e integra-o nas suas abordagens com o objetivo de criar um conhecimento emancipatório, que capacita as pessoas para que sejam atores de mudança da sua própria realidade. Esta combinação de conhecimentos científicos e populares, além do seu valor epistemológico no enriquecimento do conhecimento, acarreta um valor educativo, já que o conhecimento é produzido pela reflexão crítica dos sujeitos envolvidos no processo de desenvolvimento, a partir das suas experiências e conhecimentos. Esta combinação de saberes permite ter outra perspectiva da realidade e encontrar abordagens que promovam o desenvolvimento local.

O Desenvolvimento Local reconhece que as pessoas detêm conhecimentos específicos sobre a cultura e o contexto de intervenção e incluem-nas no processo de produção de conhecimento, pois “todo o conhecimento é autoconhecimento” (Santos, 1988:66), que visa transformar-se num conhecimento prático e comum. Logo, o conhecimento está relacionado com o autoconhecimento do sujeito consciente que, por sua vez, está sempre vinculado aos seus valores, crenças e sentimentos, o que o torna num conhecimento autobiográfico da sua realidade que é relevante nas abordagens do DL para conhecer as suas necessidades e perspectivas. Cada conhecimento cria um conhecimento distinto, mas necessário para ampliar o nosso conhecimento e ação sobre o mundo. Assim, o conhecimento científico produzido pelo Desenvolvimento Local não se dissocia deste conhecimento comum que é bastante útil e valioso, tanto na produção de conhecimento como na construção do seu processo.

Nas abordagens do Desenvolvimento Local, o conhecimento produzido é singular, concreto e dependente do contexto de cada território e comunidade local e, por isso mesmo, recusa o conhecimento baseado em generalizações científicas que não contribuem para a adaptação e flexibilidade dos seus processos de desenvolvimento à realidade local, visto que a multidimensionalidade dos problemas sociais tem de ser entendida na sua totalidade, o que requer a inclusão do conhecimento local. Santos (1988), indica que dentro de um paradigma emergente, o “conhecimento científico é total e local”, ou seja, sendo total é também local, pois é útil às comunidades locais. Sendo local, o conhecimento é total porque reconstitui o conhecimento local para um conhecimento total ilustrado, fazendo a sua tradução e emigração para outros contextos (Santos, 1988:66). Neste sentido, podemos dizer que o conhecimento produzido no Desenvolvimento Local se torna num conhecimento “glocal”, onde o conhecimento científico vai além da racionalidade científica e inclui os conhecimentos locais para se tornarem num conhecimento esclarecido e possibilitarem uma intervenção adequada à realidade local e comprometida na resolução dos seus desafios.

Portanto, no Desenvolvimento Local o conhecimento científico, por si só, pode se tornar vazio e inútil, se não for utilizado pelas pessoas comuns. Para que se torne compreensível e útil é necessária uma “tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis” e permita “conversarem” com os atores locais sobre os seus problemas e pretensões (Santos, 2002:27), de forma a romper com o silêncio dos saberes e a diminuir as suas diferenças. Esta tradução reforça o diálogo entre conhecimentos e permite construir uma normatividade “a partir do chão das lutas sociais, de modo participativo e multicultural” (Santos, 2002:37). Só através do diálogo é possível gerar um novo conhecimento, capaz de responder aos atuais desafios, pois cria pontes entre saberes para que juntos façam algo de novo. Se “conhecimento é auto-conhecimento o desconhecimento é auto-desconhecimento” (Santos, 1988:70-71). Portanto, o senso comum ganha um estatuto epistemológico, o que não faz dele um obstáculo, como referia Bachelard, mas uma ponte epistemológica para a compreensão da realidade e da nossa existência, enquanto pessoas comuns. É a partir deste conhecimento prático e comum que as pessoas respondem às suas necessidades, criam a própria realidade e que se emancipam e se organizam como sociedade. Assim, o diálogo com o “outro” conhecimento nas abordagens do Desenvolvimento Local é essencial para alcançar a autonomia e emancipação das sociedades locais, assim como é propulsor para outra forma de conhecimento e de desenvolvimento.

2.5- Implicações metodológicas do Desenvolvimento Local

O Desenvolvimento Local apresenta um novo modelo de intervenção distinto do modelo proposto pelo desenvolvimento tradicional, que resulta, como já referido, da sua fundamentação no paradigma territorialista e nas práticas do terreno, o que fez com que o DL adotasse uma visão de desenvolvimento “a partir de baixo” e que tivesse por base o protagonismo do território e das comunidades locais.

Este desenvolvimento “a partir de baixo” promove vários caminhos de transição, embora haja características básicas, não é um processo uniforme a seguir, já que cada território constrói a sua estratégia de desenvolvimento. No entanto, como princípio estratégico, Stöhr (1981) indica que os processos de “desenvolvimento de unidades territoriais deverão ser baseados principalmente na plena mobilização dos seus recursos naturais, humanos e institucionais” (Stöhr, 1981:64, tradução da autora). Logo, privilegia-se nas abordagens de desenvolvimento, uma autodeterminação territorial centrada nas suas potencialidades endógenas e na capacidade organizativa da comunidade local neste processo.

Neste sentido, devido à abertura deste novo paradigma, podemos encontrar diversos valores de referência que orientam as abordagens do Desenvolvimento Local e que resultaram em vários princípios metodológicos de intervenção, que apontam para lógicas *participativas e de empowerment*, de *territorialização*, para uma *abordagem integrada com um trabalho em parceria* e, ainda para a *flexibilidade de ação e a investigação-ação*, a seguir aprofundadas.

Participação e Empowerment

A participação enquanto princípio metodológico é um instrumento valioso nos processos de intervenção do DL. Vale a pena recordar que, desde o início dos programas de intervenção do Desenvolvimento Comunitário, como as práticas de educação popular adotadas pelas CEB, aludiam que a participação da comunidade era essencial na construção do processo de mudança, para que estas tivessem conhecimento sobre as suas necessidades e problemas e tivessem consciência da sua capacidade para as satisfazer e propor soluções. Hoje, as metodologias participativas são aprofundadas, como mencionado antes no conceito do Desenvolvimento Participativo e estão ligadas ao empowerment, à cidadania e à democracia participativa.

De qualquer modo, a condição necessária para os processos de desenvolvimento que partam das comunidades é a participação destas, uma vez que, como Fragoso (2005a) indica, a participação é

(...) uma acção qualitativa e organizada que permite aos grupos conscientizados concretizar iniciativas que permitam a melhoria das suas vidas (...) esta participação tem um valor educacional profundo: forma cidadãos capazes de ter uma posição crítica sobre os assuntos que os afectam, capazes de actuar sobre o mundo actual em que vivem, propondo medidas que promovem a melhoria social (...) (Fragoso, 2005a:44).

Assim sendo, a participação permite a conscientização e capacitação dos atores sociais para que estes se tornem sujeitos de transformação da sua realidade.

Na mesma linha, Isabel Guerra (2000) ressalta que não basta que as pessoas participem em atividades, requer-se que esta participação incite uma consciência social sobre os seus desafios e capacidades, para encontrarem respostas, para tal é essencial o seu envolvimento tanto na tomada de decisões, nas ações e em todo o processo de ação, através de uma cedência de poder a estas - empowerment. Uma vez que, como refere a autora, a participação dos atores sociais, além de ser uma condição essencial para uma democracia participativa, é sobretudo um requisito operacional para os processos de desenvolvimento serem efetivos, dado que sem esta participação não se conhece as suas necessidades e recursos e qualquer ação passará ao lado da sua realidade (Guerra, 2000:101-102). Portanto, a participação da sociedade exige o seu envolvimento no processo de desenvolvimento, que, além de permitir a sua conscientização e capacitação, permite construir processos adaptados à realidade.

Este processo participativo é reforçado pelo conceito de **empowerment**, que Friedmann (1996) define como um processo que envolve “todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (Friedmann, 1996:viii). Assim sendo, esta cedência ou aquisição de poder oferece às pessoas e coletividades a capacidade e autonomia de decisão e ação sobre os assuntos que lhes dizem respeito e que são do seu interesse, permitindo-lhes o exercício de uma cidadania ativa e o reforço de uma democracia participativa.

Pode-se assim dizer que esta abordagem participativa e de empowerment procura a emancipação e autonomização social e política dos atores locais, para que se tornem cidadãos ativos e autores do seu processo de mudança.

Territorialidade

O Desenvolvimento Local, assente no paradigma territorialista, adota uma visão do desenvolvimento “a partir de baixo” que exige metodologias territorialistas nas suas práticas.

O desenvolvimento “a partir de baixo”, como Stöhr (1981) referiu, pressupõe um processo integral, que aumenta as oportunidades das comunidades, organizadas num território de pequena escala e que mobiliza as capacidades e recursos endógenos para o “benefício comum”. Este modelo de desenvolvimento, contrariamente à visão “top-down”, aponta para diversas formas de se atingir o desenvolvimento, na medida em que este surge e é adaptado às necessidades e ao contexto cultural de cada território (Stöhr, 1981:39-40). Deste modo, o processo de territorialização deve ser construído “de baixo para cima”, isto é, deve partir do território e da comunidade local e imbuir-se da sua identidade, características e práticas e deve ter em conta as suas capacidades para uma abordagem à “medida” e adaptada à realidade local.

No mesmo sentido, José Manuel Henriques (1990) indica que os valores de referência deste paradigma remetem para que: o processo de desenvolvimento seja estabelecido pela sociedade enraizada no território, através da mobilização dos seus recursos; supõe uma autodeterminação territorial; prevê uma estrutura organizativa de tomada de decisão articulada ao nível territorial e também com outras escalas (Henriques, 1990:53-54). Assim, as metodologias territorialistas, preveem uma aproximação ao território e à comunidade local, em que tanto o processo de desenvolvimento e a realidade são percecionadas a partir desta, assim como tem por base os recursos locais e a capacidade organizativa e autonomia de cada território neste processo.

Abordagem Integrada com um trabalho em Parceria

Tendo em conta a complexidade dos desafios e problemas da realidade atual, o DL adota como metodologia uma abordagem integrada, com um trabalho em parceria, já que neste contexto é necessário uma leitura sistémica e holística dos problemas e uma abordagem multidisciplinar com uma sinergia dos atores locais, para procurar respostas adaptadas ao contexto e problemas, uma vez que a multidimensionalidade dos problemas apela a respostas e ações também multidimensionais e integradas, portanto, para a articulação dos atores e

intervenções. Assim, o trabalho em parceria ou *partenariado*⁷, torna-se elementar numa abordagem integrada, onde o processo horizontal de diálogo assente em objetivos comuns permite encontrar respostas inovadoras. Jordi Estivill, define *partenariado* como

um processo pelo qual dois ou mais agentes, de natureza distinta, conservando a sua especificidade, se põem de acordo para realizar qualquer coisa, num dado tempo, que é maior do que a soma da sua acção, ou que não poderiam fazer sós, ou que é distinta do que já fizeram e que implica riscos e benefícios partilhados (Estivill *apud* Guerra, 2000:104).

Desta forma, o *partenariado* implica um acordo ou união de esforços entre diversos atores sociais, que atuam no mesmo território e que em conjunto definem e partilham objetivos comuns, para uma atuação conjunta e articulada.

Neste sentido, o *partenariado* facilita a criação de relações entre coletividades, resgata estruturas de cooperação e solidariedade, permite a redistribuição do poder e o envolvimento da sociedade nos processos de tomada de decisão, apela a uma articulação sectorial (transpondo segmentações), com espaços de diálogo e decisão e permite ainda alcançar respostas multidimensionais (Estivill *apud* Guerra, 2000:103). Desta forma, através da parceria podem ser encontrados novos caminhos para uma intervenção sistémica e integrada, que apela à descentralização e partilha de poder e inclui a sociedade nos processos de diálogo e decisão e esbate as fronteiras entre quem decide, quem executa e quem recebe essas ações. O trabalho em parceria remete para a corresponsabilidade dos atores envolvidos e para a articulação de atores, recursos e áreas de intervenção, em torno de uma abordagem integrada, o que permite a transversalidade das ações, a horizontalidade territorial e uma eficiente mobilização dos recursos.

Flexibilidade de ação e Investigação-Ação

A flexibilidade de ação e a investigação-ação são princípios metodológicos implícitos nas abordagens de Desenvolvimento Local, uma vez que a sua proximidade ao terreno exige uma

⁷ O termo *Partenariado* foi evoluindo ao longo do tempo e hoje certos autores referem-no como *Parceria*, não fazendo distinção entre eles, como nesta dissertação. Embora outros autores como Fernanda Rodrigues e Stephen Stoer (1998), fazem diferenciação e remetem a *parceria* para acordos informais e o *partenariado* para acordos formais.

constante adaptação do seu processo e requer uma interação entre a teoria e ação. Segundo Amaro, o “(...) desenvolvimento tenderá a ser um processo permanente de Investigação-Ação, em que a Teoria se alimentará da Ação e vice-versa, o que pressupõe uma dinâmica de avaliação permanente” (Amaro, 2003:67), de forma a flexibilizar e adaptar as ações à realidade e à exigência dos desafios.

Conforme Guerra (2000), “as metodologias de investigação-acção permitem, em simultâneo, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes” (Guerra, 2000:52), na medida em que representa todo um processo de reflexão e aprendizagem que visa a capacitação pessoal, profissional e social dos vários atores, para a resolução dos problemas de forma criativa e inovadora e com ações ajustadas à realidade. Esta metodologia é definida como

(...) um processo no qual os investigadores e os actores conjuntamente investigam sistematicamente um dado e põem questões com vista a solucionar um problema, imediato vivido pelos actores e a enriquecer o saber cognitivo, o saber-fazer e o saber-ser, num quadro ético mutuamente aceite (Monteiro *apud* Guerra, 2000:53).

Logo, este processo torna o investigador em ator e o ator em investigador e a investigação tem como ponto de partida a ação, um problema concreto e não uma teoria. Estando esta metodologia centrada na resolução de problemas encara a investigação como um processo de compreensão dos fenómenos e a ação como um processo de uma mudança social. Guerra (2000), refere que “a investigação-acção parte sempre do terreno (o campo do real) que inicia a problematização e pretende voltar ao terreno para a resolução dos problemas identificados” (Guerra 2000:74), pois o conhecimento é produzido em contacto permanente com a realidade, de forma a transformá-la e a promover a mudança com ações à “medida” dos problemas. Por isso, esta metodologia na construção do conhecimento e da ação valoriza o conhecimento (indutivo) do ator social, dado que possui um conhecimento particular da realidade e combina-o com o conhecimento científico (dedutivo).

Capítulo III - O Pós-Desenvolvimento e propostas de conceitos alternativos

Paralelamente, às críticas e reformulações que surgiram dentro do pensamento desenvolvimentista, curiosamente, surgiu a corrente pós-desenvolvimentista, cujo principal contributo é uma crítica radical ao conceito de Desenvolvimento. Contudo, contrariamente às outras abordagens críticas, esta corrente de pensamento exige a rejeição total do conceito e não a sua reformulação, anunciando o seu fim e apelando para a necessidade de criar “alternativas ao desenvolvimento”, como porta de saída a este e de forma a substituí-lo. Neste contexto, surgiram novos conceitos, vistos como tais alternativas e que se circunscrevem dentro dos pressupostos do pós-desenvolvimento.

Assim sendo, este capítulo pretende analisar o discurso pós-desenvolvimentista e as novas propostas que emergiram como conceitos alternativos, dando principalmente, destaque ao conceito Buen Vivir, que é um dos conceitos-chave desta investigação. Para tal, o capítulo foi dividido em cinco secções: a primeira, procura conhecer as principais críticas desta corrente de pensamento e introduz os novos conceitos alternativos; a segunda secção, analisa o contexto de surgimento do conceito de Buen Vivir; a terceira secção, apresenta a discussão conceptual e teórica deste novo conceito; a quarta secção, explora os seus fundamentos epistemológicos; e na última secção, faz-se uma análise sobre as implicações metodológicas do Buen Vivir.

3.1- Principais críticas pós-desenvolvimentistas e propostas de conceitos alternativos

A crescente desilusão com o Desenvolvimento e as múltiplas crises que surgiram em todo o mundo, levou à emergência de várias perspectivas críticas a partir do Sul, que questionaram o Desenvolvimento ou mesmo a necessidade dele, defendendo o seu abandono e indicando a necessidade de um novo paradigma a que chamaram de “Pós-Desenvolvimento”.

O Pós-Desenvolvimento (PD) surge em 1991, na sequência de uma Conferência internacional em Genebra realizada pela Fundação Eckenstein e pelo Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento, através do relatório “*Le Nord perdu: Repères pour l'après-developpement*”

(Rahnema, 1997:xix), e tem como principais autores Ivan Illich, Arturo Escobar, Wolfgang Sachs, Gustavo Esteva, Majid Rahnema, Victoria Bawtree, Gilbert Rist, Serge Latouche, entre outros. Esta corrente de pensamento, distintamente das outras críticas, assume uma posição radical quanto ao seu discurso sobre o conceito de Desenvolvimento, sugerindo que deve ser totalmente rejeitado. O próprio termo Pós-Desenvolvimento já anunciava o fim da “Era do Desenvolvimento” e o início de uma outra - a “Era do Pós-Desenvolvimento”.

Metaforicamente, Wolfgang Sachs (2010) referiu que o Desenvolvimento foi como um “farol” que conduziu os “novos países”, durante quatro décadas, na sua expedição rumo ao progresso e crescimento económico. No entanto, “esta era está a chegar ao fim. O momento é propício para escrever o seu obituário” (Sachs, 2010:xv, tradução da autora), dado que, segundo o autor, a contexto histórico da sua afirmação deixou de existir e por isso não faz sentido continuar a acreditar nele, uma vez que:

1- A hegemonia dos países desenvolvidos foi abalada pela degradação ambiental, deixando assim de serem modelos; 2- Com o fim da guerra-fria o programa de Desenvolvimento de Truman perdeu força ideológica e política; 3- A crescente distância entre os países do Norte e os do Sul fez com que o programa para transformar o *homem tradicional* em *homem moderno* falhasse; 4- A pretensão de universalizar o modelo desenvolvimentista também fracassou (Sachs, 2010:xvi-xviii).

De modo que o fim do Desenvolvimento era visto pelo PD como uma oportunidade para criar alternativas a este e propôs-se uma mudança a partir do Sul, através da (re)valorização de outras perspetivas e práticas esquecidas ou anuladas pelo Desenvolvimento, mas que agora poderiam tornar-se alternativas para um “outro” modelo de desenvolvimento.

Pode-se assim dizer que, de modo geral, o principal contributo do discurso pós-desenvolvimentista centra-se numa crítica extremista ao conceito de Desenvolvimento, que defende o seu abandono e oferece um quadro de análise que enfatiza a criação de discursos e práticas “alternativas ao desenvolvimento”, de forma a transcendê-lo. Assim sendo, as principais críticas pós-desenvolvimentista dirigem-se: à universalização do conceito de Desenvolvimento; ao seu paradigma da modernização; à sua visão economicista; e ainda, à sua reformulação conceptual, que serão descritas a seguir:

1- A principal crítica desta corrente de pensamento é dirigida à *pretensão universalista* do Desenvolvimento, questionando a validade universal do modelo desenvolvimentista, como tinham indicado Rostow e Lewis e como tinha enfatizado Truman no seu discurso político.

Como refere Gustavo Esteva (2010), Truman “assumiu uma virulência colonizadora insuspeita” (Esteva, 2010:2, tradução da autora) que, segundo Sachs (2010), tinha na sua agenda “a ocidentalização do mundo” (Sachs, 2010:xviii, tradução da autora), uma vez que foi a partir deste momento que as pessoas perderam a sua identidade heterogénea para adotarem uma identidade homogeneizada, refletida à imagem do ocidente (Esteva, 2010:2). Nunca antes um termo tinha sido universalmente aceite e todas as sociedades envolveram-se nesse programa.

No entanto, Gilbert Rist (2008), refere que a universalização do Desenvolvimento só foi possível devido à ilusão criada com o termo “subdesenvolvimento”, que significou uma esperança para aqueles que queriam alcançar o desenvolvimento (Rist, 2008:254). Deste modo, ao longo do tempo, o mundo manteve os esforços para caminhar nesta direção e “(...) todo o sacrifício era justificado para alcançar a meta, mas a luz continua a recuar na escuridão” (Sachs, 2010:xv, tradução da autora). Por isso, o PD encara o Desenvolvimento como uma “crença” que modela realidades, “um mito que conforta as sociedades e uma fantasia que desencadeia paixões” (Sachs, 2010:xvi, tradução da autora), tornando-se numa armadilha ideológica que tinha como objetivo a ocidentalização e homogeneização cultural do mundo, servindo como uma nova forma de dominação, que mantinha relações de dependência entre o Norte e o Sul e que, por sua vez, legitimava a hegemonia dos países desenvolvidos.

Assim sendo, o objetivo do PD é denunciar estas relações de dominação e renunciar o discurso desenvolvimentista, a fim de alcançar uma nova “Era” que “permita que uma pequena semente, em toda a sua diferença e singularidade, comece a sua jornada para o desconhecido” (Rahnema, 1997:393, tradução da autora), ou seja, que permita que as sociedades encontrem uma outra forma de se desenvolver e construam, elas próprias, novos caminhos “alternativos ao desenvolvimento”.

2- Uma outra crítica do Pós-Desenvolvimento recai sobre o *paradigma de modernização*, assente no progresso económico, como condição elementar para as sociedades alcançarem o bem-estar e a modernização.

A sociedade moderna, como vimos anteriormente, era tida como um modelo a seguir e uma esperança para resgatar as sociedades tradicionais do seu subdesenvolvimento, já que estas eram consideradas um obstáculo para a sua modernização. Assim sendo, “durante séculos o povo foi invadido, agredido, mutilado e humilhado nas suas mentes e corpos, e os seus países saqueados em nome do progresso e da civilização” (Rahnema, 1997:378, tradução da autora), e, segundo a perspetiva do PD, a missão do Desenvolvimento era transformar o *homem tradicional* para a única forma de existência aceite, o *homem moderno*, através do progresso económico. Porém, como salientou Teodor Shanin (1997), esta ideia de progresso reduziu a diversidade das sociedades a diferentes etapas do desenvolvimento e com todas as sociedades a caminharem para o progresso e modernização a diversidade desapareceria (Shanin, 1997:66-68). Por esse facto, é que o PD crítica a imitação de uma sociedade idealizada à imagem da cultura ocidental, que não reflete a história e diversidade cultural das sociedades tradicionais e que de certa forma servia para a sua eliminação.

Ainda assim, esta modernização, como indicaram Esteva e Madhu Prakash (1997), contaminou as sociedades do Sul com o “vírus do homem económico” (Esteva e Prakash, 1997:284), que levou à veneração da sociedade moderna por aqueles tidos como subdesenvolvidos, que negaram as suas tradições, valores e práticas culturais, perdendo, portanto, a sua identidade para acolher as que eram promovidas pelo ocidente, o que levou, como Ivan Illich (1997) referiu, a uma “rendição da consciência social para soluções pré-empacotadas” (Illich, 1997:97, tradução da autora). Assim, esta lógica de imitação do ocidente resultou na conversão das sociedades tradicionais em réplicas das sociedades modernas.

Neste sentido, Rist (2008), apela para a necessidade de uma rutura com o modelo de sociedade dominante, através da valorização das sociedades tradicionais, de forma a que estas recuperem a sua autonomia e que criem novos modos de vida, entre uma modernização que causa sofrimento mas que traz algumas vantagens e uma tradição que pode trazer soluções (Rist, 2008:259). Portanto, o discurso pós-desenvolvimentista enfatiza a valorização das sociedades tradicionais e a sua diversidade cultural, uma vez que carregam consigo formas valiosas de conhecimento, organização social, interpretação da realidade e de alcançar mudanças.

3- A centralidade do Desenvolvimento no *crescimento económico* é outra crítica visível nesta corrente de pensamento, que questiona a sua visão economicista, que tende a economizar o desenvolvimento e a própria vida e como Majid Rahnema (2010) referiu, “esta perceção particular da realidade tende a reduzir os seres humanos e suas sociedades só à sua dimensão económica” (Rahnema, 2010:187, tradução da autora), e ignora as diversas práticas que não se adaptam ao modelo economicista e a dependência da humanidade com recursos finitos e privilegia um mercado que rejeita outras formas de economia (Rist, 2008:261). Assim sendo, o PD põe em causa esta visão economicista que tem moldado as políticas e a vida das pessoas dos países do Norte e do Sul, ao longo de várias décadas, e remete para a necessidade de recusar o discurso económico, em que a obsessão pelo crescimento levará à destruição humana, ambiental e ao aumento das desigualdades.

Sachs (1997) e Rahnema (1997:379) referem que o não desenvolvimento dos países subdesenvolvidos foi um mal que veio por bem, porque se o desenvolvimento tivesse sido bem sucedido e os países subdesenvolvidos tivessem atingido o nível de progresso dos mais avançados, a extensão dos problemas seria mais trágica e seria necessário mais cinco ou seis planetas como fontes de recursos. Assim, o crescimento económico encontrou os seus limites “biofísicos” e o reconhecimento da “finitude da Terra é um golpe fatal para a era do desenvolvimento” (Sachs, 1997:292, tradução da autora), dado que ameaça os sistemas de vida de duas formas: as pessoas a curto prazo e a natureza a longo prazo.

Por isso, o PD sugere que a visão economicista do Desenvolvimento deve ser rejeitada, tal como a linha de *eficiência* económica, sugerida no conceito de Desenvolvimento Sustentável, assente num crescimento sustentável através de uma utilização eficiente dos recursos naturais. Em contrapartida, esta corrente de pensamento propõe uma economia da *suficiência*, pois como referiu Sachs (1997), o que é importante é a escala física da economia em relação à natureza e não a mobilização eficiente dos recursos (Sachs, 1997:298). Assim, a suficiência envolve uma mudança relativamente à forma como as necessidades são definidas e satisfeitas e a alternativa, segundo o autor, passa por crescer e produzir menos, o que não significa diminuir a qualidade de vida, mas sim um novo horizonte para uma vida plena com menos crescimento, para resolver a crise da justiça social e da natureza (Sachs, 1997:299). Portanto, a suficiência implica saber o que é suficiente para a satisfação humana e para a preservação da vida e do ambiente.

4- Outra crítica expressa no PD incide sobre as novas *reformulações do conceito* de Desenvolvimento, pois o discurso pós-desenvolvimentista implica uma desvinculação e renúncia total do conceito, o que envolve a sua renovação.

Ao longo do tempo, como referido atrás, o conceito foi reformulado devido ao reconhecimento das suas falhas, a que Rahnema (1997) se referiu como “uma vaca sagrada, a ser cuidadosamente nutrida”, de forma a manter as sociedades dentro do Desenvolvimento (Rahnema, 1997:381). Na mesma linha, Rist (2008) alude, que apesar do conceito ter sido tomado por algumas ideias dissidentes “em doses homeopáticas”, o novo discurso pouco acrescentava ao anterior, servindo apenas para manter a ilusão com um “outro desenvolvimento”. De modo que, para o Pós-Desenvolvimento, se este está na origem dos problemas mundiais é necessário sair dele, em vez de “substituí-lo por um novo programa” (Rist, 2008: 257-258, tradução da autora). Basicamente, os argumentos enunciados pelo PD resumem-se na convicção de que a reformulação do conceito não é possível nem desejável e é fundamental o seu abandono e encontrar alternativas para além dele, de forma a transcendê-lo.

Em contrapartida, o Pós-Desenvolvimento enfatiza os sucessos dos movimentos sociais e as suas formas de organização e existência social, para criar alternativas ao desenvolvimento, em vez de continuar no mesmo caminho (Rist, 2008:258-259). Enquanto que, para muitas pessoas, o Desenvolvimento ainda traz esperanças, para outras, foi como Rahnema (1997) aludiu, um “presente envenenado” e resistem à sua ideologia e procuram outras soluções, que vão de encontro às suas necessidades, modos de vida e identidade cultural. E o fim do desenvolvimento significa a possibilidade de proporem alternativas que superem as suas ilusões (Rahnema, 1997:391-392) e que abrem, segundo o autor, o caminho para a Era do Pós-Desenvolvimento. Porém, para caminhar nesta direção, é necessário que todos os “subjugados” se unam contra o desenvolvimento e encontrem novas formas de solidariedade e de ação, para construírem um caminho diferente, que parta das comunidades locais (bottom-up), e para encontrarem novos paradigmas que representem a sua realidade e que respeitem os seus valores e práticas culturais (Rahnema, 1997:395-401). Portanto, o PD apela para a criação de “alternativas ao desenvolvimento”, de forma a mudar a perceção do mundo e a promover novos caminhos, que respeitem as diversidades culturais. “As muletas, como as oferecidas pela ciência, não são necessárias quando é possível caminhar com os próprios pés, num caminho próprio, a fim de sonhar seus próprios sonhos. Não os emprestados do desenvolvimento” (Esteve, 2010:21, tradução da autora).

Portanto, estas são as principais críticas pós-desenvolvimentistas. E, neste contexto de críticas, de dificuldade de adaptação e de não-aceitação do Desenvolvimento, surgiram novas propostas a partir do Sul, com outros critérios e perspectivas sobre o desenvolvimento, resultando na emergência de conceitos alternativos que são caracterizados como pós-desenvolvimentistas, entre os quais destacam-se o conceito de Felicidade Interna Bruta, Bem-Estar, Florescimento Humano e Buen vivir, a seguir analisados.

Felicidade Interna Bruta

O conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) surge no Butão, na década 70, com o Rei Jigme Singye Wangchuck, como alternativa ao conceito de desenvolvimento, e tinha como objetivo principal a felicidade. De modo que declarou no seu governo que a “Felicidade Interna Bruta é mais importante do que o Produto Interno Bruto” (Priesner, 1999:28-29, tradução da autora), dando mais ênfase à felicidade do que ao progresso económico.

Dasho Karma Ura (2008), indica que a FIB não substitui o PIB mas complementa-o, já que o crescimento económico promove a felicidade e o bem-estar. No entanto, o PIB é insuficiente para avaliar o progresso de uma sociedade, já que não tem em conta os fatores qualitativos que afetam o bem-estar da mesma e, por este facto, o governo do Butão criou um índice para a FIB, de forma a medir o seu desenvolvimento. Sendo o fim último a felicidade, os meios para a alcançar são descritos em nove dimensões: *bem-estar psicológico, saúde, uso equilibrado do tempo, vitalidade comunitária, educação, diversidade e resiliência cultural, diversidade e resiliência ecológica, boa governança e padrão de vida* (Ura, 2008:1-5). Deste modo, este conceito inclui dimensões qualitativas e quantitativas para medir o bem-estar e o progresso da sociedade.

O conceito de FIB foi determinado pelas características históricas, culturais e geopolíticas do Butão, que permitiram criar um desenvolvimento próprio, em que os seus objetivos iam além do crescimento económico e envolviam o bem-estar da população, a preservação cultural e conservação ambiental. Esta abordagem refletia uma consciência social e cultural sobre as prioridades de desenvolvimento da sociedade butanesa, que partiam do seu sistema cultural tradicional, assente no budismo (Priesner, 1999:27-28).

De facto, a filosofia budista teve grande influência sobre o conceito de FIB e, sendo que, para o budismo, a felicidade é alcançada no equilíbrio entre a dimensão espiritual e material da vida, este conceito adotou uma abordagem centrada nas pessoas e no seu bem-estar e orientada para a proteção ambiental, logo o objetivo da economia servia apenas para atingir a felicidade (Priesner, 1999:36-38). Pode-se dizer que a FIB considera um desenvolvimento integral, através do bem-estar material e o bem-estar espiritual, isto é, através de um equilíbrio entre os objetivos económicos e não económicos do desenvolvimento.

Bem-Estar

O conceito de Bem-Estar surgiu como proposta alternativa para as abordagens do desenvolvimento internacional e tem como autores Robert Chamberts, Sarah White, entre outros. Este conceito teve reconhecimento político-institucional, através da Fundação da Nova Economia, Oxfam Hong Kong, PADHI, Grupo de Pesquisa de WeD, entre outras organizações internacionais, que apresentam diversas abordagens sobre o Bem-Estar, tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos.

O conceito de Bem-Estar apresenta uma visão multidimensional do desenvolvimento e dos problemas, com uma abordagem centrada nas pessoas que enfatiza mais as suas capacidades do que as necessidades e que valoriza a sua participação no processo. De certa forma, este conceito desafia a centralidade do crescimento económico e (re)orienta o desenvolvimento através do seu enfoque na sustentabilidade ambiental, na realização pessoal e nas experiências e relações das pessoas (White, 2009b:3-4).

Sarah White (2009b), que está ligada ao grupo de pesquisas da WeD nos países em desenvolvimento, sublinha que o conceito de Bem-Estar é composto por três dimensões que se relacionam e são interdependentes: *subjetiva*, *material* e *relacional*. A dimensão *subjetiva* do bem-estar recai sobre as perspetivas, valores e crenças pessoais, a dimensão *material* (objetiva) incide sobre os aspetos económicos e a dimensão *relacional* remete para as relações, interações e prática sociais. Assim, o bem-estar ocorre através da interação destas dimensões, sendo que todas elas apresentam sempre um carácter subjetivo (White, 2009b:10). Deste modo, para

analisar o bem-estar é necessário ter em conta estes três níveis. A forma como são organizados e interagem entre eles depende do contexto cultural em que é invocado.

Assim sendo, o Bem-Estar, mais que um estado, é entendido como um processo que as pessoas vão conquistando através da sua interação com o contexto envolvente, assim a percepção sobre o que é pertinente para o bem-estar depende da condição em que a pessoa se encontra e do contexto cultural e ambiental em que está inserida, que pode mudar ao longo do tempo (White, 2009a:10-12). Então, o Bem-Estar é um processo cultural e socialmente construído e por isso é que certas sociedades valorizam mais uma dimensão do que outra, o que leva a diferentes abordagens do Bem-Estar, por exemplo a abordagem da WeD incide na dimensão relacional que dá centralidade às relações humanas para promover o bem-estar coletivo.

Florescimento Humano

O Florescimento Humano é um conceito recente que surge como alternativa para o desenvolvimento humano e resulta da ligação entre o conceito da Saúde Mental e de duas abordagens sobre o Bem-Estar da Psicologia Positiva: o *Bem-Estar Subjetivo* proposto por Edward Diener e o *Bem-Estar Psicológico* sugerido por Carol Ryff. Desta forma, este conceito apresenta uma nova conceção de Bem-Estar, com base na saúde mental, centrada no florescimento humano. Vários autores tiveram interesse nele, como Corey Keyes, Felícia Hupper, Timothy So, Edward Diener, Martin Seligman, entre outros.

O Florescimento Humano, na perspetiva de Corey Keyes (2002), propõe uma abordagem de bem-estar assente em três domínios que determinam a posição das pessoas quanto ao seu florescimento: o **bem-estar emocional** mede o *estado afetivo*; o **bem-estar psicológico** avalia o *funcionamento psicológico*; e o **bem-estar social** avalia o *funcionamento social*. Assim, o florescimento de uma pessoa manifesta-se em valores altos nestes três níveis de bem-estar, que se traduzem em emoções positivas com a vida e um funcionamento psicossocial positivo, de modo que o Florescimento Humano se reflete num estado de saúde mental completo das pessoas (Keyes, 2002:208-210), em que estas exibem sentimentos positivos e funcionam bem.

Assim sendo, as pessoas em florescimento têm uma boa “saúde emocional” quanto à vida, são mais produtivas e capacitadas e revelam mais resiliência perante mudanças e gestão dos

problemas (Keyes, 2002:217-218), tal como manifestam mais otimismo e autonomia, têm objetivos de vida, conseguem satisfazer as suas necessidades, possuem relações positivas com os outros, mostram maior envolvimento na vida e na sociedade e desenvolvem sentimentos de pertença (Keyes, 2002:208-209). Portanto, o Florescimento Humano é um processo multidimensional, que é alcançado através da realização do potencial humano e que, além de dotar o indivíduo, contribui para o bom funcionamento da sociedade como um todo, o que alude a um desenvolvimento integrado da pessoa e da sociedade para um funcionamento positivo entre e para ambos e para um bem-estar coletivo.

Buen Vivir

O conceito de Buen Vivir apresenta-se, na construção pós-desenvolvimentista, como um conceito alternativo ao desenvolvimento, que surge no Equador e está enraizado na filosofia indígena. Sendo este conceito o foco da nossa análise será aprofundado nas próximas secções.

Em sùmula, os novos conceitos partem de uma perspetiva do Sul e apresentam-se como alternativas ao desenvolvimento. Apesar de não nascerem das críticas do Pós-Desenvolvimento são classificados como conceitos pós-desenvolvimentistas. Dos conceitos aqui apresentados, o conceito de Felicidade Interna Bruta e o Buen Vivir refletem melhor essa ideologia, os outros dois conceitos são mais ambíguos, no entanto, apresentam uma visão alternativa que desafia o modelo economicista, trazendo uma componente mais subjetiva e humana do desenvolvimento.

Estes conceitos indicam múltiplos caminhos para o desenvolvimento que caracterizam a diversidade cultural e vêem o crescimento económico como um meio para o alcançar, dando mais valor a outras dimensões, o que indica a sua multidimensionalidade. As suas abordagens estão mais orientadas para as pessoas, para o seu bem-estar e capacidades e valorizam a cultura local, tal como promovem uma nova relação com a Natureza e dão autonomia às sociedades para que construam o seu próprio caminho, através de respostas endógenas consoante as suas filosofias (conhecimentos), tradições e práticas locais.

3.2- Surgimento do conceito de Buen Vivir

O surgimento do conceito de Buen Vivir no Equador ou o Vivir Bien na Bolívia é difícil de determinar, mas houve uma maior vinculação aos conceitos através de diversos movimentos indígenas, sociais, políticos e acadêmicos na América Latina, como iremos verificar a seguir. Todavia, convêm antes especificar as suas origens e o significado destes conceitos, que têm as suas raízes no pensamento indígena e são uma tradução de dois conceitos indígenas.

O Buen Vivir provém do idioma indígena kichwa que significa *Sumak Kawsay* e o Vivir Bien nasce do idioma aymara que se refere ao *Suma Qamaña*. No entanto, como relembram Luis Macas (2010) e Fernando Huanacuni Mamani (2010), a tradução destes conceitos indígenas não reflete a amplitude e profundidade dos termos originais, que significam uma “vida em plenitude” e que expressam um profundo respeito e harmonia com tudo o que permite a vida. Embora, como acresce José Maria Tortosa (2009), cada palavra aduz algumas particularidades dentro de cada contexto (Tortosa, 2009:1). Estes conceitos indígenas referem-se a uma filosofia de vida assente na cosmovisão e nos saberes ancestrais dos povos indígenas, que foi herdada pelo Buen Vivir e o Vivir Bien.

Estes dois conceitos apareceram nos finais da década 80 e início da década 90, ligados a vigorosos movimentos indígenas na América Latina, contra a proposta do modelo de desenvolvimento económico, e que coincidiu com a comemoração dos 500 anos de resistência indígena contra a opressão colonial (Giraldo, 2014:146). Estes movimentos indígenas, através das suas lutas, conquistaram uma posição importante no reconhecimento dos seus direitos, como na valorização dos seus modos de vida e cultura ao nível internacional e nacional. Ao nível **internacional**, foram aprovados dois acordos internacionais para a promoção e proteção dos seus direitos:

- Em 1989, na sequência da Conferência Geral da OIT foi adotada a *Convenção 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais em países independentes*, que reconheceu os direitos fundamentais dos povos indígenas, bem como a vontade destes em “assumir o controlo das suas próprias instituições e formas de vida e do seu desenvolvimento económico e de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, no âmbito dos Estados em que vivem” (Mamani, 2010:15, tradução da autora).

- Em 2007, este acordo internacional foi reforçado pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, que introduziu no artigo nº3 o direito à autonomia dos povos indígenas para determinarem “livremente a sua condição política” e assegurarem “livremente o seu desenvolvimento social e cultural” (Mamani, 2010:16, tradução da autora).

Ao nível **nacional**, em 2008, no Equador e, em 2009, na Bolívia, foram decretadas Constituições que se proclamaram como Estados Plurinacionais, que além de terem incluído a ideologia indígena, reconheceram a diversidade cultural e constituíram-se por várias nações (Mamani, 2010:17-18).

De fato, os movimentos indígenas foram um ponto de partida para o reconhecimento destas culturas e destes conceitos, uma vez que a partir desta época surgiram outros acontecimentos que proporcionaram o aparecimento do discurso do Buen Vivir. A partir deste momento, por uma questão de tempo e espaço, apenas se fará referência ao conceito de Buen Vivir (Sumak Kawsay), que é o foco da nossa análise.

Segundo os autores Antonio Luís Hidalgo-Capitán, Alexander Árias e Javier Ávila (2014), vários foram os fatores que contribuíram para o surgimento deste conceito:

- 1- A *crise do Estado-Nação*, que fez com que perdesse a sua capacidade de regulação económica e social;
- 2- O surgimento de *movimentos indígenas* enquanto novos atores políticos e a sua articulação com várias organizações indígenas, tal como a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), Pachakutik, Amawtay Wasi, entre outras;
- 3- O surgimento de *movimentos sociais* contra as propostas ocidentais;
- 4- A elaboração da *Constituição de Montecristi* através de um processo participativo com o movimento indígena em 2007 e 2008;
- 5- O reforço da proposta constitucional do Equador através da criação da *Constituição na Bolívia*;
- 6- A *desilusão e a crise do conceito de Desenvolvimento* levou ao surgimento da corrente pós-desenvolvimentista, que se tornou numa nova referência para criar alternativas;
- 7- A *formação de académicos indígenas* que permitiu a consolidação das organizações indígenas.

Porém, estes autores salientam o desinteresse e a pouca atenção dada ao conceito pelas principais organizações e movimentos indígenas anteriormente ao processo constitucional (Hidalgo-Capitán, Árias e Ávila, 2014:38-40).

Somente a partir de 2007 é que o Buen Vivir surgiu como proposta política para a elaboração de uma nova Constituição. Várias foram as organizações indígenas que apresentaram propostas à Assembleia Constituinte do Equador. No entanto, a mais importante foi a da CONAIE que apresentou e propôs o conceito ao país e à sociedade, indicando a centralidade do Buen Vivir “para um Estado Plurinacional, Unitário, Soberano, Inclusivo, Equitativo e Laico” em que

(...) lutamos para a construção de uma sociedade pós-capitalista e pós-colonial, uma sociedade que promova o “buen vivir” transmitido de geração em geração por nossos antigos avôs e avós, uma sociedade que recupere os ensinamentos dos seus povos ancestrais e possam viver em harmonia com a nossa Pacha Mama (CONAIE, 2007:1, tradução da autora).

Neste sentido, esta proposta constitucional configura uma crítica e uma alternativa ao modelo de desenvolvimento ocidental, em que o Buen Vivir é entendido como um novo paradigma, assente no pensamento indígena, para construir um novo Estado e uma nova sociedade, que está em harmonia com a Natureza e tem por base a interculturalidade.

Em sùmula, denota-se um maior vínculo ao conceito de Buen Vivir somente após o processo constitucional, assim como a maioria das publicações realizadas sobre o tema apareceram a partir desse momento. De modo que, ao longo do tempo, o conceito de *Sumak Kawsay* ou Buen Vivir deixa de ser apenas uma filosofia ou uma herança dos antepassados ancestrais, para se tornar num fenómeno social e político com uma proposta alternativa ao desenvolvimento. “O Buen Vivir é a nossa proposta para o mundo” (Mamani, 2010:10).

3.3- Discussão conceptual e teórica do Buen Vivir

O conceito de Buen Vivir (BV) caracteriza a filosofia de vida dos povos indígenas, de modo que as primeiras contribuições para o conceito vieram de autores indígenas ligados aos movimentos indígenas. No entanto, após a sua inclusão na constituição governamental teve uma grande aceitação ao nível académico, político e social e, desde então, tem sido enriquecido por vários autores⁸, indígenas e não-indígenas de várias correntes de pensamento, tanto da América Latina como da Europa.

O Buen Vivir, segundo Hidalgo-Capitán, Árias e Ávila (2014) e Pablo Dávalos (2011) não foi inventado, mas recuperado e reconstruído a partir das estruturas ancestrais e práticas sociais indígenas, que organizam a vida e a sua relação com a Natureza.

Em termos conceptuais o Buen Vivir pode ser entendido através de três correntes de pensamento que divergem no destaque de certas dimensões, o que demonstra que é um conceito plural e multidimensional. Conforme Hidalgo-Capitán (2014), a **conceção indígena** e pachamamista provém do “*pensamento indígena pré-moderno*” e releva a autonomia dos povos indígenas e a dimensão espiritual na construção do Sumak Kawsay; a **conceção socialista** e governamental provém do “*pensamento socialista moderno*” e dá importância à igualdade social e ao papel do Estado na implementação do BV; e a **conceção pós-desenvolvimentista** e ecologista resulta do “*pensamento construtivista pós-moderno*” e valoriza a participação da sociedade na construção do BV e tem um ecletismo de contributos indigenistas, socialistas, feministas, teológicos da libertação e, sobretudo, ambientalistas (Hidalgo-Capitán, 2012:2289).

Apesar de existirem algumas diferenças nas posições ideológicas de cada corrente, Eduardo Gudynas e Alberto Acosta (2011a) e Hidalgo-Capitán (2012) referem que existem características comuns, que dão unidade ao conceito, nomeadamente: resulta da crítica ao desenvolvimento assente na modernidade e apresenta-se como uma alternativa a este; parte do conceito indígena Sumak Kawsay; apela a uma relação harmoniosa com os outros e com a Natureza; e é um conceito em constante construção, que convida à participação da sociedade (Hidalgo-Capitán, 2012:2288; Gudynas e Acosta, 2011a:72).

⁸ Para a afirmação conceptual e teórica contribuíram autores como Luis Macas, Pablo Dávalos, René Ramirez, Alberto Acosta, José Maria Tortosa, Leonardo Boff, Eduardo Gudynas, Antonio Luís Hidalgo-Capitán, Koldo Unceta, Fernando Huanacuni Mamani, David Cortez, entre outros.

Todavia, esta diversidade conceptual mostra a dificuldade de encontrar uma definição única, já que é “um conceito plural tanto pela sua matriz cultural, como pela necessidade de se ajustar a diferentes contextos” (Gudynas e Acosta, 2011a:80, tradução da autora), por isso é que não tem uma receita ou um caminho único a ser imitado por todos. Cada país e cada cultura deve encontrar o seu caminho e construir o seu BV (Gudynas, 2011:444; Acosta, 2012:213), o que indica que é um conceito de “buenos vivires” ou até de “buenos convivires” (Gudynas e Acosta, 2011a:80), que alude à diversidade e autonomia dos processos de desenvolvimento.

É dentro desta pluralidade de concepções que o Buen Vivir é considerado por Gudynas e Acosta (2011a) uma plataforma política de encontro e debate intercultural, onde diversas culturas procuram “transcender o que estava sendo descrito como desenvolvimento” (Gudynas e Acosta, 2011a:81, tradução da autora). Esta plataforma é, ao mesmo tempo, uma crítica ao desenvolvimento e um ensaio de alternativas de um conceito em construção, que, além de encontrar soluções aos problemas ao nível local e global, permite superar o pensamento ocidental e encontrar outros caminhos para o desenvolvimento (Gudynas e Acosta, 2011a:82).

Não sendo possível abordar todas as correntes de pensamento sobre o Buen Vivir, delimita-se esta investigação ao *pensamento pós-desenvolvimentista*, que é o foco da nossa análise. No entanto, é a partir do conceito Sumak Kawsay que o Buen Vivir é construído e para entendê-lo, importa compreender o conceito indígena que, segundo Macas (2010),

(...) é a vida em plenitude, é o resultado da interação da existência humana e natural. Ou seja, o Sumak Kawsay é o estado de plenitude de toda a comunidade vital. É a construção permanente de todos os processos vitais, em que se manifesta a harmonia, o equilíbrio interno e externo de toda a comunidade, não só humana como também natural (Macas, 2010:184, tradução da autora).

Portanto, o Sumak Kawsay baseia-se numa convivência harmoniosa e de equilíbrio para alcançar uma vida plena em comunidade, que inclui tanto o Homem/Mulher como a Natureza numa relação de complementaridade para o seu funcionamento vital. Esta perspetiva é comum em várias concepções indígenas.

Porém, o conceito de BV não se limita ao conhecimento indígena, integra ainda contribuições de outras correntes críticas que se aliam ao pensamento indígena. Por exemplo, para Leonardo Boff, que é um autor não-indígena e teólogo da libertação, o Buen Vivir

(...) aponta uma ética do suficiente para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo. O Buen Vivir supõe uma visão holística e integradora do ser humano, imerso na grande comunidade terrena que inclui, além do ser humano, o ar, a água, o solo, as montanhas, as árvores e os animais; é estar em profunda comunhão com Pachamama, com as energias do universo e com Deus (Boff, 2009:1, tradução da autora).

Este autor também indica a importância da vida em comunidade no BV, que requer uma visão holística e integrada, que permita uma relação harmoniosa entre o Homem/Mulher, a Natureza e a espiritualidade.

Deste modo, o Buen Vivir resulta do encontro de contributos indigenistas com outras ideologias e estas hibridações revelam “o dinamismo próprio de um conceito em construção, onde interagem saberes tradicionais com novos olhares (...)” (Gudynas e Acosta, 2011a:80, tradução da autora). É neste contexto que o BV deixa de ser uma herança dos povos indígenas e surge como resposta aos problemas da humanidade, que recupera os saberes indígenas e adapta-os às políticas e estratégias de desenvolvimento.

Como Gudynas (2011) indica, alguns dos contributos para o BV surgiram de críticas dentro do desenvolvimento, do pós-desenvolvimento, das críticas ambientalistas e feministas, entre outras. É um conceito que é complementado por outras abordagens críticas, assim como este contribui para essas críticas (Gudynas, 2011:444-445). Apesar de rejeitar o modelo de “bem-estar ocidental”, não recusa alguns contributos do conhecimento ocidental, sobretudo dos seus discursos críticos (Gudynas e Acosta, 2011a:76), nem nega a modernização da sociedade mas alude para outras bases conceptuais (Acosta, 2012: 201-202). E, segundo Gudynas e Acosta (2011a), o BV apresenta-se, não como uma reformulação do desenvolvimento, mas sim como uma alternativa à sua base conceptual, institucionalidade e discurso, que resgata a conceção indígena do bem-estar, para ir além do modelo de bem-estar assente no paradigma da modernidade (Gudynas e Acosta, 2011a:79).

Assim sendo, o BV é visto como “uma substituição da própria ideia de desenvolvimento” (Gudynas, 2011:445), que indica também uma mudança de paradigma que tenha por base uma “vida em plenitude”, propondo o paradigma **comunitário da cultura da vida** dos povos indígenas, que está sustentado na vida comunitária e tem uma visão multidimensional, que remete para uma complementaridade entre tudo e todos. É a partir deste paradigma que as comunidades encontram respostas para os problemas ao nível local e global e organizam a vida

a partir da comunidade, em que o Homem/Mulher se integra com todas as formas de vida (Mamani, 2010:30-32). Assim sendo, o Buen Vivir, dentro deste paradigma indígena, reflete um horizonte comunitário que é alcançado com e para toda a comunidade e, por isso, propõe uma abordagem centrada no bem-estar coletivo e noutra relação com a Natureza e com a vida, que só é possível em comunidade. Para tal sugere “a dissolução do dualismo Sociedade-Natureza”, de forma a que se dê o reencontro do Homem/Mulher com a Natureza, uma vez que a Natureza faz parte do mundo social e é também um ator que é abrangido pelo conceito de cidadania (Gudynas, 2011:445).

Esta relação com a Natureza, é um ponto central tanto no discurso como na construção do Buen Vivir, o que justifica o facto da Natureza se ter tornado num sujeito de direitos na constituição do Equador. Como Acosta (2012) refere “o principal dos direitos da Natureza é resgatar o “direito de existir” dos próprios seres humanos” (Acosta, 2012:204, tradução da autora), o que implica a rejeição da visão antropocêntrica e a adoção de uma visão biocêntrica que dá centralidade à Natureza, mas que inclui também o Homem/Mulher. Os direitos da Natureza aludem à preservação dos sistemas de vida e têm como objetivo a organização da sociedade e da economia, de forma a que se respeite a capacidade produtiva e regenerativa da Natureza, ao mesmo tempo que melhora as condições de vida das pessoas (Acosta, 2012:204), o que supõe que a Natureza deixa de ser o ambiente físico ou um bem material, para se tornar num ator com o qual interagimos e estamos interligados e que não faz sentido estar separado dela nem destruí-la, já que é a fonte da vida.

Por essa razão, é que o Buen Vivir procura uma outra economia, segundo Acosta (2012) uma *economia solidária*, em contrapartida à economia de mercado. Esta economia alude a relações produtivas, de troca e de cooperação baseadas na solidariedade e reciprocidade e reconhece várias atividades produtivas e reprodutivas, tal como prevê uma redistribuição igualitária do trabalho e uma suficiência económica que redefine as necessidades em relação à capacidade da Natureza (Acosta, 2012:205). Para construir esta nova economia, o BV recupera as práticas de produção e de troca das instituições indígenas que, segundo Acosta (2012), Mamani (2010) e Freddy González (2011), tem por base relações de reciprocidade, solidariedade e complementaridade entre as pessoas e a comunidade e estas com a Natureza. Assim, esta economia remete para relações de ajuda mútua e de compromisso com a vida (Mamani, 2010:60), em que as “sociedades têm algo para trocar entre elas, algo para dar e algo

a receber”, consoante as necessidades e responsabilidades de cada um (González, 2011:29, tradução da autora).

Neste sentido, González (2011) identifica cinco instituições de reciprocidade das sociedades indígenas: **Ayni** é um sistema inter-familiar que remete para uma troca de trabalho de curta duração, em que quem recebe a ajuda terá de restituí-la; **Makipurarina**, que significa “dar a mão”, é uma ajuda da comunidade a favor dos mais necessitados, de forma a garantir a igualdade social; **Makitakushunchik**, que significa “empréstimo”, é um sistema de ajuda prestada por quem não tem terras aos proprietários agrícolas e estes retribuem a ajuda através da partilha de produtos; **Yanaparina**, que consiste numa ajuda familiar em alturas de necessidade, em que se dá sem esperar nada em troca (González, 2011:33); Por fim, **Minka** é a principal instituição comunitária de reciprocidade e reflete um sistema organizacional que envolve a coesão de toda a comunidade para a realização de um trabalho coletivo para o bem comum, tal como é um importante espaço de troca (González, 2011:33; Acosta, 2012:207).

Estas cinco instituições de reciprocidade explicam o ato de troca e de ajuda como um dever social e funciona com a ideia cíclica “eu ajudo e tu me ajudarás”, em que o valor está nas pessoas e nas suas necessidades e não em termos económicos. Trata-se de uma economia distributiva e comunitária que garante a satisfação das necessidades e a preservação da vida, já que todos recebem o que necessitam e dão o que têm, num sentido de igualdade, sem exclusão ou domínio sobre o outro e que inclui a Natureza.

Importa ainda referir que o Buen Vivir dá relevância ao Local e ao protagonismo das pessoas nos processos de desenvolvimento e que, segundo Koldo Unceta (2014), surge como resistência às consequências da globalização, assente na ampliação dos mercados (Unceta, 2014:104), e como solução quando o Estado-Nação entra em crise e deixa de ser o principal ator de desenvolvimento (Unceta, 2014:116).

Como refere o autor, o BV é um fenómeno contraditório ao processo de globalização, uma vez que as alternativas locais surgiram como resposta aos problemas globais e o Local reflete a diversidade dos processos de desenvolvimento em oposição ao uniformismo da globalização (Unceta, 2014:103-104). De modo que, contrariamente aos processos globais, o BV privilegia: a satisfação das necessidades, a partir da utilização dos recursos locais, para que haja menos dependência dos recursos externos; adota uma abordagem biocêntrica, de forma a promover modelos de vida mais próximos do território e em equilíbrio com a Natureza; valoriza os saberes tradicionais na solução dos seus problemas; promove uma governança local, que requer a autogestão e controlo dos espaços locais, através da participação e capacidade de

decisão das pessoas no processo de desenvolvimento; e reivindica a diversidade de perspectivas de vida e de desenvolvimento (Unceta, 2014:106-109). Logo, o BV remete para a construção de processos locais e autónomos em contrapartida aos processos globais.

No entanto, o BV relaciona-se também com global, já que os “processos locais se inscrevem noutros mais amplos que os condicionam” (Unceta, 2014:112, tradução da autora), e a capacidade do BV para propor alternativas locais e autónomas depende de cada território, isto é, das dinâmicas locais e da capacidade de criar alianças com outros territórios, de forma a colmatar os problemas da globalização (Unceta, 2014:116). Para os processos do Buen Vivir serem viáveis num contexto de globalização, devem partir do local, mas também devem assumir o diálogo com outros processos locais, para que, em conjunto, encontrem uma “globalização alternativa”, assim a sua viabilidade está relacionada com o pensamento ecologista “pensar globalmente, agir localmente” (Unceta, 2014:119-120), o que pressupõe um atuar a partir do local sem esquecer o global, numa simbiose entre o local e o global. Deste modo, o BV tem em conta esta relação entre o local e o global e analisa os processos locais e globais como parte da mesma realidade, dado que uns são influenciados pelos outros, tal como os processos locais são integrados no global, uma vez que são interdependentes.

Pode-se afirmar que, o Buen Vivir promove um “outro” desenvolvimento que se distancia do modelo ocidental e deixa de ter o pensamento ocidental como orientador das suas práticas. Este novo conceito trouxe novos horizontes para um desenvolvimento e uma modernização própria das suas sociedades, que recupera as práticas comunitárias e saberes indígenas para reconstruir um modelo mais respeitoso com a mãe Natureza e em comunidade. Todavia, não rejeita os contributos de outras culturas, pelo contrário, inclui-os e, por isso mesmo, é um conceito que procura diálogos interculturais, para encontrar respostas adaptadas ao território e às sociedades, que têm um papel ativo neste processo e se tornam autores do seu próprio Buen Vivir.

Neste sentido, o BV é uma alternativa ao desenvolvimento ocidental, que recupera as práticas indígenas e resgata a Natureza como nova proposta de desenvolvimento.

3.4- Fundamentos epistemológicos do Buen Vivir

Apesar do mundo ser multicultural, imperou uma única forma de produção de conhecimento, representada pelo modelo epistemológico da ciência moderna. Esta soberania epistémica a que Santos (2009b) chama de “fascismo epistemológico”, censurou e asfixiou outras formas de saberes “sob a forma de epistemicídio cuja versão mais violenta foi a conversão forçada e a supressão dos conhecimentos não ocidentais” (Santos, 2009b:468), o que levou a que tantos outros saberes com uma diversidade de perspectivas culturais e epistemológicas se fossem perdendo em nome de uma colonização epistémica, que hierarquizou e reduziu o conhecimento do mundo a um único paradigma.

Efetivamente, o pensamento moderno ocidental que Santos (2009a) denomina como “pensamento abissal”, dividiu o mundo, a realidade e, por sua vez, o conhecimento em dois polos: o Norte – “deste lado da linha” – que esgota toda a realidade significativa e é detentora do conhecimento válido e verdadeiro; e o Sul – “do outro lado da linha” – que desvanece enquanto realidade e como forma de conhecimento, sendo visto como o “outro” que é irrelevante, incompreensível e falso (Santos, 2009a:23-24). Assim, os saberes “do outro lado da linha”, como os populares, tradicionais, indígenas, entre outros, apesar de serem válidos para quem os produz e os considera socialmente úteis, desaparecem como se nada soubessem e caem no esquecimento. Esta classificação dicotômica do mundo reflete uma lógica de exclusão, que, além de ter rejeitado a diversidade epistemológica, produziu uma dualidade ontológica entre o Norte e o Sul, que impede o diálogo entre os dois lados da linha, ou seja, entre o Norte e o Sul e entre a ciência e os saberes não-científicos. Criou-se uma “cartografia epistemológica” moderna, onde a exclusão do “outro lado da linha” produziu “a ausência de humanidade” (Santos, 2009a:30).

Assim, tornou-se necessário superar este pensamento abissal com um novo pensamento - pós-abissal - que “(...) parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir” (Santos, 2009a:43). Neste sentido, surgem as Epistemologias do Sul como uma proposta alternativa à epistemológica dominante, que vão ao encontro dos novos desafios epistémicos e caracterizam a diversidade epistemológica do mundo e que, em vez de estarem centradas na ciência, partem dos saberes e

das experiências do “Sul”⁹, dos oprimidos, dos excluídos. Santos (2009), refere que as Epistemologias do Sul, são um “(...) conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes” (Santos e Meneses, 2009:13). Portanto, além de serem uma crítica à soberania epistémica, resgatam outros saberes e epistemologias silenciadas pelo modelo epistemológico ocidental e apresentam como alternativa uma “ecologia de saberes”.

A partir daqui torna-se possível um duplo resgate epistemológico, onde a epistemologia deixaria de estar limitada à reflexão científica e passaria a reconhecer todos os saberes e suas formas de produção e validação (Nunes, 2009:216-217), já que a diversidade de conhecimentos aponta para a existência de múltiplos critérios sobre o que conta ou não como conhecimento.

Uma epistemologia pós-abissal, com base numa ecologia de saberes, reconhece a pluralidade e heterogeneidade dos conhecimentos, incluindo a ciência moderna e cria interações entre estes, já que o conhecimento é interconhecimento (Santos, 2009a:44). O diálogo entre a diversidade epistemológica permite que tanto as experiências sociais como as intervenções sejam enriquecidas pelos diversos conhecimentos, o que aponta para o diálogo entre os dois lados da linha e mesmo que existam assimetrias entre conhecimentos devido às suas diferenças culturais e epistemológicas, o diálogo assente numa tradução intercultural permite que essas diferenças se tornem tendencialmente iguais para que haja aproximação ao desconhecido através do conhecido ao alheio através do próprio (Santos, 2009b:469).

Neste sentido, a ecologia dos saberes é uma contra-epistemologia (Santos, 2009a:47), que rejeita uma epistemologia geral (Santos, 2009a:45) e promove um pensamento pluralista e construtivo que cruza conhecimentos e até ignorâncias, pois o processo de “aprendizagem de certos conhecimentos pode envolver o esquecimento” ou a ignorância de outros (Santos, 2009a:47). Tal como para entender a proposta do Buen Vivir é necessário desaprender o conhecimento moderno e aprender com os saberes indígenas.

⁹ O Sul, como metáfora, é percebido como uma arena de desafios epistémicos que pretendem superar as consequências do capitalismo com uma relação colonial no mundo. Este Sul não é apenas geográfico porque existe dentro do Norte um Sul empobrecido, assim como, no Sul geográfico existe um Norte imperial (Santos e Meneses, 2009:12-13).

A ecologia de saberes tem como objetivo “a promoção de práticas sociais eficazes e libertadoras” (Santos, 2009b:473), o que remete para a construção de um conhecimento emancipatório e pragmático, que “(...) não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real” (Santos, 2009a:50). Logo, a hierarquização dos saberes é determinada pelo seu contributo prático numa ação (Santos, 2009b:472). Assim sendo, os conhecimentos são avaliados a partir do contexto da sua produção e do seu pragmatismo numa intervenção concreta, assim como pela sua importância na vida e nas práticas sociais. O mesmo acontece com a escolha dos saberes que integrarão uma ecologia de saberes, que é determinada pelos contextos e situações específicas para que são invocados (Santos, 2009b:470). Por exemplo, a proteção da biodiversidade pode conduzir uma ecologia de saberes entre o saber científico e o saber indígena.

Desta forma, esta epistemologia assente numa ecologia de saberes remete para um “conhecimento prudente”, que nos induz a “uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para que aquilo que não sabemos é ignorância nossa, não ignorância em geral” (Santos, 2009a:57). Esta epistemologia alude à busca de novos horizontes epistémicos, onde o conhecimento vai além do que a epistemologia ocidental aceita e, por sua vez, impulsiona a descolonização do conhecimento.

Em sùmula, a subversão epistemológica exige novos diálogos e pontes entre diversos saberes e realidades, para que haja uma relação harmónica em vez de excludente, uma vez que “o mundo não se pode contentar com breves resumos de si próprio” (Santos e Meneses, 2009:18). E as epistemologias do Sul tornam-se, assim, num caminho viável para reivindicar representações culturais e epistemológicas de diferentes ídoles, baseadas no seu valor, sabedoria e racionalidade. Tal como a sabedoria ancestral dos povos indígenas, que foi “acusada de conhecimento inútil para o desenvolvimento, mitológico para a ciência ocidental e supersticiosa para o cânone da racionalidade moderna” (González, 2011:13, tradução da autora) mas que agora é recuperada pelo Buen Vivir.

O Buen Vivir afigura um “pensamento pós-abissal” que parte do “outro lado da linha” e de uma perspetiva epistemológica do Sul, pois apresenta-se como uma alternativa para construir um novo pensamento “que parte do *epistemicídio* do conceito de desenvolvimento” (Acosta, 2014:52-53, tradução da autora) e é baseado no conhecimento indígena para impulsionar um

“outro” desenvolvimento e um “outro” pensamento. Os saberes ancestrais, outrora subalternizados, tornam-se hoje numa epistemologia alternativa que rompe com as pretensões da epistemologia da ciência moderna ocidental. Só através desta ruptura epistemológica é possível entender e aproximar-nos do pensamento indígena.

O Buen Vivir, sendo um conceito plural, reconhece a existência de diferentes modos de pensar e conceber a realidade, assim como a pluralidade de conhecimentos, que têm igual valor de verdade, de modo que dá lugar à pluralidade de verdades e de formas para alcançá-las, por isso, fala em “Buenos Vivires”. O mito não é menos verdadeiro do que a ciência, só a sua apresentação é diferente, por isso, apesar do conhecimento indígena não cumprir com os critérios determinados pela ciência moderna, não significa que este não seja verdadeiro e válido.

O pensamento indígena não nega o valor e os contributos do conhecimento ocidental, mas discrimina o seu universalismo e sustenta que todo o pensamento e conhecimento tem uma conotação cultural particular e contextualizada, por isso, deve partir do contexto de produção e da sua pertinência para quem o utiliza. O conhecimento indígena não parte da ciência, mas da “experiência concreta e coletiva do ser humano andino em seu universo físico e simbólico” (Estermann, 2006:74 tradução da autora) logo, sustentado por um pragmatismo epistemológico. Assim, o conhecimento é uma interpretação vivencial do mundo que está presente nas práticas sociais. Desta forma, dentro desta epistemologia (indígena) não existe um conhecimento superior ao outro, todos são igualmente relevantes dentro de determinados contextos e situações da realidade cultural que são produzidos. Por exemplo, a dimensão espiritual indígena não pode ser explicada dentro da racionalidade moderna, contudo na cosmologia indígena é relevante para a compreensão e explicação do mundo e da vida.

Tendo consciência da pluralidade de saberes, o Buen Vivir, como supradito na secção anterior, é uma plataforma de diálogo intercultural entre diversos conhecimentos, que além de superar as distâncias, amplia o campo de reflexão e permite descolonizar o conhecimento. A “filosofia andina é ela mesma um fenómeno multicultural e reflete uma série de “pontes” interculturais” (Estermann, 2006:12, tradução da autora) e, por isso mesmo, procura um diálogo onde o conhecimento é interconhecimento, pois para construir um novo pensamento é necessário reaprender e aprender a aprender em conjunto, assim como para entender e aproximarmos da filosofia indígena é necessário um diálogo com esta realidade assente numa tradução intercultural, que reforce o diálogo entre as culturas, “(...) ou filosoficamente falando:

entre os paradigmas filosóficos andino e ocidental” (Estermann, 2006:53, tradução da autora), de forma a construir coletivamente pontes entre os conhecimentos.

A própria reconstrução do conceito do Buen Vivir, requer um diálogo entre o passado e o futuro, isto é, entre o conhecimento ancestral e moderno para que “(...) os do passado olhem mais para o futuro (e o presente) e os do futuro tenham uma visão menos beata do passado.” (Acosta, 2014:52, tradução da autora), portanto o diálogo permite que se volte ao passado, não para repeti-lo, mas para encontrar as fontes do Sumak Kawsay e reconstruí-lo no presente. Pode-se assim dizer que, o Buen Vivir é uma combinação de saberes indígenas e modernos, que produz uma riqueza que não pode ser desperdiçada, como exemplo, temos a atribuição de direitos à Natureza, que é hoje um sujeito de direitos. Esta é uma combinação encantadora de uma ecologia de saberes entre o pensamento ocidental (Direito) e o pensamento indígena (Natureza). Por isso, a “dicotomização dos saberes foi um acto moderno que, paradoxalmente, investiu de modernidade, tanto os saberes que designou como modernos, quanto os que designou como tradicionais” (Santos e Meneses, 2009:14). Hoje, os saberes tradicionais tornam-se modernidades alternativas.

3.5- Implicações metodológicas do Buen Vivir

O Buen Vivir é uma proposta que parte da cosmovisão dos povos indígenas, sendo por isso necessário tê-la em conta para a sua operacionalização. Este conceito, como referido anteriormente, é fundamentado pelo paradigma comunitário indígena e adota uma visão holística do desenvolvimento, que tem por base o protagonismo do território, das comunidades e da Natureza.

Sendo o Buen Vivir um conceito plural, indica uma abertura para encontrar diversos caminhos para o desenvolvimento. No entanto, Unceta (2014) identifica algumas características que orientam o seu processo, porquanto privilegia: a utilização dos recursos locais; adota uma abordagem biocêntrica; valoriza os saberes tradicionais; promove uma autogestão do território através da participação das pessoas e da sua capacidade de decisão; e, ainda alude à diversidade e à autonomia dos processos de desenvolvimento (Unceta, 2014:106-110).

O BV está mergulhado em múltiplos valores de referência que se operacionalizam em várias metodologias para a ação e numa primeira leitura ao conceito, encontram-se três mais evidenciadas, que estão também materializadas na vida quotidiana dos povos indígenas, que são: as metodologias *participativas e emancipatórias*; *territorialistas* e a *abordagem biocêntrica*. Ainda podemos encontrar outros princípios metodológicos implícitos no processo de Buen Vivir, como a *flexibilidade de ação e a aprendizagem permanente* e a *abordagem integrada com uma cooperação entre os atores locais*, que serão analisados de seguida.

Participação e Emancipação

Para construir o Buen Vivir, a participação das comunidades e dos seus membros é essencial. Como se verificou anteriormente, a principal instituição indígena - **Minka** - é um sistema de organização social que remete para a união e coesão da comunidade e que envolve uma participação coletiva para o bem-comum. Todos participam neste sistema - “mulheres, homens, crianças, idosos e pessoas com deficiência”, ninguém é excluído (González, 2011:33). De modo que esta participação coletiva na vida comunitária, subjacente no sistema indígena, implica o envolvimento ativo da comunidade na construção do seu Buen Vivir e alude a relações horizontais entre os seus membros, que, em conjunto, adquirem responsabilidades para

o funcionamento pleno da comunidade, já que as decisões do futuro da comunidade dependem da sua participação no processo. Esta participação coletiva permite ainda construir uma consciência comunitária sobre os seus problemas e capacidades, para encontrarem respostas para o bem-comum e para criar práticas que vão de encontro à sua realidade e cosmovisão, promovendo assim a emancipação e a autonomização das comunidades indígenas, para que se tornem atores do seu Buen Vivir.

Este processo participativo contribui ainda para a construção de estruturas e relações de poder igualitárias e inclusivas nos processos de tomada de decisão sobre os interesses comunitários, nas diversas dimensões da vida, dado que para alcançar o Buen Vivir,

(...) para as pessoas e para as coletividades, e para suas diversas formas organizativas, lhes corresponde participar em todas as fases e espaços da gestão pública e da planificação do desenvolvimento nacional e local, e na execução e controlo do cumprimento dos planos de desenvolvimento em todos os seus níveis (Acosta *apud* Unceta, 2014:108-109, tradução da autora).

O que implica uma aproximação às instâncias de poder para uma autogestão dos espaços locais e dos processos de desenvolvimento, através de, como indica Unceta (2014:109), uma governança local.

Assim sendo, esta lógica participativa permite que as comunidades organizadas localmente adquiram poder, capacidade de ação e autonomia, assim como permite a prática de uma cidadania ativa e de uma democracia mais participativa ou, como os povos indígenas referem, uma democracia comunitária, “que é o exercício diário de consulta e participação permanente” (Mamani, 2010:8, tradução da autora), onde se estabelecem dinâmicas de diálogo e participação direta nos processos de consulta e de tomada de decisão da própria comunidade, “passando de uma representação democrática-passiva a uma participação comunitária dinâmica-ativa” (Mamani, 2010:21, tradução da autora). Assim, a participação comunitária é ainda um processo coletivo de ação política que envolve a comunidade local e promove espaços de discussão e reflexão política para a organização e gestão coletiva da sociedade e território.

Portanto, denota-se uma íntima relação entre o Buen Vivir e os processos de cidadania, que exigem a renovação dos sistemas democráticos, onde o povo passa a ter voz ativa através de uma democracia que vê as comunidades como protagonistas da vida social e política.

Territorialização

O Buen Vivir, assente no paradigma comunitário, remete para uma metodologia de intervenção que protagonize e que esteja enraizado no território e nas comunidades indígenas.

O território, e tudo o que o constitui, têm uma grande importância nas práticas do Buen Vivir, uma vez que para os povos indígenas o território faz parte da sua espiritualidade e da sua identidade cultural e histórica, o que explica a profunda relação com a Mãe Terra e o território. Como Mamani (2010) indica, cada território tem as suas particularidades que refletem a sua identidade e que, por sua vez, “(...) a lógica de definirmos quem somos está ligada à terra” (Mamani, 2010:77, tradução da autora), visto que a Terra é o espaço sagrado onde decorre a vida e é o “centro integrador da vida em comum-unidade” e o Território é “o espaço com própria estrutura organizativa, segundo os usos e costumes, tradições, idioma, cosmovisões, princípios e valores” e com autodeterminação, tanto na mobilização dos seus recursos, como na gestão comunitária (Mamani, 2010:77, tradução da autora). Ou seja, o território é o principal espaço de reprodução do sistema de vida que alicerça as relações comunitárias e onde a comunidade se organiza consoante as suas práticas culturais, tal como é no território que os elementos da comunidade herdaram uma história e uma identidade comum e continuam a construí-la, através das suas relações sociais e em constante interação com a Natureza. Por este facto, é que o território tem sido o espaço de resistência das culturas indígenas ao modelo desenvolvimentista ocidental, que os impede de viver em e com os territórios e reivindicam a autodeterminação do território para um desenvolvimento próprio.

Neste sentido, o BV alude a um processo de territorialização que parta do território e das comunidades locais e que esteja enraizado nas suas características, identidade e na mobilização das suas capacidades e recursos endógenos, para uma abordagem adaptada à sua realidade, em oposição a uma lógica universalista imposta pelo exterior, o que implica que cada território construa o seu próprio processo de Buen Vivir, refletido à sua imagem.

Abordagem integrada com uma cooperação entre os atores locais

Nas sociedades indígenas, a realidade e as relações são entendidas a partir da integralidade de tudo o que existe, numa permanente procura de equilíbrio e harmonia, contrariamente à visão sectorial ocidental, que interage e compreende a realidade de forma

segmentada, o que produz, por exemplo na sua visão antropocêntrica, a rutura entre o Homem/Mulher e a Natureza.

As sociedades indígenas são sistemas integrados, interconectados e, segundo a sua cosmovisão, não existe sistemas separados e a realidade é entendida a partir da sua totalidade. Como indica Josef Estermann (2006), estas sociedades baseiam-se em vários princípios que orientam as suas práticas, sendo que o principal é o da **relacionalidade** ou “princípio holístico”, que indica que “tudo está de uma ou outra maneira relacionado (vinculado, conectado) com tudo” (Estermann, 2006:126, tradução da autora). Assim, “a “Realidade” (como um “todo” holístico) apenas “é” (existe) como um conjunto de “seres” e acontecimentos inter-relacionados” (Estermann, 2006:128, tradução da autora). Portanto, este princípio reconhece a complexidade da realidade e indica que todos os seus elementos constituem uma rede de vínculos, que possibilitam o todo, e que só pode ser entendida a partir da integralidade desses elementos, que se relacionam entre si, o que remete para uma visão holística e integral da realidade e das ações.

Esta visão holística, manifesta-se em todas as áreas e dimensões da vida e determinam o processo organizativo e as práticas comunitárias, que, além de envolver a multidimensionalidade da realidade, implica a construção de ações integradas e articuladas entre todos os seus membros. Se recordarmos o principal sistema indígena - Minka-, remete para relações de cooperação, compromisso e corresponsabilização de toda a comunidade, para o exercício de práticas conjuntas para o bem-comum e para o funcionamento pleno de toda a comunidade, o que indica a importância do trabalho cooperativo, para uma ação coletiva.

Neste contexto, o Buen Vivir ao recuperar a visão indígena, alude para uma abordagem integrada que requer uma leitura holística da realidade e uma ação integrada para encontrar respostas também multidimensionais, o que implica uma cooperação entre os atores locais.

Abordagem Biocêntrica

Cabe ainda referir que, a esta visão holística da realidade e interdependência sistémica corresponde ainda uma mudança de perspetiva que rompe com as lógicas antropocêntricas e permite passar para uma visão biocêntrica, onde se estabelece o reencontro do Homem/Mulher com a Natureza, já que fazem parte do “todo” e recupera uma relação harmoniosa com a Natureza que apela a uma *abordagem biocêntrica*.

Flexibilidade de Ação e Aprendizagem permanente

As sociedades indígenas consideram e reivindicam a existência de uma diversidade de “cosmovisões” da vida e de desenvolvimento humano, em contrapartida a uma visão única de desenvolvimento que anula as outras percepções e aspirações (Unceta, 2014:109). Sendo o Buen Vivir um conceito plural, aponta para a existência de uma pluralidade de processos de “buenos vivires”, o que significa que cada território e cultura vive realidades distintas e tem que traçar o seu próprio caminho, de forma que o Buen Vivir remete para uma *flexibilidade de ação* para cristalizar propostas direcionadas e adaptadas à realidade e aos problemas das comunidades.

Como refere José Maria Tortosa (2009), já não se trata de recorrer aos princípios generalistas do desenvolvimento para orientar as ações, “agora, se trata do Buen Vivir das pessoas concretas em situações concretas analisadas concretamente” (Tortosa, 2009:3, tradução da autora), que requer uma flexibilidade dos procedimentos, tanto nas respostas como nas ações, para que se torne num processo dinâmico que se adapta e se reorienta ao longo da ação sempre que necessário, de forma a encontrar respostas concretas e inovadoras para uma intervenção “à medida”, que vá de encontro com as pretensões, cosmovisões e práticas que guiam as diversas culturas.

Deste modo, o Buen Vivir é um processo em permanente construção que permite uma abertura para novas respostas e ações e que remete ainda para um processo de *aprendizagem permanente*, uma vez que os princípios do Sumak Kawsay “não estão construídos a partir do escritório, nem da teorização, mas a partir da própria prática e convivência” (Pacari, 2013:354, tradução da autora), logo, parte da ação, do terreno e dos saberes indígenas e implica uma capacidade de aprendizagem e reflexão permanente das comunidades, para encontrar ações ou reações sobre os processos de mudança. Por isso é que o Buen Vivir, no processo de construção de conhecimento e de ação, valoriza os saberes tradicionais das sociedades indígenas (indutivos) e complementa-os com o conhecimento científico moderno (dedutivo), de forma a alcançar uma análise integral da realidade e criar processos de desenvolvimento adaptados ao contexto destas sociedades.

Capítulo IV - Análise comparativa entre os conceitos Desenvolvimento Local e Buen Vivir

O Desenvolvimento Local e o Buen Vivir pertencem a duas correntes de pensamento opostas. O Desenvolvimento Local surge como reformulação do pensamento desenvolvimentista e o Buen Vivir aparece como alternativa proposta pelo pensamento pós-desenvolvimentista. No entanto, ambos surgem como solução e resposta à crise do conceito do Desenvolvimento e às consequências da sua universalidade. Apesar destes novos conceitos serem apresentados como divergentes, afastando a legitimidade para uma comparação, revelam posições e características muito próximas, que permite identificar algumas convergências entre eles. Assim sendo, foi a complexidade e riqueza destes novos conceitos, assim como as semelhanças nos seus discursos sobre o desenvolvimento que despertou o interesse nesta investigação.

Desta forma, neste capítulo, será realizada uma análise comparativa entre os dois conceitos, de forma a precisar quais as suas semelhanças e diferenças. Para tal, o capítulo é organizado em três secções: a primeira, explora os fundamentos epistemológicos do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir; a segunda, inquire a base teórica dos dois conceitos e na última secção faz-se uma análise sobre as suas implicações metodológicas.

4.1- Fundamentos epistemológicos do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir

O paradigma da modernidade falhou e entrou em crise e, como vimos nos capítulos anteriores, sofreu uma rutura relativamente aos fundamentos epistemológicos da ciência moderna, através da emergência de novos paradigmas. Estes novos paradigmas, que transitam para uma ciência pós-moderna, apresentam novas perspetivas e posições epistemológicas, que tentam responder às crises e anomalias do paradigma dominante, que perdeu capacidade explicativa e não consegue resolver os problemas e desafios atuais, a que se tem assistido em todo o mundo.

Neste sentido, a transição paradigmática leva-nos a novas visões e referências epistêmicas que dão conteúdo aos discursos do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir e rompem com o pensamento epistemológico moderno, baseado apenas no conhecimento científico. Esta é a primeira semelhança que podemos encontrar nos fundamentos epistemológicos dos dois conceitos. No entanto, também é aqui que podemos encontrar algumas divergências, mas não muito acentuadas:

- Enquanto, o discurso do Buen Vivir se enquadra numa perspectiva crítica da “*epistemologia de Sul*”, que rejeita a soberania epistêmica do pensamento moderno e propõe uma diversidade epistemológica, que recupera as diversas formas de conhecimentos e práticas cognitivas ignoradas pelo modelo científico ocidental, portanto, faz um resgate epistemológico que indica que o conhecimento vai além do que a ciência sugere como válido;

- O discurso epistemológico do Desenvolvimento Local enquadra-se numa perspectiva crítica do Norte, que reformula o modelo epistemológico da ciência moderna, através da “*dupla ruptura epistemológica*”, e recupera uma nova relação entre o conhecimento científico e o senso comum, mas que, no entanto, o conhecimento continua a ter a ciência como orientadora dos critérios de produção e validade. Isto no que se refere a uma das suas perspectivas epistêmicas, uma vez que o discurso de DL também traz uma outra perspectiva, que parte do Sul, mais próxima do BV e da epistemologia do Sul.

De qualquer modo, dentro destas novas correntes epistemológicas podemos encontrar algumas semelhanças nas suas posições, tais como:

- Reconhecem e valorizam outras formas conhecimentos na produção e validação do conhecimento, para além do conhecimento científico;

- Procuram novas relações entre conhecimentos, através de um diálogo que permita a sua aproximação e interação para a democratização e descolonização do conhecimento;

- Apelam a um diálogo assente numa tradução, de forma a diminuir as diferenças epistemológicas e a criar pontes entre conhecimentos, para que em conjunto construam um conhecimento novo e emancipatório;

- Remetem para a construção de um “conhecimento prudente para uma vida decente” (Santos, 1988; Santos, 2009b), isto é, um conhecimento que seja compreensível, útil e próximo da realidade das pessoas;

- Indicam que a produção e validade dos conhecimentos é sempre contextual, portanto, são avaliados a partir da sua utilidade em determinado contexto e não por critérios universais;

- Privilegiam um pragmatismo epistemológico, onde o processo de conhecimento parte das práticas sociais e realidades concretas, para promover um conhecimento na ação.

Como se verifica, não existe muitas diferenças nos fundamentos epistemológicos do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir, pelo contrário, apresentam muitas semelhanças. De modo geral: ambos emergem numa transição paradigmática que reclama uma mudança epistemológica, relativamente à superioridade da ciência moderna na produção de conhecimento; reconhecem a validade de outras formas de conhecimento que são incluídas num modelo de verdade alternativa; e procuram um diálogo entre os diversos conhecimentos, de modo a construir uma nova racionalidade emancipatória.

É com esta mudança epistémica que os discursos do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir se ajustam à mudança de perceção da realidade que vem crescendo no domínio científico, que pode ser entendida como uma resposta à incapacidade da ciência moderna de compreender e explicar o mundo atual, assim como de encontrar soluções para os novos problemas e desafios da humanidade. Os conhecimentos outrora silenciados, ganham um estatuto epistemológico nas abordagens de ambos os conceitos e são incluídos nos seus processos de produção de conhecimento, tanto para captar a realidade, como para enriquecer as suas intervenções. Na verdade, hoje, os novos discursos procuraram no senso comum, nas crenças, tradições e espiritualidade, a fonte de conhecimentos que não poderiam encontrar no conhecimento científico, donde surgem maravilhosas hibridizações do conhecimento. O diálogo entre os conhecimentos é importante nas abordagens do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir, pois permite alcançar uma imensa diversidade de saberes e experiências valiosas, que oferecem respostas criativas e arrojadas em tempos de crise complexos, e permite adaptar os processos de desenvolvimento à realidade local.

Pode-se dizer que, em sùmula, o diálogo com os “outros” conhecimentos fortalece as novas abordagens de desenvolvimento e abre novos horizontes para um novo conhecimento e “outro” desenvolvimento, que responda aos desafios da nova realidade que a humanidade está a viver.

4.2- Base teórica do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir

Apesar do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir pertencerem a duas correntes de pensamento opostas, de modo geral estes novos conceitos de desenvolvimento aparecem como alternativas para um “outro” desenvolvimento que rejeita a visão economicista e universalista do desenvolvimento tradicional e propõem um quadro teórico alternativo, que revelam posições e características comuns que permitem estabelecer paralelismos entre os dois conceitos, nos seguintes temas:

- A diversidade conceptual do DL e do BV nos mostra que são conceitos dinâmicos e com uma abertura para novas leituras e interpretações, que se adaptam à realidade em que estão inseridos. Por isso, não apresentam uma fórmula para atingir o desenvolvimento, propõem e incentivam a *diversidade* de abordagens e processos de desenvolvimento, destacando o carácter singular e específico de cada processo e abandonando as anteriores concepções e abordagens universalistas;

- A *multidimensionalidade* é outro aspeto comum dos novos conceitos, ainda com mais ênfase numa ou noutra dimensão, cada conceito inclui e é organizado por diversas dimensões da realidade, que vão além da dimensão económica e incluem o social, cultural, político, ambiental no conceito de desenvolvimento. O BV, devido às suas raízes no pensamento indígena, integra ainda a dimensão espiritual;

- Desprendem-se do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico e reclamam propostas mais centradas nas *pessoas* e nas *comunidades*, que enfatizam as suas *necessidades e capacidades*, tendo como objetivo um processo de mudança social que melhore as condições de vida;

- Promovem o *protagonismo das comunidades locais e do território* nos processos de desenvolvimento, que passam a ser âmbito e sujeitos dos processos de mudança, portanto, promovem um desenvolvimento que é construído a partir das bases - de “baixo para cima”;

- Remetem para a *autonomia de gestão e controlo* das comunidades sobre os espaços locais e os processos de desenvolvimento, o que implica uma governança local. Deste modo,

possuem uma perspectiva política do desenvolvimento mas no caso do conceito BV vai mais longe, no sentido que se materializou em propostas políticas do Estado e é reconhecido em duas constituições, enquanto o DL tem tido algum reconhecimento ao nível institucional;

- Privilegiam processos de desenvolvimento *local* mas com uma perspectiva de inserção no *global*, isto é, articulam os processos endógenos com os processos exógenos de forma a atuarem em diferentes escalas. De modo que o DL aponta para uma “glocalização” e o BV fala de uma “globalização alternativa”, mas que indicam um modelo de desenvolvimento que requer um “atuar localmente e pensar globalmente”;

- Sugerem uma nova forma de economia que está mais ligada ao social e não à economia de mercado, ou seja, uma *economia solidária*, que reconhece as várias formas de economia local e que se estrutura em relações de solidariedade e reciprocidade. Porém, podemos encontrar algumas diferenças a este nível, enquanto o DL propõe, nalgumas versões, uma linha de eficiência económica, o BV valoriza a ideia de uma economia da suficiência;

- Apontam para uma nova *sensibilidade ambiental*. Contudo, o DL apenas faz algumas referências à preservação ambiental, ligadas à noção de sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, enquanto o BV marca a sua diferença, dado que a relação com a Natureza é uma questão central no seu discurso e abordagens, por isso adota uma visão biocêntrica, onde a natureza é integrada nas relações e práticas sociais e até se torna num sujeito de direitos, questão essa que não tem o mesmo peso no discurso e nas abordagens do DL.

Pode-se assim dizer que, em termos de discurso teórico as diferenças entre o DL e o BV não são significativas, uma vez que os novos conceitos são um processo de mudança coletivo que parte das comunidades locais, do território e do seu protagonismo; apresentam uma perspectiva multidimensional, endógena e política do desenvolvimento; valorizam a autonomia e capacidade organizativa das comunidades no processo de desenvolvimento; articulam os processos locais com os processos globais; propõem a diversidade de caminhos para o desenvolvimento e privilegiam uma economia solidária e uma nova relação com a Natureza.

A maior distância entre os dois conceitos estabelece-se no facto de que o BV ostenta uma visão biocêntrica do processo de desenvolvimento e as suas propostas entraram na esfera política.

Está claro que os novos conceitos de desenvolvimento têm várias semelhanças que nos leva a deduzir que estamos perante a mesma noção e que os dois conceitos são diferentes processos que convergem na mesma proposta, uma alternativa para o modelo de desenvolvimento económico.

Vale a pena recordar que o BV, apesar de partir do pensamento indígena, recebe influência de outros pensamentos críticos, alguns deles ocidentais, e não nega a potencialidade da modernidade, articula-a com as abordagens tradicionais. Por isso mesmo é que o BV “não é estranho a algumas características que (...) fazem parte da literatura sobre o desenvolvimento comunitário” (Unceta, 2014:92, tradução da autora) e por sua vez ao Desenvolvimento Local, devido às suas raízes neste conceito. Assim, o BV aproxima-se do discurso do DL, da mesma forma que o DL se aproxima do discurso do BV, uma vez que tem uma perspetiva indutiva do Sul que resultou das diversas práticas do terreno do DC nos países do Sul.

De modo que, os dois conceitos apresentam um quadro teórico idêntico, que podem ser uma mais valia para outras abordagens que reconheçam o papel das comunidades locais no desenvolvimento e que criticam o modelo economicista que continua a persistir numa nova designação - a Globalização.

4.3- Implicações metodológicas do Desenvolvimento Local e do Buen Vivir

O modelo de intervenção do Desenvolvimento tradicional, como vimos anteriormente, teve o seu primado associado ao crescimento económico que secundarizou todas as outras áreas e valorizou uma perspetiva e intervenção tecnocrática e centralizada, em que predominava uma visão hierárquica de “cima para baixo” e com intervenções e respostas “prontas” e elaboradas externamente à realidade local. Esta visão sofreu uma profunda transformação com os novos paradigmas, que permitiram que os novos conceitos de desenvolvimento encontrassem outros modelos de intervenção.

De modo geral, os princípios estratégicos resultantes do Desenvolvimento Local e o Buen Vivir revestem-se de um conjunto de características inovadoras, que marcam a diferença relativamente ao modelo de desenvolvimento tradicional:

Em 1º lugar, reconhecem às comunidades locais um papel ativo na sociedade, na resolução dos problemas e no processo de desenvolvimento.

Em 2º lugar, aduzem uma visão multiterritorial ao promover o local como nova territorialidade no processo de desenvolvimento, que privilegia a mobilização das capacidades e recursos endógenos.

Em 3º lugar, trazem uma perspetiva multidimensional da realidade, que além da dimensão económica integra outras dimensões para uma intervenção multidisciplinar e integrada dos processos de desenvolvimento.

Em 4º lugar, valorizam a participação e o envolvimento dos vários atores sociais (multiprotagonismo) no processo de desenvolvimento, o que exige uma cooperação e articulação entre estes.

Em 5º lugar, estão abertos à experimentação e inovação e por isso as suas abordagens se revestem numa diversidade de processos e práticas para atingir o desenvolvimento.

Em 6º lugar, remetem a uma nova relação com a Natureza, mas apenas o Buen Vivir apresenta uma visão biocêntrica, que permite o reencontro da Natureza com o Homem/Mulher, abandonando o antropocentrismo ocidental.

Neste sentido, as novas abordagens de desenvolvimento emergentes destes dois conceitos conduzem-nos para *metodologias de intervenção* muito semelhantes, tais como:

1- Promovem metodologias *participativas e de empowerment*, que dão às pessoas e comunidades envolvidas a oportunidade de participar ativamente na construção do processo de mudança, tornando-as sujeitos conscientes e principais atores do seu próprio desenvolvimento. Esta participação permite, ao mesmo tempo, dotar e potencializar as suas capacidades de reflexão e de decisão, para ganharem autonomia nesse processo, seja ele de Desenvolvimento Local ou de Buen Vivir.

- Esta lógica participativa dos novos conceitos indica ainda uma nova perspetiva política do desenvolvimento. Tanto a educação popular, a teologia da libertação, o empowerment e os sistemas institucionais indígenas são práticas que têm uma intencionalidade política ao confrontarem as estruturas de poder existentes e fortalecerem nas sociedades as capacidades de exercerem uma cidadania ativa e de gerarem mudanças sociais e políticas que renovam os sistemas democráticos, para uma democracia mais participativa.

2- Privilegiam metodologias *territorialistas*, que remetem que o processo de desenvolvimento deve ser estabelecido de “baixo para cima” e deve estar enraizado no território e na comunidade local. De modo que os processos de desenvolvimento partem da comunidade local e do território e têm em conta a sua identidade, historicidade e características, tal como privilegiam a mobilização das capacidades e dos recursos endógenos, para uma intervenção concreta e adaptada ao seu contexto e realidade local, isto implica que cada território construa o próprio processo de desenvolvimento.

3- Adotam uma **abordagem integrada** que corresponde a uma visão holística da realidade e a uma intervenção multidisciplinar e integrada, com respostas que envolvam a multidimensionalidade da realidade.

- Esta abordagem integrada exige ainda outra metodologia, o trabalho em **parceria** e de **cooperação**, que prevê a mobilização dos atores locais de forma cooperativa, para a concretização de objetivos comuns e partilhados e para uma intervenção conjunta e articulada, de modo a maximizar as sinergias e encontrar respostas integradas e multidimensionais.

4- Enaltecem a **flexibilidade de ação** em vez da homogeneização, de forma a que o processo de desenvolvimento seja adaptado constantemente à realidade local e às suas

necessidades, o que requer uma permanente criatividade e inovação sobre o processo para que se ajuste a intervenção às mudanças desejadas.

- Esta flexibilidade de ação corresponde a outro princípio metodológico - a **investigação-ação** e a **aprendizagem permanente** -, onde o processo de conhecimento e de ação parte da realidade, das práticas do terreno, de um problema concreto e não de uma teoria e tem em conta os saberes e as experiências dos atores locais, para o enriquecimento e adaptação dos processos de desenvolvimento à realidade, o que implica uma interação contínua entre a prática e a teoria e uma permanente capacidade de reflexão e a partilha de aprendizagens e de conhecimentos entre os atores envolvidos no processo de mudança.

No entanto, como diferença ao nível metodológico, destaca-se que:

- O Buen Vivir ao recuperar uma nova relação com a Natureza integra-a na sua intervenção e enfatiza uma **abordagem biocêntrica**.

Nota-se assim que, em termos de discursos metodológicos existem mais semelhanças entre o Desenvolvimento Local e o Buen Vivir do que diferenças. De forma geral, ambos estão assentes nas mesmas perspetivas e formas de intervenção, que indicam que: para a construção dos processos de desenvolvimento, é necessário a participação da comunidade e a sua capacitação e autonomia (empowerment); devem partir do território e da comunidade local; requerem uma abordagem integrada do desenvolvimento com um trabalho em parceria e de cooperação; privilegiam a flexibilidade dos processos de desenvolvimento e preveem um processo de investigação-ação e de aprendizagem permanente.

A maior diferença observada entre os dois conceitos é que o Buen Vivir adota uma abordagem biocêntrica.

Conclusão

Nesta dissertação analisámos alguns discursos e propostas que têm surgido em volta do conceito do Desenvolvimento, que nas últimas décadas mostrou certas limitações ao nível epistemológico, teórico e metodológico. Na realidade, o desenvolvimento económico teve uma época de prosperidade sem precedentes, mas após os seus “trinta gloriosos” tornou-se incapaz de responder aos atuais problemas e desafios que condicionam o bem-estar das sociedades em geral. E, começou a ser questionado por novas perspetivas críticas, tanto nos países do Norte como do Sul, que reclamam outras abordagens e práticas de desenvolvimento e propõem alternativas para um “outro desenvolvimento”.

Porém, estes novos discursos críticos traçaram caminhos diferentes na sua posição quanto ao conceito de Desenvolvimento: enquanto umas críticas sugeriram uma reformulação do conceito, outras críticas se tornaram mais extremistas e exigiram o abandono do conceito. De qualquer modo, foi neste contexto de renovação e rejeição que surgiram novos conceitos com novas propostas e conteúdos que desafiam o conceito tradicional. Ou seja, o pensamento desenvolvimentista procurou um “desenvolvimento alternativo” através dos conceitos Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Local, entre outros, para preencher as suas lacunas. E, o pensamento pós-desenvolvimentista encontrou “alternativas ao desenvolvimento” nos conceitos Felicidade Interna Bruta, Bem-Estar, Florescimento Humano, Buen Vivir, entre outros, de forma a transcendê-lo.

Tendo em conta o objetivo de investigação e, de forma a responder à pergunta de partida, apenas foi feita uma análise aos conceitos de DL e BV, que fazem parte deste amplo debate crítico sobre o desenvolvimento e apresentam-se como alternativa a ele. Se recordarmos, estes conceitos surgiram a partir da década 80 e 90 e, em simultâneo, falavam dos novos desafios que a humanidade enfrentava, da urgência de mudanças sociais, económicas, políticas, ambientais e na crise do paradigma da modernidade, que perdeu a capacidade explicativa. Mesmo partindo de correntes de pensamento diferentes, estes conceitos concordam com as falhas e limites do conceito desenvolvimento económico, assente no paradigma da modernidade e rejeitam a sua visão economicista, bem como as suas abordagens e universalidade e trazem consigo novas perspetivas e abordagens com outros pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos.

O conceito de DL e do BV aparecem num contexto de transição paradigmática que tenta responder à crise do paradigma da modernidade, de onde emergiram novos paradigmas que se inscrevem na pós-modernidade e que romperam com as **bases epistemológicas** do pensamento moderno, de forma a silenciarem as certezas epistémicas e a criarem outras formas de conhecimento sobre o desenvolvimento.

Estes novos paradigmas, apesar de partirem de posições epistemológicas diferentes, trouxeram novas perspetivas epistémicas e referências explicativas que dão conteúdo ao DL e ao BV e influenciam os seus discursos de forma semelhante e permitem que, tanto um como o outro, se adaptem à mudança de perceção da realidade e produzam um “outro” conhecimento e um “outro” desenvolvimento. Curiosamente, estes conceitos nos processos de produção do conhecimento reconhecem no senso comum e saberes indígenas uma nova fonte de conhecimento, que, em diálogo com o conhecimento científico, constroem um novo conhecimento, que além de emancipatório é contextualizado e adaptado à realidade em que este é invocado, recusando, portanto, critérios e teorias universais e remetendo para um pragmatismo epistémico que permite encontrar repostas inovadoras a esta crise, que se tornou hoje humanitária. Pode-se dizer que, no geral, as novas referências epistemológicas formam parte de um novo modelo de verdade que revigora e enriquece os novos discursos de desenvolvimento e abrem horizontes para novas teorias e metodologias que orientam as suas abordagens para novas direções.

Neste sentido, esta mudança paradigmática permite que o DL e o BV proponham um **quadro teórico** alternativo que atribui novos sentidos e significados às abordagens do desenvolvimento. Contrariamente à visão economicista do desenvolvimento, as novas abordagens permitem uma perspetiva multidimensional da realidade e do desenvolvimento, devido aos múltiplos conteúdos que os organizam e se interrelacionam e passam a estar centradas nas pessoas e nas suas necessidades e capacidades. Promovem um desenvolvimento a partir das bases, onde o território e as comunidades locais têm um papel importante na definição e construção do processo de desenvolvimento e, por isso, estimulam abordagens endógenas, que priorizam as iniciativas e recursos locais, mas que requerem a articulação dos processos locais com escalas mais amplas, de forma a encontrar um equilíbrio entre as ações locais e globais. Logo, não se torna estranho, que as novas abordagens adotem nas suas estratégias a máxima ecologista - “pensar globalmente e atuar localmente”. As novas abordagens alertam ainda para uma nova consciência e organização política das sociedades locais, de forma a que estas passem a ter controlo e autonomia no processo de mudança, tal

como alertam para uma nova consciência ambiental, no qual o BV se destaca com a proposta de uma visão biocêntrica, que permite o reencontro da Natureza com o Homem/Mulher. Está então claro que, os dois conceitos apresentam uma abertura para novas interpretações e construções, que permitem que as suas abordagens se adaptem ao contexto e realidade em que estão inseridos e, por esse facto, estimulam a diversidade de abordagens e processos de desenvolvimento que se afastam totalmente das abordagens universalistas e hegemónicas.

Este quadro teórico contribuiu para uma nova **perspetiva metodológica**, que conduz as abordagens do DL e do BV para novos modelos de intervenção, onde enfatizam uma ação *participativa e emancipatória* da sociedade através do seu envolvimento no processo de mudança, de forma a que se tornem cidadãos conscientes e capazes de transformar a sua realidade. Dão destaque a *metodologias territorialistas* que preveem uma aproximação e enraizamento das abordagens ao território e à comunidade local, para uma intervenção à “medida” e adaptada ao contexto e realidade local. Adotam uma *abordagem integrada* para alcançar respostas multidimensionais e integradas, que envolvam a complexidade da realidade, o que exige, por sua vez, um *trabalho em parceria e de cooperação* que inclua e mobilize, de forma cooperativa, os atores locais para uma atuação conjunta e articulada. Realçam uma *flexibilidade de ação*, para que haja uma permanente adaptação das ações e do processo de desenvolvimento à realidade e aos desafios locais e ainda utilizam metodologias de *investigação-ação e de aprendizagem permanente*, onde o processo de conhecimento e de ação interage e parte da realidade, dos saberes e práticas sociais, mais do que de uma teoria. O BV inova, no sentido de adotar uma *abordagem biocêntrica*, que permite integrar a Natureza nas suas perspetivas.

Torna-se evidente que o DL e o BV possuem aspetos de ordem epistemológica, teórica e metodológica que ajudam a relacionar os conceitos entre si e que nos levam a deduzir que as abordagens do DL coincidem com as que são apresentadas pelo BV e vice-versa. E ainda nos mostram que existem afinidades e sobreposições entre as críticas no Norte dentro do pensamento desenvolvimentista e as críticas no Sul do pensamento pós-desenvolvimentista, que ironicamente se traduzem em semelhanças entre as propostas do DL como “desenvolvimento alternativo” e do BV “como alternativa ao desenvolvimento”. Como se verificou, muitos dos novos conteúdos e características do DL são também partilhadas pelo BV, tal como muitas das perspetivas e posições do BV poderiam ser vistas no DL.

Todavia, os argumentos críticos do pós-desenvolvimento fazem distinção entre o “desenvolvimento alternativo” e as “alternativas ao desenvolvimento”, mas um olhar atento a estes dois conceitos nos revelam o contrário. Aliás, a maior diferença visível entre os dois conceitos é a visão e a abordagem biocêntrica do BV, que não tem no DL, mas é inegável que os dois têm elementos comuns. Importa recordar que as várias perspetivas que ajudaram a dar conteúdo ao DL também surgiram no Sul, seja através do desenvolvimento comunitário, da educação popular ou da teologia da libertação, o que faz com que as duas abordagens aproximem o seu âmbito de reflexão e partam de referências epistemológicas, teóricas e metodológicas semelhantes. Por esse facto, é que o discurso do PD é desproporcionado e excessivo, com um sentido retórico um tanto limitado e simplista, que iguala as novas reformulações com o desenvolvimento económico, pondo tudo no mesmo “saco” e ao mesmo nível, sem se dar conta ou mesmo subestimando o novo carácter polissémico dos novos conceitos, que nos mostram a sua complexidade, versatilidade e diversidade e que influenciam o discurso dominante através da inclusão de novos pressupostos.

Pode-se dizer que o discurso pós-desenvolvimentista é contraditório, dado que os critérios que oferece para definir os conceitos do PD são idênticos aos novos conteúdos científicos do Desenvolvimento, que segundo Escobar devem: 1- Ser alternativas ao desenvolvimento e rejeitar o paradigma; 2- Valorizar o conhecimento local e a diversidade cultural; 3- Criticar o discurso científico como única forma de conhecimento válido; 4- Promover movimentos localizados das bases; 5- Criticar o crescimento económico (Escobar *apud* em Ziai, 2014:2). A maior parte destes critérios podem ser facilmente destacados no conceito de DL, apenas o primeiro é que ficaria num caminho intermediário porque apesar de partilhar a crítica ao paradigma da modernidade mantêm a crença no desenvolvimento. Assim como no BV este critério é um pouco dúbio, pois, apesar de rejeitar o paradigma da modernidade, não nega a modernização das sociedades e recebe alguns contributos do pensamento crítico ocidental, conjugando-os com o pensamento indígena.

Na realidade, o BV é um conceito tão válido como o DL e nos dois casos se procura um “outro” desenvolvimento que envolve diferentes verdades. A linha que separa os dois conceitos é muito fina e esta proximidade dá a sensação que estamos a falar da mesma proposta por diferentes idiomas e processos, no qual o BV poderia ser incluído no pensamento desenvolvimentista e tornar-se um sinónimo do desenvolvimento. Como indicou Tortosa (2009) o BV “(...) dificilmente escapa à impressão de *déjà vu*” (Tortosa, 2009:4, tradução da autora).

Em smula, as novas abordagens do BV podem ser confundidas com o DL e vice-versa, e vendo os dois discursos sem retóricas ou sensibilidades e, centrando-nos nas suas bases epistmicas, teóricas e metodológicas que oferecem, denotamos que ambos são mais semelhantes do que diferentes, apenas assumem diferentes formas em cada lugar. Isto é, escrevem o mesmo caminho por palavras e pensamentos diferentes, dado que um provm do pensamento ocidental e o outro do pensamento indígena mas cada qual poderia ser aplicado no “terreno” oposto. A abertura destes conceitos nos mostra a existência de vários caminhos possíveis para o desenvolvimento e cada um escolheu o seu caminho particular, que resulta da sua visão, cultura e historicidade e revelam que, seja dentro do pensamento desenvolvimentista ou do pós-desenvolvimentista, continuam a procurar pelo desenvolvimento e, nos dois casos, centrado nas sociedades locais.

Ainda não está muito claro quais são os impactos destas duas propostas no conceito de desenvolvimento, pois vivemos tempos de transio paradigmática e os Estados continuam amarrados às políticas do desenvolvimento económico. Mas pelo menos, para as sociedades, têm trazido uma esperança e mostram um caminho para começar a erguer respostas locais.

A dificuldade que se experimenta ao fazer esta dissertao é a pouca distância histórica em relao ao surgimento dos novos conceitos, uma vez que se encontram em processo de construo e consolidao científica. Porém, acredito que com a informao que temos hoje nos permite pensar que o discurso do DL e do BV aproximam-se de outros discursos que têm surgido, isto é, pertencem a um discurso que a “Era” atual nos determina e que nos permite falar sobre estes temas. Tanto o DL e o BV se circunscrevem num conjunto de acontecimentos que os precedem, razão pela qual não devem ser entendidos apenas dentro de si mesmos nem dos lugares concretos onde irrompem, mas como parte integrante de uma mudança discursiva que se tem vindo a impor e, cujas suas características gerais nos tentam elucidar, visto que refletem os anseios e necessidades do nosso tempo e respondem a uma mudança de perspetiva que está relacionada com a época e os desafios atuais, que leva à construo de discursos com tais características.

Vivemos tempos incertos, de mudanças e o dilema da nossa “Era” nos indica que tudo está entreaberto. Todavia, um paradigma centrado nas pessoas e nas sociedades está em curso, apesar de haver um longo caminho a fazer, e a potencialidade de conceitos como o DL e o BV se revelam cruciais para um “outro” desenvolvimento, que cruza a realidade económica com a realidade social, cultural, política, ambiental e espiritual nas novas abordagens do desenvolvimento.

Em última análise, penso que o conceito de desenvolvimento nunca poderá ser definido de forma a agradar a todos, uma vez que estará sempre amarrado a representações ideológicas, políticas e culturais, que correspondem a um determinado tempo e lugar, o que faz com que seja e continue a ser motivo de inúmeras discussões entre os diversos atores que participam na sua construção, sejam governos, ONG's, movimentos sociais, ambientalistas, académicos, entre outros. O desenvolvimento pode significar várias coisas em vários lugares e em várias línguas, por este facto lhe é atribuído vários sentidos, que dependem do ponto de partida e o ponto de chegada de quem o invoca, o que poderá levar ao surgimento de novas adjetivações ou novos conceitos alternativos, já que como verificámos, o desenvolvimento é o resultado de um processo de aprendizagem que ao longo do seu caminho teve retrocessos e avanços, teve erros e correções, de forma a acompanhar as mudanças no mundo. “No entanto, tudo isto não altera a necessidade de “mudar o mundo”, nem altera o facto de que o desenvolvimento é sobre mudar o mundo, com todas as armadilhas que envolve” (Pieterse, 2000:187, tradução da autora).

Importa referir alguns constrangimentos e influências que a investigação poderá ter relacionadas ao facto da minha origem, vivência e formação educacional pertencerem à cultura ocidental, que poderão, à partida, impedir a imparcialidade neste estudo e interferir nas reflexões enunciadas. Tal como a escolha destes temas se explica por eu própria estar rodeada de símbolos culturais que herdei e outros que adquiri, que se refletem nas minhas crenças, práticas, modos de ver e sentir o mundo, que estão enraizadas no tempo e lugares que vivi, que determinam a forma como surgiram estas temas e reflexões.

No entanto, houve sempre esta consciência e, por isso mesmo, o *quadro teórico* teve uma extrema importância na minimização dessas tendências e no aumento do valor teórico da análise, permitindo o distanciamento de posições “paternalistas” relativamente ao conceito de DL, ganhando assim, capacidade de isenção e objetividade sociocultural. Tal como permitiu fugir de descrições utópicas e românticas relativamente ao conceito de BV, alcançando assim, maior fidelidade à realidade indígena. Ao longo da investigação teve-se sempre uma atitude autocrítica, de modo a analisar continuamente a minha posição, para que o conhecimento produzido não fosse subjetivo e ideológico e teve-se o cuidado de ser fiel ao quadro teórico fornecido nos dois conceitos e ao delimitado para a análise teórica, tal como a recolha de informação emergiu desse suporte teórico, para evitar apreciações pessoais e restringir a análise apenas ao que a teoria mostrou. Por um lado, uma das vantagens do quadro teórico é o facto de ser pré-existente a esta investigação, evitando efeitos reativos e interferentes. Por outro,

permitiu desmontar mensagens e identificar informações relevantes para este estudo, bem como permitiu uma maior autenticidade, fidelidade e representatividade dos vários fenómenos.

Esta investigação, apesar de ser teórica, não ambiciona limitar os discursos sobre o desenvolvimento às suas bases conceituais e teóricas como se isso permitisse que estes ganhassem alcance prático. Porém, não nos podemos esquecer que a teoria é usada também como argumento de muitas *decisões políticas*. Por esse facto, todos os contributos e progressos científicos que possam advir na delimitação e precisão teórica destes conceitos ajudam a reduzir os fundamentos que sustentam as antigas perspetivas e abordagens economicistas (ainda presentes nas ações do Estado) e a oferecer bases consistentes às propostas centradas no desenvolvimento das pessoas e sociedades.

Perante um contexto de rápidas e complexas mudanças e de crise política, os conceitos de DL e BV, devido à sua perspetiva e intencionalidade política, poderão ser relevantes na criação de novas formas de governação e na construção de políticas públicas ao nível local, já que estes permitem encontrar novos caminhos para uma cidadania ativa e uma democracia participativa. De certa forma, os novos conceitos dão ênfase a processos de governança local que requer que os governos locais interajam com as sociedades, para que a gestão do território seja partilhada e participativa, remetendo para a uma descentralização política, uma vez que o Estado e os governos locais são vistos como parte da solução e potenciais dinamizadores dos processos de DL e do BV.

Por outro lado, estes conceitos poderão também contribuir para direcionar e adequar as políticas públicas à realidade local, enquanto alternativa às políticas de desenvolvimento económico. Por exemplo: promover políticas locais que estejam mais centradas na sociedade e território, que defendam os seus interesses e potencialidades locais e que remetam para a inclusão social, económica e política; articular os programas públicos com iniciativas locais, de forma a encontrar respostas adaptadas às necessidades e problemas locais; articular os programas políticos locais com outros programas políticos de diferentes escalas, através de uma estratégia geopolítica que impulsione e reforce processos de integração regional, nacional e ao nível global, de forma a que haja uma aproximação e equilíbrio entre os diversos programas políticos para que se ajustem ao contexto e à realidade local, pois muitas vezes os programas políticos externos não se encaixam nos desafios das sociedades e territórios, daí a necessidade da sinergia de políticas locais com as mais globais.

Esta investigação é um pequeno contributo para os debates que já existem sobre o Desenvolvimento e aos muitos que ainda irão surgir, pois ainda há um longo percurso a percorrer na construção e redefinição de alternativas, principalmente quando vivemos numa época em que nada é definitivo e as mudanças ocorrem rapidamente. Fica assim em aberto um espaço para novos contributos que possibilitem esclarecer a complexidade do paradigma do Desenvolvimento.

Apenas se deixa algumas *sugestões de possíveis temas* de investigação que poderão contribuir para aprofundar e complementar este estudo, bem como para enriquecer e clarificar os atuais debates sobre o desenvolvimento:

- 1- Analisar iniciativas práticas dos conceitos, para tentar perceber quais são efetivamente os resultados e implicações no terreno e comparar as suas relações;
- 2- Refletir sobre as potencialidades e riscos implícitos nos dois conceitos no mundo atual;
- 3- Analisar comparativamente outros conceitos que surgiram dentro destas duas correntes de pensamento com o intuito de perceber se há também semelhanças, por exemplo entre o Desenvolvimento Sustentável e o Decrescimento, de forma a esclarecer os novos pensamentos críticos sobre o desenvolvimento;
- 4- Explorar as ideias centrais do Pós-Desenvolvimento e verificar se existe evidências sobre os seus fundamentos e analisar como é que essas ideias podem ter influência sobre aqueles que deixaram de acreditar no Desenvolvimento e que buscam alternativas;
- 5- Fazer uma análise comparativa entre o discurso do “desenvolvimento alternativo” e do Pós-desenvolvimento e saber quais são os contributos teóricos e práticos de cada um deles e descobrir se esses discursos são realmente irreconciliáveis;
- 6- Investigar se na realidade, as propostas políticas do Buen Vivir, apesar dos seus avanços neste sentido, cumprem com os princípios estratégicos que são definidos no conceito.

Termina-se desta forma a presente investigação, na esperança que as suas reflexões venham a contribuir de alguma maneira para o amplo debate sobre estes fenómenos e que possam ajudar em investigações futuras na área de Estudos sobre o Desenvolvimento, tanto a académicos, investigadores, profissionais ou aos interessados no tema.

Referências Bibliográficas

- Acosta, Alberto (2010), “El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo: Una lectura desde la Constitución de Montecristi”, *Fundación Friedrich Ebert*, (Online), Policy Paper (9), pp.1-43. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/07671.pdf> [Acedido a 30 de Novembro de 2015 às 17:38]
- Acosta, Alberto (2012), “O Buen Vivir - Uma oportunidade de imaginar outro mundo”, em Dawid Danilo Bartelt (orgs.), *Um Campeão visto de perto. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Heinrich-Böll-Stiftung, (Online), pp.198-216. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/democracia_inside_a_champion_port_final.pdf [Acedido a 30 de Novembro de 2015 às 18:03]
- Acosta, Alberto (2014), “El Buen Vivir, más allá del desarrollo”, em Gian Carlo Delgado Ramos (orgs.), *BUENA VIDA, BUEN VIVIR: Imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad*, México, UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, (Online). Disponível em: <http://computo.ceiich.unam.mx/webceiich/docs/libro/BuenaVida%20BuenVivir.pdf> [Acedido a 3 de Dezembro de 2015 às 19:22]
- Almeida, João Ferreira de (2007) “Velhos e Novos aspectos da Epistemologia das Ciências Sociais”, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, (Online) (55), pp.11-24. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292007000300002 [Acedido a 2 de Novembro de 2015 às 15:31]
- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”, *Caderno de Estudos Africanos*, (Online), (4), pp.40-60 Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3186> [Acedido a 14 de Novembro de 2015 às 17:41]
- Amaro, Rogério Roque (2005), “Pessoas e Lugares”, *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER*, (Online), II (31), pp.4-5. Disponível em: <http://www.minhaterra.pt/wst/files/jornalpl31.pdf> [Acedido a 3 de Maio de 2015 às 16:02]
- Amaro, Rogério Roque (2009), “Desenvolvimento Local” em António David Cattani (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina, (Online). Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> [Acedido a 3 de Maio de 2015 às 16:23]
- Arndt, Heinz Wolfgang (1987), *Economic Development: The History of an Idea*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Arocena, José (2002), *El desarrollo local: un desafío contemporáneo*, Montevideo, Taurus-Universidad Católica del Uruguay, (Online). Disponível em: http://fundacionparticipar.org.ar/biblioteca/Arocena_%20Eldesarrollolocalundesafiocontemporaneo.pdf [Acedido a 12 de Maio de 2015 às 22:08]
- Boff, Leonardo (1994), *Igreja: Carisma e Poder*, São Paulo, Editora Ática.

- Boff, Leonardo (1996), “Bodas de prata da Igreja com os pobres: a teologia da Libertação”, em Leonardo Boff (orgs.), *A Teologia da Libertação. Balanço e Perspectivas*, São Paulo, Editora Ática.
- Boff, Leonardo (2009), “¿Vivir mejor o el Buen Vivir?”, Quito, Agencia Latinoamericana de Información, (Online). Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/29839> [Acedido a 30 de Novembro de 2015 às 22:40]
- Buarque, Sérgio C. (1999), *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal*, Brasília, INCRA/IICA, (Online). Disponível em: <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf> [Acedido a 11 de Maio de 2015 às 16:11].
- Burbano, Arizaldo Carvajal (2011), *Desarrollo Local: Manual Básico para Agentes de Desarrollo Local y outros actores*, Málaga, eumed.net, (Online). Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2011c/999/index.htm> [Acedido a 12 de Maio de 2015 às 22:03]
- Carmo, Hermano (1999), *Desenvolvimento Comunitário*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Comissão das Comunidades Europeias (1994), “Prioridades da União Europeia na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhaga, Março de 1995)”, *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu*, (Online), (94). Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:51994DC0669&from=PT> [Acedido a 6 de Abril de 2015 às 15:21]
- CMMAD (1991), *Nosso Futuro Comum*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.
- CONAIE (2007), *Propuesta de la CONAIE frente a la Asamblea Constituyente: Principios y lineamientos para la nueva constitución del Ecuador: Por un Estado Plurinacional, Unitario, Soberano, Incluyente, Equitativo y Laico*, Quito, CONAIE, (Online). Disponível em: <http://www.iee.org.ec/wp-content/pdf/publicaciones/plurinacionalidad/ConaiePropuestaPlurinacional.pdf> [Acedido a 19 de Outubro de 2015 às 18:57]
- Dag Hammarskjöld Foundation (1975), *What now: the 1975 Dag Hammarskjöld report on development and international cooperation*, Uppsala, Dag Hammarskjöld Foundation.
- Dávalos, Pablo (2011), “*Sumak Kawsay* (La Vida en Plenitud)”, em Antonio Hidalgo-Capitán, Alejandro Garcia e Nancy Guazha (orgs.), *Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay*, Huelva y Cuenca, FIUCUHU, (Online). Disponível em: http://www.uhu.es/cim/documents/agenda/libro_sumak.pdf [Acedido a 16 de Outubro de 2015 às 15:45]
- Estermann, Josef (2006), *Filosofía Andina: Sabiduría indígena para un mundo nuevo*, La Paz, ISEAT, (Online). Disponível em: http://www.academia.edu/12340349/Filosof%C3%ADa_Andina_de_Josef_Estermann [Acedido a 26 de Outubro de 2015 às 17:52]
- Esteva, Gustavo e Madhu Suri Prakash (1997), “From Global Thinking to Local Thinking”, em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books.

- Esteva, Gustavo (2010), “Development”, em Wolfgang Sachs (orgs.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, London e New York, Zed Books.
- Filho, Moysés Louro de Azevedo (2012), “As novas comunidades e o Concílio Vaticano II”, *IV ENMEAL*, (Online). Disponível em: http://www.cnbb.org.br/home-1/calendario-planejamento/cat_view/452-iv-enmeal [Acedido a 26 de Abril de 2015 às 00:37]
- Fragoso, António (2005a), “Desenvolvimento Participativo: Uma sugestão de reformulação conceptual”, *Revista Portuguesa de Educação*, (Online), 18 (1), pp.34-44. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2152.pdf> [Acedido a 19 de Abril de 2015 às 22:10]
- Fragoso, António (2005b), “Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: o ensaio baseado em experiencias investigativas”, *Revista Lusófona de Educação*, (Online), (5), pp.63-83. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1008/828> [Acedido a 19 de Abril de 2015 às 23:59]
- Franco, Augusto de (2000), “Por Que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?”, *Separata da Revista Século XXI*, (3), pp. 37-42.
- Freire, Paulo (1994), *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Friedmann, John (1996), *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*, Oeiras, Editora Celta.
- Giraldo, Omar Felipe (2014), *Utopias en la era de la supervivencia: Una interpretación del Buen Vivir*, México, Editorial Itaca, (Online). Disponível em: http://filosofiadelbuenvivir.com/wp-content/uploads/2014/05/Utop%C3%ADas_en_la_era_de_la_supervivencia-1-1.pdf [Acedido a 17 de Outubro de 2015 às 15:22]
- González, Freddy Javier Álvarez (2011), “El Buen Vivir Un Paradigma anticapitalista”, *Cambridge Winter*, (Online). Disponível em: <http://filosofiadelbuenvivir.com/publicaciones/bibliografia/> [Acedido a 1 de Dezembro de 2015 às 21:45]
- Gudynas, Eduardo (2011), “Buen Vivir: Today’s tomorrow”, *Desenvolvimento*, (Online), 54 (4), pp.441-447. Disponível em: <http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasBuenVivirTomorrowDevelopment11.pdf> [Acesso a 14 de Novembro de 2015 às 15:42]
- Gudynas, Eduardo e Alberto Acosta (2011a), “La Renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa”, *Utopía y Praxis Latinoamericana*, (Online), 16 (53), pp.71-83. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27919220007> [Acedido a 10 de Novembro de 2015 às 14:37]
- Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos para uma Sociologia de Acção*, S. João do Estoril, Principia Editora
- Henriques, José Manuel (1990), *Municípios e desenvolvimento: Caminhos possíveis*, Lisboa, Escher Publicações.
- Hidalgo-Capitán, Antonio Luis (2012), “El Buen Vivir ecuatoriano en el contexto de la Economía Política del Desarrollo”, em Rafael Martín e Sergio Vázquez (orgs.), *Desafíos de los Estudios del Desarrollo: Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo*,

- Santander, REEDES, (Online). Disponível em: <http://congresoreedes.unican.es/actas/actas.html> [Acedido a 4 de Novembro de 2015 às 22:41]
- Hidalgo-Capitán, Antonio Luis, Alexander Árias e Javier Ávila (2014), “El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay”, em Antonio Luis Hidalgo-Capitán, Alejandro Guillén Garcia e Nancy Deleg Guazha (orgs.), *Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay*, Huelva y Cuenca, FIUCUHU, (Online). Disponível em: http://pydlos.ucuenca.edu.ec/index.php?option=com_osdownloads&view=item&id=19&Itemid=491 [Acedido a 16 de Outubro de 2015 às 15:45]
- Huntington, Samuel P. (1971), “The Change to Change: Modernization, Development, and Politics”, *Comparative Politics*, 3 (3), pp.283-322.
- Illich, Ivan (1997), “Development as Planned Poverty”, em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books.
- Keyes, Corey (2002), “The Mental Health Continuum: From Languishing to Flourishing in Life”, *Journal of Health and Social Behavior*, (Online), 43 (2), pp. 207-222. Disponível em: <http://www.midus.wisc.edu/findings/pdfs/56.pdf> [Acedido a 8 de Agosto de 2015 às 17:32]
- Kuhn, Thomas Samuel (1975), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Perspectiva.
- Laville, Jean-Louis e Luiz Inácio Gaiger (2009), “Economia Solidária” em António David Cattani (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Edições Almedina, (Online). Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> [Acedido a 14 de Maio de 2015 às 14:58]
- León, Magdalena (2010), “Reactivación económica para el *Buen Vivir*: un acercamiento”, *ALAI*, (Online), II (452), pp.23-26. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/revistas/452> [Acedido a 1 de Dezembro de 2015 às 16:22]
- Lewis, William Arthur, (1955), *The Theory of Economic Growth*, London, Allen e Unwin.
- Macas, Luis (2010), “El Sumak Kawsay”, em Antonio Hidalgo-Capitán, Alejandro Garcia e Nancy Guazha (orgs.), *Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay*, Huelva y Cuenca, FIUCUHU, (Online). Disponível em: http://www.uhu.es/cim/documents/agenda/libro_sumak.pdf [Acedido a 16 de Outubro de 2015 às 15:45]
- Mamani, Fernando Huanacuni (2010), *Buen Vivir/Vivir Bien: Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*, Lima, CAOI.
- Meadows, Donella H. et al (1972) (orgs.), *The Limits to Growth*, New York, Universe Books, (Online), pp. 1-26; 46-71. Disponível em: <http://www.donellameadows.org/wp-content/userfiles/Limits-to-Growth-digital-scan-version.pdf> [Acedido a 29 de Março de 2015 às 15:21]
- Namorado, Rui (2009), “Para uma economia solidária - a partir do caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (Online) (84), pp. 65-80. Disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=1948 [Acedido a 14 de Maio de 2015 às 15:21]

- Nunes, João Arriscado (2009), “O resgate da Epistemologia”, em Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina.
- ONU (1995) “Declaração e Programa de Acção da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social”, (Online). Disponível em: http://www.gobiernodecanarias.org/cmayerot/servlet/ViewDocu?id_documento=2165&id_pagina=23 [Acedido a 1 de Abril de 2015 às 17:10]
- ONU (1997), “The World Conferences: Developing priorities for the 21st Century: UN Conference on Environment and Development (1992)”, *Department of Public Information*, (Online). Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html> [Acedido a 30 de Março de 2015 às 15:27]
- ONU (2012), “O Futuro que queremos”, *Rio+20: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, (Online), pp.12-18. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/esboco-zero/at_download/esboco-zero.pdf [Acedido a 29 de Março de 2015 às 23:46]
- Pacari, Nina (2013), “Sumak Kawsay para que tengamos vida”, em Antonio Hidalgo-Capitán, Alejandro Garcia e Nancy Guazha (orgs.), *Sumak Kawsay Yuyay: Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay*, Huelva y Cuenca, FIUCUHU, (Online). Disponível em: http://www.uhu.es/cim/documents/agenda/libro_sumak.pdf [Acedido a 16 de Outubro de 2015 às 15:45]
- Pecqueur, Bernard (1989), *Le développement local*, Paris, Syros-Alternative.
- Pieterse, Jan Nederveen (2000), “After post-development”, *Third World Quarterly*, (Online), 21 (2), pp.175-191. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3993415> [Acedido a 29 de Junho de 2016 às 16:32]
- Priesner, Stefan (1999), “Gross National Happiness - Bhutan's Vision of Development and its Challenges”, *Gross National Happiness: Discussion Papers*, (Online), 4, pp.24-52. Disponível em: <http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/savifadok/320> [Acedido a 22 de Julho de 2015 às 21:17]
- PNUD (1990), *Desarrollo Humano Informe 1990*, Bogotá, Tercer Mundo Editores, (Online). Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_1990_es_completo_nostats.pdf [Acedido a 29 de Março de 2015 às 21:32]
- PNUD (2003), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2003: Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*, Queluz, Editora Mensagem, (Online). Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2003-portuguese.pdf> [Acedido a 2 de Abril de 2015 às 22:17]
- Popper, Karl (1972), *A Lógica da pesquisa científica*, São Paulo, Cultrix.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rahnema, Majid e Victoria Bawtree (1997), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books.
- Rahnema, Majid (1997), “Towards Post-Development: Searching for Signposts, a New Language and New Paradigms”, em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books.

- Rahnema, Majid (2010), “Poverty”, em Wolfgang Sachs (orgs.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, London e New York, Zed Books.
- Rist, Gilbert (2008), *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*, London e New York, Zed Books.
- Rodrigues, Fernanda e Stephen Stoer (1998), *Entre parceria e partenariado: amigos amigos, negócios à parte*, Oeiras, Celta Editora.
- Rostow, Walt Whitman (1960), *The stages of economic growth: A non-communist manifesto*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sachs, Wolfgang (1997), “The Need for the Home Perspective”, em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books.
- Sachs, Wolfgang (2010) (orgs.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*, London and New York, Zed Books.
- Santos, Boaventura Sousa (1988), *Um Discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna*, Brasil, Instituto de Estudos Avançados.
- Santos, Boaventura de Sousa (1989) *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Rio de Janeiro, Graal.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, São Paulo, Cortez, volume (1).
- Santos, Boaventura de Sousa (2009a), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, em Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa (2009b), “Um ocidente não-ocidentalista?: A Filosofia à venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal”, em Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa e Maria Paula Meneses (2009), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina.
- Shanin, Teodor (1997), “The Idea of Progress”, em Majid Rahnema e Victoria Bawtree (orgs.), *The Post-Development Reader*, London, Zed Books.
- Silva, Maria Manuela (1963), “Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário”, *Revista Análise Social*, (Online), I (4). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1IYC0wp0L119BR8.pdf> [Acedido a 22 de Abril de 2015 às 17:25]
- Silva, Maria Manuela (1964), “Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal”, *Análise Social*, (Online), II (7-8), pp. 498-510. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163326H3cNW1up0Xu63YZ0.pdf> [Acedido a 22 de Abril de 2015 às 14:49]
- Soares, Maria Luísa Peres Couto (2004), *O que é o conhecimento? Questões de epistemologia*, Lisboa, s.n., (Online). Disponível em: https://www.academia.edu/1069584/O_que_%C3%A9_o_Conhecimento_Quest%C3%B5es_de_Epistemologia [Acedido a 2 de Novembro de 2014 às 15:23]
- Stöhr, Walter (1981), “Development from below: The Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm”, em Walter B. Stöhr e David R. Fraser Taylor (orgs.), *Development*

- from above or below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*, Chichester, John Wiley & Sons Ltd.
- Tortosa, José María (2009), “Sumak Kawsay, Suma Qamaña, Buen Vivir”, Fundación Carolina, (Online). Disponível em: <http://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/TortosaSumakKawsayBuenVivir09.pdf> [Acedido a 15 de Outubro de 2015 às 18:02]
- Unceta, Koldo (2014), *Desarrollo, Postcrecimiento y Buen Vivi: Debates e interrogantes*, Quito, Abya Yala, (Online). Disponível em: <http://rosalux.org.ec/attachments/article/830/Desarrollo,%20postcrecimiento.pdf> [Acedido a 4 de Dezembro de 2015 às 21:48]
- Ura, Karma (2008), “Felicidade Interna Bruta”, (*sine loco*), (Online). Disponível em: <http://www.visaofuturo.org.br/pdfs2/Felicidade%20Interna%20Bruta%20-%20Dasho%20Karma%20Ura.pdf> [Acedido a 22 de Julho de 2015 às 15:07]
- Vachon, Bernard e Francine Coallier (1993), *Le développement local: Théorie et pratique: Réintroduire l'humain dans la logique de développement*, Boucherville, Éditeur Gaëtan Morin.
- White, Sarah (2009a), “Analysing wellbeing: A framework for development practice”, *WeD Working Paper* 09/44, (Online). Disponível em: http://www.welldev.org.uk/wed-new/workingpapers/workingpapers/WeDWP_09_44.pdf [Acedido a 27 de Julho de 2015 às 15:23]
- White, Sarah (2009b), “Bringing Wellbeing into Development Practice”, *WeD Working Paper* 09/50, (Online). Disponível em: http://www.welldev.org.uk/wed-new/workingpapers/workingpapers/WeDWP_09_50.pdf [Acedido a 27 de Julho de 2015 às 15:23]
- Ziai, Aram (2014), “Post-Development concepts? Buen Vivir, Ubuntu and Degrowth”, comunicação apresentada no Fourth International Conference on Degrowth for Ecological Sustainability and Social Equity, Leipzig, (Online). Disponível em: <https://community.net/conference2014/science/content/post-development-concepts-buen-vivir-ubuntu-and-degrowth> [Acedido a 7 de Julho de 2015 às 15:04]